

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - SCHLA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO**

**AKNATON TOCZEK SOUZA**

**PERIGO À ORDEM PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE CONTROLE SOCIAL  
PERVERSO E SEGREGAÇÃO**

**CURITIBA**

**2015**

**AKNATON TOCZEK SOUZA**

**PERIGO À ORDEM PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE CONTROLE SOCIAL  
PERVERSO E SEGREGAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito  
para a obtenção do grau de mestre no  
Curso de Pós-graduação em Sociologia,  
Departamento de Ciências Sociais,  
Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes. Universidade federal do Paraná.  
Professor Doutor Pedro Rodolfo Bodê  
de Moraes

**CURITIBA**

**2015**

Catálogo na publicação

Mariluci Zanela – CRB 9/1233

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Souza, Aknaton Toczek

Perigo à ordem pública: um estudo sobre controle social perverso e  
segregação / Aknaton Toczek Souza – Curitiba, 2015  
138 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Controle social. 2. Sistema de Justiça Criminal. 3. Crack (Droga).4.  
Tráfico de drogas. 5. Políticas públicas. I.Título.

CDD 345.05

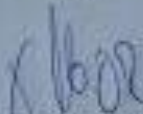


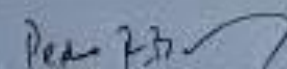
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 468 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-8173

### ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. No dia 26 de fevereiro de 2015, às 09:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores André Giamberardino – UFPR, Pablo Ornelas Rosa – UVV e Pedro Rodolfo Bodê de Moraes – UFPR (Orientador e Presidente da Banca Examinadora), com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **Aknaton Toczec Souza**, intitulada "PERIGO À ORDEM PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE CONTROLE SOCIAL PERVERSO E SEGREGAÇÃO", para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pelo orientador. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "Aprovação" do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa "Cidadania e Estado" da área de concentração em SOCIOLOGIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 26 de fevereiro de 2015.

  
Prof. Dr. André Giamberardino

  
Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa

  
Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes  
Orientador e presidente da banca examinadora

Aos meus pais pelo eterno apoio, compreensão  
e amor.

## Agradecimentos

O processo de investigação é longo e árduo, portanto, exige um esforço significativo que envolvem diversas pessoas e instituições que contribuíram diretamente ou indiretamente para a produção dessa dissertação. Seria impossível listar e agradecer todas as contribuições que me foram dadas, algumas muitas vezes de forma fortuita, outras com o simples carinho e compreensão que a amizade nos brinda nos dando segurança e estabilidade emocional. Por isso deterei aqui em agradecer apenas as contribuições mais diretas e representativas para a dissertação, desde já peço desculpa por qualquer eventual esquecimento.

Começo agradecendo a Nicole Machado que sempre seguiu ao meu lado com compreensão e carinho, me dando todo o suporte emocional e material necessário para a realização desse projeto. Alias, todo o suporte e carinho que me acompanham antes ainda dos primeiros traços no papel, do que depois se tornaria essa dissertação. Tem me acompanhado por todas as alegrias e tristezas ao longo dessa bela jornada da vida que tenho a honra e o prazer de trilhar ao seu lado, muito obrigado.

O caminho que percorri para finalmente realizar essa pesquisa e aprender o ofício de pesquisador foi iluminado pelo meu orientador Professor Doutor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Lembro-me dos primeiros contatos que tive com o professor, as orientações, dicas, conselhos que me foram dados com paciência, carinho e provocação, e que me abriram portas e caminhos para compreender os problemas e temas que me intrigavam. As transformações, amadurecimento e o relativismo necessário para realizar essa pesquisa foram atributos ensinados pelo Professor Pedro, seja diretamente através das aulas e conversas ou indiretamente pela admiração ao observar sua presteza, carinho e atenção com a pesquisa e a docência. Muito obrigado querido mestre pela confiança, carinho e atenção comigo, com essa e com as pesquisas que virão.

O início dessa pesquisa, ao menos do projeto dela, começou anos antes de passar no processo de seleção do mestrado, desde lá, quando ainda meus dragões eram moinhos de vento, tinha ao meu lado um fiel escudeiro, meu amigo e irmão Sergio Henrique Caldas. Desde as primeiras discussões, ideias e projetos relacionados com

essa pesquisa pude contar com suas palavras, e talvez, com maior intensidade, de seus ouvidos. Não tenho como agradecer adequadamente todo o tempo e carinho que despendeu para auxiliar na leitura, reflexão, correção e interlocução dessa dissertação, creio que precisaremos de vidas. Muito obrigado querido amigo.

As encruzilhadas da vida nos trazem surpresas incríveis, logo quando meus moinhos de vento estavam se tornando dragões e o processo de pesquisa ia se adensando, pude contar com outro fiel escudeiro, o amigo e irmão Pablo Ornelas Rosa, pesquisador e professor da mais pura cepa, por quem nutro uma profunda admiração. Sua amizade, orientações e indicações marcam profundamente essa pesquisa, assim, como também marcaram a minha vida. Sua humildade, humor, agitação e competência me estimulam e influenciam, obrigado por trilhar ao meu lado esses caminhos.

Aos professores da faculdade de ciências sociais da Universidade Federal do Paraná, pelos brilhantes ensinamentos e orientações que me foram dados, em especial a Professora Doutora Marlene Tamanini pelas sugestões e correções efetuadas na qualificação dessa dissertação.

Ao Professor Dr. André Ribeiro Giamberardino pelas contribuições e orientações feitas na qualificação dessa dissertação.

Tenho que agradecer aos amigos e colegas do CESPDPH com quem pude compartilhar dúvidas e o projeto dessa dissertação e também tenho que agradecer aos meus amigos e colegas da turma do mestrado de 2013 que sempre foram carinhosos e gentis.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram, incentivaram e estimularam meus planos. Sempre gentis, interessados e carinhosos, agradeço todos vocês em nome da minha querida tia Sueli Linhares que sempre me acolheu me permitindo ter um lar em Curitiba.

Agradeço aos meus alunos pela inspiração que me dão para ter curiosidade e vasculhar nossa realidade, faço isso em nome do meu amigo Giovane Matheus Camargo.

Aos meus amigos que sem saber – por simplesmente existirem e saber que posso contar vocês – ajudaram. Seja pelas longas rizadas, conversas e discussões sempre regadas à boa cerveja, ou por simplesmente me permitirem algumas das melhores lembranças que possuo. Agradeço a todos vocês através do meu querido amigo Silvinho mestre do raio de sol.

Por fim agradeço a todos os informantes, juízes, promotores, advogados, estagiários, assessores, policiais que contribuíram com essa pesquisa de modo tão solícito e gentil.



Se Leonardo dá vinte  
Por que é que eu não posso dar dois  
Mesmo apertando na encolha, malandro  
Pinta sujeira depois  
Levei um bote perfeito  
Com um baseado aceso na mão  
Tomei um sacode regado a tapa  
Pontapé e pescoção  
Eu fui levado direto à presença do dr.  
delegado  
Ele foi logo gritando: "Vai se abrindo,  
malandro  
E me conta tudo como foi"  
Eu respondi: "Se Leonardo dá vinte  
Por que é que eu não posso dar dois"  
"Leonardo é Leonardo" disse o doutor  
Ele faz o que bem quer, está tudo bem  
Infelizmente é que, na lei dos homens  
A gente vale o que é e somente o que tem  
Ele tem imunidade para dar quantos quiser  
Porque é rico, poderoso e não perde a pose  
E você que é pobre, favelado  
Só deu dois, vai ficar grampeado no doze  
[tráfico de drogas].

Bezerra da Silva. Se Leonardo dá vinte...

## RESUMO

Essa dissertação tem como tema o controle social e busca analisar se o seu exercício através da prisão tem servido como uma política pública aos usuários de drogas em situação de pobreza. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa através do método etnográfico, que além da observação participativa, contou com entrevistas a diversos operadores do SJC –sistema de justiça criminal –, como magistrados, promotores de justiça, e seus respectivos assessores e estagiários; e análise de diversos processos criminais de tráfico de droga. E com isso compreender em que medida as representações dos operadores do SJC sobre as drogas organiza seus usuários em um grupo, uma classe perigosa, a sociedade, para assim, analisar como funciona a interação através da acusação e seleção que vai classificar esses sujeitos como usuários ou traficantes de drogas, ou seja, a clínica ou a prisão. Essa dissertação parte do pressuposto da existência de várias formas de controle social, que se encontram dispersas na sociedade em diversas formas. Desta maneira, o controle social não é algo inerente à sociedade ou natural, mas sim socialmente construído, sendo um efeito do processo de socialização que dentro de um tipo ideal pode ser normal, através de mecanismos de integração social que promovam coesão e solidariedade; ou perverso, através de mecanismos que buscam excluir os conflitos, diferenças e mascarar as desigualdades, reiterando estigmas e prenoções, resultando em um estado de anomia. Uma das formas de controle social perverso é a prisão, incentivado por programas de segurança pública e realizado através do sistema de justiça criminal, resultando em uma forma de política pública. Considero todas as ações do Estado para implementar e/ou ofertar serviços como política pública, assim, a prisão é uma política pública. Assim essa dissertação pretende verificar quais são as representações dos operadores do SJC sobre os sujeitos envolvidos com drogas para analisar se o processo de acusação de tráfico, e assim, sendo a prisão vem sendo utilizada como uma política pública para usuários de crack em condição de pobreza.

Palavras-chave: Controle social; drogas; proibicionismo; crack; sistema de justiça criminal.

## **ABSTRACT**

This dissertation is themed social control and seeks to examine whether the exercise by the prison has served as a public policy for drug users in poverty. Thus, a qualitative research through the ethnographic method was performed, which in addition to participant observation, featured interviews with a variety SCJ – system of criminal justice – operators such as judges, prosecutors, and their respective advisers and trainees; and analysis of various criminal process of drug trafficking. And with that understanding to what extent the representations of the SCJ operated on drugs organizes its members in a group, a dangerous class, to society, to thus analyze how the interaction through prosecution and selection that will classify these individuals as users or drug traffickers, ie the clinic or the prison. This thesis assumes the existence of various forms of social control, which are dispersed in society in different ways. In this way, social control is not something inherent to the company or natural, but socially constructed, being an effect of the socialization process that in an ideal type can be normal, through social integration mechanisms that promote cohesion and solidarity; or wicked, through mechanisms that seek to exclude conflicts, differences and mask inequalities, reinforcing stigma and prejudice, resulting in a state of anomie. One way of perverse social control is the prison, encouraged by public safety programs and conducted through the criminal justice system, resulting in a form of public policy. Consider all state actions to implement and / or offer services such as public policy, the prison is a public policy. So this dissertation intends to verify what are the representations of the SCJ operators on those involved with drugs to analyze whether the trafficking charge process, and so, with the arrest has been used as a public policy for crack users in poverty.

Key-words: Social control; drugs; prohibition; crack; criminal justice system.

## **LISTA DE SIGLAS**

OAB/PG – Ordem dos Advogados do Brasil subseção Ponta Grossa

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

TJ – Tribunal de Justiça

SJC – Sistema de Justiça Criminal

UFPR – Universidade Federal do Paraná

APF – Auto de prisão em flagrante

PGE-PR – Procuradoria Geral do Estado do Paraná

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária Referências

MP – Ministério Público

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>PARTE I – AKNATON NA COVA DOS LEÕES: SUBJETIVIDADE, CAMPO E PROBLEMAS, ESTRATÉGIAS E QUESTÕES METODOLÓGICAS.</b> .....	16
CAPITULO 1 – ADVOGADO OU PESQUISADOR? PRENOÇÕES, PRECONCEITOS, SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE. ....	16
CAPÍTULO 2 – OS LEÕES! DIFICULDADES DO CAMPO E OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	27
2.1. Opções metodológicas.....	27
2.2 Processos Criminais.....	35
2.3. Entrevistas .....	47
2.4. Observações do campo .....	50
CAPÍTULO 3 – A COVA. CAMPO, AGENTES E AS RELAÇÕES. ....	52
3.1. O Fórum.....	53
3.2. Juízes .....	55
3.3. Promotores.....	57
3.4. Advogados .....	59
3.5. Os estagiários e assessores .....	63
<b>PARTE II – CONTROLE SOCIAL E CONTROLE DAS DROGAS</b> .....	65
CAPITULO 4 – “CRACK É DO LADO DE LÁ!” UMA DISCUSSÃO SOBRE CONTROLE SOCIAL, PERVERSIDADE E SEGREGAÇÃO. ....	66
4.1. – “Diversas pesquisas comprovam”. Controle social perverso como exercício de poder/saber.....	81
4.2. O louco, o doente e o criminoso: perigo! Política antidrogas uma genealogia da construção do perigoso. ....	90
<b>PARTE III – OS PERIGOSOS</b> .....	97
CAPÍTULO 5 – ENTRE ZUMBIS, IMORAIS, DOENTES E CRIMINOSOS. ....	97
5.1. – “Você acha que um zumbi daquele tem condição de avaliar?” Representações sobre os usuários.....	98
5.2. – “Tráfico é uma semente do mal”. ....	105
5.3. – Doentes ou criminosos? Usuário ou traficante? Na falta de clinica, prisão. Uma gestão dos usuários de drogas pobres. ....	112
<b>CONCLUSÃO</b> .....	121

**BIBLIOGRAFIA .....129**

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa qualitativa que tem como tema o controle social e buscou investigar se o seu exercício através da prisão tem servido como uma política pública aos usuários de drogas em situação de pobreza. O estudo de campo foi realizado na cidade de Ponta Grossa, Paraná através da análise das representações dos operadores do sistema de justiça criminal. O campo não foi escolhido aleatoriamente, mas pela afinidade, visto que trabalhei durante alguns anos como advogado criminal e na época pela ausência de defensoria pública, atuei diversas vezes como advogado dativo<sup>1</sup> auxiliando – em parceria com o Conselho Nacional de Justiça em evento organizado pela OAB/PR – o mutirão carcerário quando então se tentou revisar a situação prisional de alguns presos afim de acabar com a superpopulação na Cadeia Pública Hildebrando de Souza.

Nessa oportunidade tal unidade carcerária estava com mais que dobro de sua capacidade – algo entre 500 presos para 173 vagas – em sua maioria presos preventivos por tráfico de drogas – conforme as diversas contagens realizadas antes e no decorrer da pesquisa a média entre os homens presos provisoriamente por tráfico de drogas era de 46% à 64%, entre as mulheres o índice superior aos 90% – boa parte envolvida com crack. Nos diversos processos de tráfico avaliados no mutirão carcerário foi possível notar algumas situações que despertaram a curiosidade científica. Quase todos os suspeitos se declaravam usuários, a droga era em sua maioria crack, as prisões eram realizadas em flagrante por policiais e pela quantidade não ser determinante – quase sempre eram gramas e não quilos como assinalou um juiz entrevistado – a fundamentação do para a manutenção da sua prisão preventiva era baseada na palavra dos policiais e pelo perigo à ordem pública que tais suspeitos causavam a sociedade. Mesmo com toda a mobilização que um mutirão carcerário promovido pelo CNJ pode causar no mundo jurídico de uma cidade do interior, quase nenhum pedido de liberdade provisória para os suspeitos de tráfico de drogas foi concedido.

---

<sup>1</sup> É aquele advogado que é intimado pelo juiz para promover a defesa daqueles que não possuem condições financeiras para arcar com os custos da contratação de um advogado particular.

Atualmente o “cadeião”<sup>2</sup> Hildebrando não mudou muito a sua situação, exceto pela população carcerária que aumentou e hoje circula entre 600 presos. Para compreender o exercício desse controle social foi necessário me aproximar dos seus operadores analisar o sentido, a lógica empregada no seu exercício. Tendo como pressuposto a existência de várias formas de controle social, que se encontram dispersas na sociedade. Assim o controle social não é algo inerente à sociedade ou natural, mas sim socialmente construído, sendo um efeito do processo de socialização, que dentro de um tipo ideal pode ser normal, através de mecanismos de integração social que promovam coesão e solidariedade; ou perverso, através de mecanismos que buscam excluir os conflitos, diferenças e mascarar as desigualdades, reiterando estigmas e pré-noções, resultando em um estado de anomia.

O exercício do controle social através da punição, incentivado por programas de segurança pública e realizado através do sistema de justiça criminal, resultando em uma forma de política pública é operado por diversos profissionais, todavia, aqui se optou por pesquisar a representação daqueles que decidem e opinam pela liberdade ou prisão preventiva dos suspeitos: os juízes e os promotores de justiça. Tenho como pressuposto “à análise que considera impossível estudar a punição *per si*, vale dizer de forma metafísica ou descontextualizada”, mas sim “tentar compreender o fenômeno da punição articulado aos processos sociais e culturais nos quais as práticas punitivas emergem, passando a ser um de seus elementos constitutivos”(MORAES, 2003, p.5).

Assim busquei verificar se as representações dos operadores do SJC sobre os sujeitos envolvidos com drogas – sobretudo crack – estabelecem uma categorização de classe perigosa que influencia na gestão de seus corpos através da prisão. A consequência dessa análise é se a noção de classe perigosa através de características como uso de crack, ausência de trabalho formal, escolaridade e localização geo-urbana é o que determina a liberdade ou a prisão provisória do suspeito, ou seja, seu enquadramento legal por uso de drogas ou por tráfico de drogas.

Para isso utilizei do método etnográfico, entendendo que cada autor é seu cronista e historiador (MALINOWSKI, 1984), incluindo não só os dados da observação, mas também a análise dos processos criminais de tráfico de drogas e entrevistas em profundidade com os operadores do SJC e seus funcionários – estagiários e assessores – para mapear as representações sobre os sujeitos envolvidos com as

---

<sup>2</sup> Como é chamado popularmente em Ponta Grossa.



drogas. A exigência do método utilizado foi realizar uma série de reflexões epistemológicas e metodológicas sobre a subjetividade do pesquisador e sua posição dentro da pesquisa, bem como a descrição dos instrumentos de análise utilizados e as dificuldades encontradas no campo, que também mereceu uma descrição, principalmente os agentes e suas interações.

Esta primeira parte da pesquisa intitulada “Aknoton na cova dos leões” cumpriu essa função. O título é uma anti-história – ou antiparabola – da história bíblica de Daniel na cova dos leões que narra uma luta pela verdade, pelas certezas inabaláveis, e no caso das ciências sociais essas certezas e verdades aparecem nas prenoções e preconceitos sobre o objeto. Então no primeiro capítulo procuro discutir e objetivar a minha subjetividade, procurando esclarecer não só a minha posição dentro da pesquisa, mas também analisando a minha aproximação das ciências sociais e a transição do advogado para o pesquisador.

O campo para capturar as representações dos operadores do SJC possui as dificuldades próprias. O segundo capítulo – “os leões” – é a descrição das opções metodológicas adotadas na pesquisa, as dificuldades e os instrumentos utilizados para ultrapassá-las. Entendendo que o método deve ser pensado no campo e construído segundo suas características e dificuldades. Assim este capítulo aborda inicialmente as opções e posicionamentos gerais sobre o método, e posteriormente os dados analisados – processos criminais, entrevistas e a observação do campo –, como obtive, o sentido, dificuldades e as técnicas e instrumentos utilizados.

Com o desenvolvimento da pesquisa de campo diversas relações, dados e análises afloraram. As interações entre os sujeitos que circulam o SJC se mostraram relevantes à pesquisa, sendo peça chave para compreender a lógica empregada pelos operadores e o funcionamento do SJC. O terceiro capítulo foi dedicado a descrever e analisar o campo – “a cova” –, os agentes e as relações entre eles – juízes, promotores, advogados, estagiários e assessores – através dos dados coletados nas entrevistas e observações do campo.

Após a análise epistemológica e metodológica da primeira parte da dissertação, o foco passa para o estudo do controle social que é o tema dessa pesquisa. Através dos elementos colhidos no campo foi possível pensar o conceito de controle social e verificar seu exercício através da chave foucaultiana saber/poder que classifica e cria subjetividades. Dentro dessas classificações foi possível pensar a contribuição oferecida por Howard Becker (2009) para pensar o desvio, os desviados e os empreendedores

morais, colocando os sujeitos dentro da relação saber/poder. Claro que para essa pesquisa não interessa o controle social abstrato, mas sim o controle social exercido sobre as drogas ilícitas através da política antidrogas.

A segunda parte dessa dissertação, composta pelo capítulo quatro é o estudo do controle social, para isso, foi inicialmente realizada uma breve sociogênese do conceito para depois realizar sua análise segundo os dados do campo. Essa análise permitiu pensar dois tipos ideais de controle social: um que gera coesão, solidariedade e inclusão dos conflitos, e outro que gera exclusão de conflitos, segregação, manutenção de interesses e reprodução de estigmas, este é que chamamos de perverso. (MORAES; KULAITIS, 2013)

Esse controle social perverso é exercido e fundamentado segundo verdades oriundas da relação saber/poder. Durante a experiência de campo foi possível verificar que com certa frequência os argumentos apresentados eram complementados com adjetivos que lhe auferiam status de verdade, e entre elas a verdade científica. Argumentos do senso-comum ou senso-comum douto pareciam ganhar maior relevância se enquadrados como comprovação científica. Esses dados sugeriram pensar o controle social perverso, o exercício do poder/saber que ao criar a verdade cria a mentira e o mentiroso.

Através dessas relações e pela necessidade de se compreender o desenvolvimento dos saberes que construíram e fundamentaram o movimento proibicionista antidrogas, procurei desenvolver uma breve genealogia da política antidrogas que constrói os sujeitos envolvidos com drogas como perigosos. Para tanto foi necessário realizar uma análise do empreendimento moral antidrogas e a expansão dessa política pelo mundo, bem como a construção dos sujeitos envolvidos com as drogas conforme o saber, em um momento louco, doente, criminoso, por fim, perigoso.

“Os perigosos” – como é intitulada a terceira parte dessa dissertação – diz respeito à análise das representações dos operadores do SJC sobre os usuários de drogas e os traficantes, e o efeito dessas representações no exercício do controle social. Essa análise começa na reflexão sobre os usuários de drogas e tenta verificar as consequências dos múltiplos discursos sobre as drogas que põem em prática o exercício de um poder disciplinador que age intensamente sobre esses sujeitos. Na análise dos dados colhidos no campo foi possível perceber a construção de um biopoder onde o usuário é visto como um ser incompleto seja mentalmente, moralmente ou fisicamente,

perdendo assim a sua autodeterminação, passando a ser visto como um desviado e as consequências disso.

No capítulo 5 também realizo uma reflexão sobre a representação dos operadores do SJC sobre os traficantes de drogas e como ocorre o processo de acusação desses sujeitos. As representações que acabam por demonizar os sujeitos que possuem esse rótulo, permitindo o exercício do controle social perverso com maior intensidade. Para essa análise foram utilizados entrevistas e os dados da observação, bem como o discurso jurídico-legal utilizado nas sentenças e pareceres.

No final do capítulo cinco procuro analisar os critérios formais/legais utilizados para diferenciar os usuários de drogas dos traficantes. Esse foi um ponto basilar das entrevistas e sempre era arrostada a situação idiossincrática das decisões sobre se o suspeito era usuário ou traficante. Durante a pesquisa tive oportunidade de dialogar com diversos usuários de drogas e acesso a outras pesquisas referentes ao universo do uso de drogas ilícitas, tais informações permitem refletir que a lei antidrogas, operada através do SJC, permite selecionar livremente os sujeitos que serão presos em flagrante, indiciados e processos por tráfico de drogas ou por uso.

Ao fim a reflexão sobre o controle exercido sobre sujeitos envolvidos com as drogas através da prisão é uma forma de gestão de sujeitos que possuem características – pobreza, ausência de escolaridade e trabalho formal e usuário de drogas, sobretudo o crack – fatores que se unificam no conceito de classes perigosas. E verificar a influência dessas representações no processo de acusação que define o doente ou criminoso – usuário ou traficante – resultando no controle através da clinica ou da prisão.

## **PARTE I – AKNATON NA COVA DOS LEÕES: SUBJETIVIDADE, CAMPO E PROBLEMAS, ESTRATÉGIAS E QUESTÕES METODOLÓGICAS.**

A primeira parte dessa dissertação procura discutir questões metodológicas e epistemológicas da pesquisa, bem como, apresentar as estratégias para os problemas encontrados no campo. O processo de desenvolvimento da pesquisa envolveu reflexões e análises quanto a posição do pesquisador e sua subjetividade. Por esse motivo no primeiro capítulo proponho essa análise, como me aproximei do objeto, tema e problema de pesquisa.

O segundo capítulo procuro analisar as perspectivas metodológicas e as opções tomadas para enfrentar o campo. Quais foram as estratégias, técnicas e como elas me serviram para pensar o problema de pesquisa. E por último a análise do campo, ou seja, do SJC, na qual eu procuro analisar algumas características dos operadores do SJC e suas relações.

### **CAPITULO 1 – ADVOGADO OU PESQUISADOR? PRENOÇÕES, PRECONCEITOS, SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE.**

A primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo. (LENOIR, 1998, p.61)

É comum encontrar no ementário dos cursos de bacharelado em direito pelo Brasil afora disciplinas de ciências sociais e outras matérias – ditas – propedêuticas. Seguindo essa lógica essas disciplinas são normalmente distribuídas no início do curso e entre elas eu posso citar: história do direito, sociologia jurídica, ciência política, antropologia jurídica, psicologia jurídica, linguagem jurídica, economia política, filosofia jurídica, hermenêutica, metodologia científica. Claro que cada uma dessas disciplinas pode não existir nessa forma, possuir nomes diferentes em cada instituição de ensino, ou em outros casos podem trazer o termo “introdução”, ou qualquer outro adjetivo relevante para o universo jurídico. Assim, por exemplo, psicologia jurídica pode se transformar em psicologia forense, ou o conteúdo de psicologia pode ser anexado a outra disciplina como a medicina legal. Outras disciplinas podem ser anexadas aos ementários, tanto no início como no fim do curso, possuindo – conforme a

ementa da instituição – o conteúdo de ciências sociais. A disciplina de criminologia é uma dessas, pois pode trazer em sua ementa discussões das ciências sociais<sup>33</sup>, mas também pode trazer discussões sobre questões biológicas, genéticas, médicas, psicológicas, técnicas periciais, entre outras.

Essas disciplinas variam conforme a instituição, assim, nem todas terão disciplina de criminologia, antropologia, psicologia ou economia política. Embora quase todas tenham sociologia jurídica e ciência política – muitas vezes com o nome teoria geral do Estado. Essas disciplinas normalmente são semestrais com 36 horas/aula podendo variar até 72 horas/aulas conforme a instituição.

A minha formação teve essas condições. Não tive disciplina de antropologia jurídica, mas por outro lado tive aulas de criminologia que me apresentaram um rol de autores, que discutiam temas tipicamente sociológicos, como o controle social e o desvio (BECKER, 2009; GOFFMAN, 2008). Assim, aos poucos fui me aproximando das discussões, autores e por fim do pensamento sociológico. Tive contato com os clássicos autores Max Weber, Durkheim no início da faculdade, todavia, em apenas 36 horas/aulas e em apenas um semestre, os debates sobre esses autores soaram difíceis e distantes. Assim eu só me aproximei de um debate sobre pré-noções, preconceitos, questões sobre a subjetividade e objetividade, método e epistemologia na pós-graduação de sociologia política da Universidade Federal do Paraná e posteriormente na minha experiência como aluno ouvinte algumas disciplinas ministradas pelo Professor Doutor Pedro Rodolfo Bôde de Moraes.

A minha relação com o estudo do direito passa por dois processos. Primeiro estudo da criminologia através de autores como Baratta (2002) e Santos (2008) que tratam o sistema de justiça criminal – e assim o direito penal – como um instrumento de dominação no sentido marxista do termo. Ou seja, a justiça penal é um instrumento de classe, e assim, um objeto político que atua sobre os outros segundo interesses *econômicos*. Isso explicava algumas situações que via, atuando como advogado criminal, e me parece de fato difícil negar a influência dos fatores econômicos dentro do sistema de justiça criminal. O problema fundamental era que eu utilizava os conceitos sociológicos sem compreender como de fato eles foram criados ou em quais

---

<sup>33</sup> A maioria dos livros de criminologia editados no Brasil são voltados para o mercado jurídico, e normalmente apresentam temas e discussões resultantes das pesquisas de diversos cientistas sociais. Assim, por exemplo, é comum encontrar discussões sobre seletividade do sistema penal (SUTHERLAND, 2009), estigmas (GOFFMAN, 2008), sobre o etiquetamento/rotulação, subculturas e/ou carreiras desviantes (BECKER, 2009), ou temas marxistas como a luta de classes, estrutura social (PAVARINI; MELOSSI, 2010; RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004).

circunstâncias. Assim, direito deixa de ser visto com ciência em si e passa a ser visto como um objeto de estudo.

O direito como relações e práticas passa a ser objeto de estudo. E com os problemas levantados e percebidos deste objeto durante a atuação como advogado criminal, já familiarizado com termos como interacionismo simbólico e a preocupação com os estigmas e rótulos que o sistema criminal gerava resultou na segunda fase do processo que foram leituras de pesquisas em ciências sociais. Ainda como aluno ouvinte o Prof. Pedro R.B.M. me sugeriu – certamente pela constante argumentação que eu realizava através de princípios, contextos e fundamentos jurídicos e filosóficos para questões e problemas que levantávamos em sala de aula – que eu lesse sociologia e não autores que escrevem para o direito sobre sociologia. Assim, com essa leitura, me marcou a preocupação com o amplo e constante debate epistemológico travado, assim como discussões sobre método. As questões e críticas que fazia sobre as práticas jurídicas eram questões sociológicas e não jurídicas. As obras de Howard Becker (2009) e Erving Goffman (1985, 2008) foram determinantes para minha compreensão sobre o caráter científico que faltava ao direito. Porém ao mesmo tempo obras que discutem ou problematizam intensamente questões oriundas das relações jurídicas.

Minha aproximação com o pensamento sociológico foi através do estudo sobre processos de distanciamento que o pesquisador deve ter do objeto/relação social estudado, epistemologia e método científico. O clássico “as regras do método sociológico”(DURKHEIM, 2002), lido anteriormente no início da faculdade, finalmente tomava sentido. A falta de consenso – ou o pouco consenso – do pensamento sociológico e a intensa preocupação com o método e a epistemologia, revelou que as minhas principais críticas ao direito – sobretudo o criminal – era a sua falta de cientificidade, falta de realidade, ou melhor, a pouca incorporação dos dados empíricos em suas análises. Toda essa preocupação com a subjetividade que emana não só de Durkheim, mas também, de forma diferente em Max Weber (2008), não é fácil de ser assimilada por um neófito em um ofício tão difícil como o de pesquisador. Sobretudo pela formação em direito que é muito marcada por discursos de verdades fundadas em discursos filosóficos abstratos e rarefeitos, onde existe uma luta por verdades através de argumentos que geram uma dicotomia, um combate entre verdades. Existe uma defesa e uma acusação. Existem polos de interesses opostos sobre algum conflito civil ou criminal. Assim é natural crie-se a rotina de ao se defender uma ideia, ignorar e opor-se veemente a outra. Nessa situação é muito fácil defender uma teoria, um autor –

chamado de “doutrinador” entre os participantes do mundo jurídico – e opor-se a outros. As obras, as teorias não são vistas como complementares, ou como meros instrumentos de compreensão da realidade ou metodológicos, mas sim como a teoria/parecer/opinião correta a ser tomada, como a verdade.

Assim é até compreensível a dificuldade de um advogado afastar-se do mundo em que está envolvido, e que clama por resoluções de problemas, necessidades, que não podem esperar. É um exercício violento de reflexão em relação às exigências imediatas da vida. Esse exercício permanente de distanciamento do objeto, ou seja, de compreensão que o que pensamos sobre um determinado problema/relação/objeto é simplesmente o que sabemos dele, e o que sabemos dele é puramente subjetivo, normalmente carregado de preconceitos, interesses, emoções e outros elementos que se referem mais ao sujeito que ao problema/relação/objeto visto. Assim, os exercícios de distanciamento da subjetividade fazem parte do trabalho rigoroso de reconhecer o “não conhecimento” e conviver com isso. O contraste entre o ensino jurídico e o ensino científico está justamente nessa dificuldade, pois é perigoso no mundo jurídico reconhecer que as verdades sempre são provisórias, instáveis, e sobretudo, submetidas constantemente a questionamentos. Afinal a imprecisão, a dúvida, a instabilidade não combinam com um conhecimento voltado para uma prática de solução de problemas e conflitos.

Essa distância entre a prática jurídica e o estudo acadêmico, científico, além de reconhecida acaba até mesmo, em algumas vezes, valorizada. Marcos Nobre (2003, p.9) ao fazer alguns apontamentos sobre a pesquisa jurídica no Brasil mostra que “[...] no caso brasileiro, a confusão entre prática jurídica, teoria jurídica e ensino jurídico é total”. Uma das fontes dessa confusão é a característica parecerista da atividade jurídica, que dificulta o caráter científico do direito. Assim o operador do direito realiza uma sistematização de argumentos – desenvolvidos por “doutrinadores”, jurisprudência<sup>4</sup> e legislações existentes – segundo a utilidade para construção da tese jurídica. Essa forma de se relacionar com o conhecimento fere imediatamente a autonomia acadêmica, pois ao se posicionar como defensor de algo o material utilizado como forma de

---

<sup>4</sup> Existe uma explicação formal complexa dentro do estudo do direito para o que seria a jurisprudência. Mas normalmente é relacionada às decisões/sentenças já realizadas sobre algum determinado tema. É comum dentro do mundo jurídico dizer que “existe jurisprudência para tudo” no sentido que existe jurisprudência para todos os argumentos. Claro que o peso da jurisprudência vai regular segundo o órgão do judiciário que emite – STF, STJ, TJ –, e segundo a frequência de uso de um determinado argumento em uma determinada situação, a jurisprudência pode carregar a característica de “majoritária”.

argumentação não é recolhido entre todo o material disponível, mas tão somente aquele que vem ao encontro do interesse da tese defendida.

O parecer não procura, no conjunto do material disponível, um padrão de racionalidade e inteligibilidade para, só então, formular uma tese explicativa, o que seria talvez o padrão e o objetivo de uma investigação acadêmica no âmbito do direito. Dessa forma, no caso paradigmático e modelar do parecer, a resposta vem de antemão: está posta previamente à investigação. (NOBRE, 2003, p.11)

A questão fundamental é que essa forma de agir não é algo apenas da prática jurídica, é uma forma-padrão de argumentação dentro do mundo jurídico em suas diversas formas de atuação, inclusive pesquisas. O exercício é deixar de utilizar essa forma-padrão para compreender que essa forma-padrão de argumentação e organização do pensamento não é a mesma utilizada na ciência. Isso desencadeou dois movimentos: primeiro o de compreender que só o pensamento não é suficiente para o entendimento das coisas e segundo a compreensão de que tomar um lado, tomar partido, defender algo é o mesmo que ignorar a totalidade do fenômeno, é uma opção deliberada por não compreender o fenômeno como um todo, sendo uma forma de atuação política e não científica (WEBER, 2008).

As questões que a prática como advogado criminal me trazia não poderiam ser explicadas com a simples seleção de argumentos que interessavam a minha posição, bravejadas em minhas escritas e falas. Repetir o velho jargão que no Brasil apenas são presos “PPP” – pretos, pobres e putas – e que isso é um atentado a democracia, direitos humanos e aos direitos adquiridos através de lutas históricas, não resolvia minhas questões, eu estava buscando “as coisas da lógica” e precisava buscar a “lógica das coisas” (BOURDIEU, 2007).

A sugestão de objetivar o sujeito objetivante, objetivar a posição do pesquisador nesse subuniverso, posicionando-o, e “não só estar atento ao objeto, mas também ao trabalho sobre o objeto” (BOURDIEU, 2004, p.116), e assim evitar o erro de tentar dizer a verdade sobre o objeto e assim voltar ao pensamento parecerista. O campo jurídico e do SJC possui uma relação tensa entre seus operadores, assim era fundamental incluir o pesquisador na pesquisa para evitar mascarar qualquer pretensão de dizer a verdade sobre os promotores e juízes e utilizar a ciências sociais como um instrumento para tal, conforme alerta Bourdieu:

Intervir enquanto sociólogo significava evidentemente ser tentado a usar a ciência social para se colocar como árbitro ou juiz nessa luta [pela verdade], para distribuir erros e acertos. Em outros termos, o erro intelectualista e teorista que ameaça permanentemente a ciência social (em etnologia, é o erro estruturalista, que consiste em dizer: “eu sei mais do que o indígena o que ele mesmo é”), esse erro era a tentação por excelência para alguém que,



sendo sociólogo e, portanto, inscrito em um campo de luta pela verdade, adotava como projeto dizer a verdade desse mundo e dos pontos de vista opostos sobre esse mundo (BOURDIEU, 2004, p.116).

A opção por aceitar a primeira pessoa – o eu – dentro de um texto acadêmico foi pensada nesse sentido. Não teria sentido escrever em terceira pessoa ou mesmo no impessoal. O excesso de “juridiques” do ensino e da prática jurídica já me alertavam o suficiente para que eu evitasse o “sociologuês” (MILLS, 2009), ou que as palavras mascarem uma situação que é determinante na pesquisa: eu fiz a pesquisa, assim faço parte dela, melhor, portanto não mascarar tal situação por mera tradição de escrita acadêmica, formalidades ou medo que a imagem/prestígio da atividade de cientista social seja abalada. “Para superar a *prosa* acadêmica, temos que superar a *pose* acadêmica” (MILLS, 2009, p.50).

Nas ciências sociais, a possibilidade de se observar a realidade objetivamente tem sido ainda mais fortemente contestada nos últimos anos. No plano da metodologia da pesquisa, talvez as mais contundentes críticas provenham de antropólogos americanos como Geertz, Marcus e Cushman, Clifford entre outros. Suas ideias indicam um sentido de mergulho na subjetividade do pesquisador social explicitando vieses na relação deste com seus objetos de pesquisa. Nesse movimento, as presunções epistemológicas objetivistas têm erodido fortemente, processo que gera implicações para as afirmações acerca da “verdade dos fatos”, e, por contraposição, valida posições construcionistas. (MARQUES, 2012 p.269)

A escolha do tema dessa pesquisa não ocorreu por acaso. Pesquisar o controle social exercido sobre os usuários de drogas e ter como objeto as representações dos operadores do sistema de justiça criminal – magistrados e promotores de justiça – foi resultado da minha atuação como advogado criminal, sobretudo após o “mutirão carcerário”. Então preciso fazer duas pequenas reflexões importantes antes de dar continuidade.

A primeira é que a opção por estudar os “outsiders” – é fruto direto das minhas simpatias pessoais e políticas pelo tema. As discussões sobre a neutralidade do pesquisador, da necessidade ou não dele se envolver, ter compromisso com uma posição de valor é um falso dilema, como sugere as considerações de Howard Becker (1977, p.123):

Esse dilema, que a muitos parece tão doloroso, na realidade não existe, pois um de seus tentáculos é imaginário. Para que ele exista, é necessário que alguém suponha, como alguns aparentemente o fazem, que na verdade é possível fazer uma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas. Proponha argumentar que isso não é possível, portanto, que a questão não é se devemos ou não tomar partido, já que inevitavelmente o faremos, mas sim de que lado nós estamos.

Como advogado e professor de direito penal eu via – e ainda vejo – que as questões do encarceramento maciço, superlotações e violações de direitos humanos dos

estabelecimentos penais eram “problemas sociais” relevantes a serem investigados. A segunda reflexão seria sobre esta característica – de estudar um “problema social” – que torna mais sensível a questão dos pré-conceitos. Lenoir (1998, p.62) ao discutir a questão dos pré-conceitos e representações pré-constituídas que o observador pode ter do objeto sociológico alerta: “Entre essas representações, a que aparece sob a forma de um ‘problema social’ constitui, talvez, um dos obstáculos mais difíceis de ser superado”.

Esse “problema social” estudado está em um mundo social repleto de senso comum e de senso comum douto – ou erudito (CHAMPAGNE, 1996). Esse, uma espécie de senso comum misturado com conhecimentos científicos – ou ditos científicos – que lhe conferem maior legitimidade, mas ainda assim é resultado de experiências banais, orientadas pela prática e para a prática.

(...), o sociólogo deve levar em consideração o fato de que existe, atualmente, um verdadeiro “senso comum erudito”, espécie de mistura de senso comum corrente com produtos das ciências sociais, na medida em que estas são amplamente ensinadas desde o 2º grau e na medida em que todos os anos é publicado um grande número de obras de sociologia (livros de ciências humanas destinados aos profissionais e estudantes, assim como ensaios que visam um público intelectual mais amplo, romances “sociológicos” para o “grande público”, etc.) em suma, desde que existe uma ampla difusão, e, por conseguinte, uma espécie de vulgarização, do procedimento das ciências humanas, ou pelo menos, de seus conceitos e resultados. (CHAMPAGNE, 1996, p.171–172)

O senso comum douto é intensamente presente nas práticas jurídicas. Essa preocupação determinou opções metodológicas, entre elas a descrição da minha experiência como advogado voluntário em um “mutirão carcerário” em Ponta Grossa, Paraná, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ – foi o que marcou a guinada nas minhas questões. O mutirão foi promovido com a intenção de verificar o sistema penitenciário e desafogar as superlotações através da revisão de diversos processos, nos quais eventualmente algum dos presos poderia possuir direitos que os colocassem em liberdade. Assim diversos advogados voluntários organizados pelo seu órgão de classe local – a Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Ponta Grossa –, entre eles eu, revisamos diversos, centenas de processos criminais, dando atenção ao problema mais grave que era o dos presos preventivos. Os “presos preventivos” são uma categoria nativa para determinar aqueles presos que não foram condenados. Assim o preso é apenas um suspeito, podendo ser futuramente absolvido ou condenado após um processo específico para tal.

A cadeia pública de Ponta Grossa chamada de – delegado – Hildebrando de Souza<sup>5</sup> é a responsável por receber os presos preventivos e possui capacidade para 172 presos e na época do mutirão – primeiro semestre de 2010 – estava com quase 500 presos, desses apenas alguns poucos condenados. Então a intensão do mutirão – diante desse quadro de superlotação prisional – era “desinchar” o Hildebrando de Souza. E a principal medida para isso era pedir a soltura daqueles presos preventivos que poderiam responder pelo processo criminal em liberdade. Nesse período houve uma comoção entre várias instituições da cidade de Ponta Grossa para colaborar com o CNJ.

O mutirão carcerário, uma ação coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), começará no Paraná, em 22 de fevereiro, e se estenderá até o dia 14 de maio deste ano. Nesta segunda-feira (1/02), o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) sediará uma reunião com os coordenadores do programa para iniciar a discussão sobre o planejamento das ações do mutirão. A iniciativa, que já foi realizada em 18 estados brasileiros, conta com a participação de juízes, promotores, defensores públicos, oficiais de justiça e servidores do Poder Judiciário com o objetivo de reexaminar processos criminais, de presos provisórios e condenados, para verificar o cumprimento das penas e prevenir irregularidades.

No Paraná, participarão do mutirão 34 juízes, 36 promotores, 30 advogados, 41 servidores e 15 oficiais de justiça. Os integrantes do mutirão serão divididos em quatro pólos regionais: o primeiro reúne Curitiba, a região metropolitana e litoral; o segundo, Londrina e Maringá; o terceiro, Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão; e o quarto, Ponta Grossa e Guarapuava.

Também participam da organização dos mutirões o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os Tribunais de Justiça dos estados. Desde o seu início, em agosto de 2008, os mutirões foram responsáveis pela liberação de quase 19 mil pessoas em todo o país. (“Portal CNJ - CNJ fará mutirão carcerário no Paraná,” 2010)

Neste período eu participava da comissão de advogados iniciantes da OAB/PG que em conjunto com outras comissões teriam que dar conta de reexaminar os processos. Portanto, para organizar esse reexame de forma eficiente fizemos diversas reuniões com magistrados, promotores de justiça e outros serventuários que poderiam colaborar com o mutirão. Um juiz enviado como representante do CNJ fez diversas reuniões com a cúpula de cada instituição sobre os objetivos do mutirão. Entre nós – advogados responsáveis pelo reexame – havia uma preocupação com os presos preventivos, pois havia discurso sobre a necessidade de não se prender pessoas sem a devida necessidade, que a prisão deveria ser a exceção, destinada aos casos mais graves.

Assim, fizemos diversos pedidos para que os presos preventivos – que eram suspeitos, afinal não possuíam condenação – respondessem o processo em liberdade. Selecionamos aqueles que não possuíam condenação por outro crime, ou seja, aqueles

---

<sup>5</sup> Este estabelecimento – dada as suas características, precariedades e problemas – terá sua descrição merecida no capítulo 3.

que eram “primários”<sup>6</sup>, sem maus antecedentes<sup>7</sup> e geralmente quando o crime não envolvia violência ou ameaça. Nesse grupo a maioria formada por suspeitos pelo crime de furto e por tráfico de drogas.

O surpreendente foi que mesmo com todo o apoio e participação das mais diversas instituições com um discurso pró-liberdade, poucos pedidos de liberdade tiveram sucesso. De 21.492 processos analisados no estado do Paraná, apenas 674 pedidos de liberdade provisória<sup>8</sup> foram concedidos. Em Ponta Grossa praticamente não tivemos solturas, a maioria dos pedidos foram negados, sobretudo os relacionados com tráfico de drogas onde o discurso sobre “o perigo à ordem pública” imperou.

Atualmente a cadeia pública Hildebrando de Souza – também chamada de “mini-presídio” por algumas autoridades e “cadeião” pela população em geral – possui mais de 600 presos, tendo dificuldades para diminuir a população carcerária, além de ter passado por diversas rebeliões nos últimos anos. A falta de lógica que eu atribuía a situação carcerária em Ponta Grossa, e em geral a atuação do sistema de justiça criminal não me ajudava a compreender essa situação, pelo contrário, parecia que os clamores e temores sobre os problemas desse sistema não eram ao menos considerado pelos magistrados e promotores de justiça. Pois mesmo com todo o clamor promovido no mundo jurídico da cidade de Ponta Grossa com o mutirão carcerário e a presença do CNJ, os juízes continuavam a negar que alguns dos presos respondessem o processo em liberdade.

Em geral, antes e depois do mutirão, sempre foi muito difícil conseguir que algum suspeito preso provisoriamente pelo crime de tráfico de droga fosse solto. “Eu não solto, se quiser o TJ que solte” escutei certa vez de um juiz quando lhe fui explicar o caso para demonstrar que não se tratava de um grande traficante. Na realidade na maioria dos processos de tráfico a droga é medida em gramas e não em quilos. Normalmente os suspeitos se declaram usuários, são pegos com outros usuários em bairros periféricos, com poucas gramas de droga, a maioria jovens de baixa escolaridade e renda, envolvidos, sobretudo, com crack e em menor quantidade maconha, raros casos de cocaína ou drogas sintéticas.

---

<sup>6</sup> Réu primário é aquele que não foi condenado por nenhum crime nos últimos cinco anos.

<sup>7</sup> Embora primário o réu pode ter diversas passagens pelo sistema de justiça criminal, em situações que não resultaram em condenação.

<sup>8</sup> É o nome do procedimento jurídico realizado para pedir a soltura do preso preventivo.

Outra questão notória é que em todos os processos a prisão foi feita em flagrante<sup>9</sup> por policiais, eles também são – em via de regra – as únicas testemunhas do crime de tráfico de drogas. Vale lembrar que não existe um critério objetivo para distinção de traficante e usuário de drogas<sup>10</sup>, e normalmente a distinção é realizada pelo depoimento dos policiais e outras provas como portar dinheiro trocado. E mesmo com diversos problemas relacionados à estrutura e superpopulação da cadeia pública de Ponta Grossa, os operadores da justiça criminal de Ponta Grossa davam sentenças e pareceres pela manutenção da prisão até o julgamento. Entre os diversos argumentos o mais comum é o “perigo à ordem pública”. Tratava-se de entender qual sentido/lógica os operadores do sistema de justiça criminal usavam para ser tão reticentes com a soltura de suspeitos por tráfico de drogas.

Eu precisava compreender as razões práticas dos operadores desse sistema, ouvir suas explicações e observá-los, considerando que nenhuma ideia ou pensamento é capaz de ser conhecido sem adentrar e visualizar o mundo social que se procura entender, através do trabalho de campo, a etnografia e a observação participante (MORAES, 2003). Todavia eu estava envolvido com esse mundo, portanto minhas pré-noções, simpatias, antipatias e valores sobre o fenômeno social estudado não estavam apenas nas práticas, mas nos conhecimentos que eu possuía sobre o fenômeno.

Apenas através de rigorosa reflexão epistemológica e de um exercício constante de distanciamento e relativização dos valores e preconceitos – misturados não só com o senso-comum, mas também com um senso-comum douto que trazem consigo um discurso empertigado sobre o tráfico de drogas, usuários de drogas, drogas e o sistema de justiça criminal – foi possível abandonar o modelo parecerista do pensamento e prática jurídica.

Essa postura reforça a necessidade constante de reflexão sobre pesquisador e sua subjetividade. As simpatias e antipatias tornam-se mais evidentes e por isso mais fáceis de identificar, refletir e por fim relativizar. A dificuldade desse exercício não está apenas nas pré-noções internalizadas nas práticas diárias, mas no próprio tema da pesquisa que é o controle social sobre as drogas.

---

<sup>9</sup> É um termo nativo para designar que a pessoa foi presa cometendo o crime, o que permitiria qualquer cidadão de agir para impedir o prosseguimento do ato criminoso, e obrigaria os agentes da lei – forças policiais – agir.

<sup>10</sup> Cf. a lei 11.343/06 em seu artigo 28 que estabelece o crime de uso de drogas e estabelece um critério subjetivo para diferenciá-lo do traficante de drogas. Esses critérios são estabelecidos no § 2º que diz: “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (“Lei nº 11.343,” 2006).

Antes de qualquer debate sobre o tema, é necessário frisar que o estudo sobre drogas deve desenvolver uma atenção especial nas minhas representações sobre o assunto e a possibilidade dessas representações assumirem o controle da pesquisa.

O estudo do uso de drogas está cheio de erros desse tipo. Tanto especialistas quanto leigos interpretam comumente o uso de drogas como uma “fuga” de algum tipo de realidade que o usuário supostamente considera opressiva ou insuportável. (...). A realidade, é claro, é compreendida como se espreitasse nos bastidores, pronta para dar um chute no traseiro do usuário assim que ele ou ela aterrissar (BECKER, 2007, p.34).

A opção por estudar a representação dos magistrados e promotores de justiça sobre as pessoas envolvidas com drogas – usuários e traficantes de drogas –, sobretudo, com o crack é fruto do interesse pelo estudo do controle social exercido pelo SJC. Todavia, dentro da dualidade da prática jurídica como advogado e o esforço em me tornar pesquisador implicava tensionar e romper com uma certa visão meramente normativa do direito e “perceber que o direito não trata apenas de normas, mas também dum aparelho institucional. Em outras palavras: o sistema jurídico não é normativo em estado puro, mas normativo institucionalizado num aparelho, quer se trate do campo profissional [...]” (ROBERT, 2011, p. 48).

O controle social exercido através da prisão é controlado pelo SJC que é composto por um rol – dentre eles a OAB, MP e Judiciário – imenso de instituições, que utilizam uma normatividade formalizada – o direito – para dar cabo desse exercício. Todavia, essa normatividade formalizada é submetida a processos e regras políticas, pressupõe agentes, processo e procedimentos específicos para sua criação, contudo, embora ela não seja criada através de um processo de interação social ordinário, sua aplicação, seu exercício é realizado por agentes através do processo de interação simbólica onde as representações sobre o outro são determinantes. E quando se trata de ameaças à interação se dá através da acusação conforme nos explica Giberto Velho: *When the rule or tradition is broken, the individuals or groups who feel themselves threatened will certainly react. The reaction takes the form of accusations.* (VELHO, 1976, p.269)

Assim, para compreender o controle social exercido pelo SJC sobre aqueles suspeitos de tráfico de drogas é preciso compreender o processo de interação social na forma de acusação e a perspectiva que assumi diante desta realidade foi a análise das representações sociais dos operadores do SJC e a sua relação com a prática jurídica. Esse problema trouxe diversas adversidades – leões – que conforme o surgimento, me

fizeram tomar escolhas metodológicas, técnicas e instrumentos de pesquisas necessários para superá-los. Essas opções merecem um capítulo próprio, que segue.

## CAPÍTULO 2 – OS LEÕES! DIFICULDADES DO CAMPO E OPÇÕES METODOLÓGICAS.

Fieldwork is a highly personal experience. The meshing of fieldwork procedures with individual capabilities and situational variation is what makes fieldwork a highly personal experience. The validity and meaningfulness of the results obtained depend directly on the observer's skill, discipline, and perspective. This is both the strength and weakness of observational methods.(GENZUK, 1999)

Este capítulo visa discutir as opções metodológicas da pesquisa, os problemas encontrados no campo e como se deu a construção e o processo das estratégias de pesquisa, bem como as técnicas utilizadas, para superar tais problemas. Nas opções metodológicas construo as bases teóricas que orientaram esta pesquisa e alguns posicionamentos epistemológicos. Após esse primeiro subcapítulo passo a discutir as técnicas e as análises realizadas para o desenvolvimento da pesquisa, a saber: a análise dos processos criminais, as entrevistas e as observações do campo.

### 2.1. Opções metodológicas

A metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos. (BECKER, 1993, p.17)

Essa pesquisa possui forte influência da Escola de Chicago – principalmente o que ficou conhecido como “segunda geração” – e do movimento que a sociologia passa assumir a partir da década de 60 – reposicionando a pesquisa sociológica em seu caminho correto (BECKER, 2009), o caminho da pesquisa qualitativa. O “mundo das representações sociais” é um dos objetos privilegiados da pesquisa qualitativa. Para se compreender a ação de um indivíduo é necessário entender qual sentido ele atribui a ela.

Nisso, pode-se dizer que o objeto, por excelência da pesquisa qualitativa é a ação interpretada, simultaneamente pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa; de onde a importância da linguagem e das conceituações eu devem dar conta tanto do objeto “vivido”, como do objeto “analisado”. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p.131)

Existem diversos estudos sobre o SJC que têm como objeto as penitenciárias e suas condições ou suas consequências e efeitos sobre o sujeito ou uma coletividade. Esses estudos somados às mais diversas análises já realizadas sobre os presos, apontam para diversas características do SJC como a sua seletividade baseada em estigmas e preconceitos de diversas ordens. Mas dizer que se trata de uma seletividade estabelecida por critérios de classes sociais – por que as estatísticas dos presos revelam que a maioria são pobres, com pouca ou sem escolaridade e moradores de periferia – não é suficiente. Em minha experiência atuando como advogado no fórum – e com a pesquisa –, conheci e conversei com diversos operadores do direito que se mostravam sinceramente preocupados com questões sociais, de direitos humanos, com a questão prisional e com a “justiça”, todavia, em casos de tráfico de drogas – mesmo com poucas gramas – pediam a manutenção da prisão. Bem, esses operadores do direito não são tolos, confusos ou esquizofrênicos, uma minoria talvez, muito pelo contrário, suas ações são todas fundamentadas com argumentações das mais diversas ordens – legais, morais, científicas, sociais –, então para compreender SJC é fundamental compreender que sentido os operadores desse sistema dão as suas ações.

Para entender a conduta de um indivíduo, devemos saber como ele percebia a situação, os obstáculos que julgava ter de enfrentar, as alternativas que via abrirem-se à sua frente; não podemos compreender os efeitos do campo de possibilidades, das subculturas da delinquência, das normas sociais e outras explicações, a não ser considerando-os do ponto de vista do agente. (BECKER, 1986)

Claro que informações e dados quantitativos sobre o SJC são importantes para compreensão do objeto, todavia, é necessário submetê-las ao crivo da dúvida, pois essas ferramentas não são isentas de subjetividades como a técnica propõem. Um dos maiores riscos de uma pesquisa é naturalizar pré-conceitos que andam com o véu da “verdade” científica, da pureza e neutralidade epistemológica.

[...] a sociologia se armou de “ferramentas estatísticas” com sucesso suficiente para que se desenvolvesse uma sociologia dita quantitativa que reivindica uma cientificidade superior à dos outros setores da disciplina. Na medida em que a importação de conceitos-ferramenta suscitou precauções contra os riscos de transferências analógicas descontroladas [...], na mesma medida as estatísticas foram de imediato consideradas ferramentas de conhecimento legítimas, transferíveis sem nenhum problema: a matemática seria uma ciência “pura” e suas aplicações estatísticas seriam epistemologicamente “neutras”. (COMBESSIE, 2004, p.8)

Howard Becker ilustra bem os questionamentos que os jovens pesquisadores passavam na década de 60, falando sobre os marcos teóricos dos estudos sobre os comportamentos “antissociais”, atribuídos geralmente a critérios psicológicos ou a situação social em que se encontravam. A investigação desses setores da vida social foi



tomada por aqueles cuja profissão e o trabalho diário era resolver “Problemas sociais” e atividades que preocupavam alguém.

Pero esas teorías ya no interesaban a las nuevas generaciones de sociólogos, que eran menos conformistas y más críticas de las instituciones sociales de entonces, y que no estaban tan dispuestas a creer que el sistema de justicia penal nunca se equivocaba, que todos los delincuentes eran malas personas que habían cometido el hecho del que se las acusaba, y así sucesivamente. [...]: el índice de criminalidad era calculado sobre la base de los delitos reportados por la policía, y no necesariamente de manera precisa: muchas veces la gente no reportaba los crímenes y muchas veces también la policía “ajustaba” las cifras para mostrar a la opinión pública, a las compañías de seguros y a los políticos que estaban haciendo bien su trabajo. (BECKER, 2009, p.12–13)

É bom sempre esclarecer que não existe uma oposição entre métodos ou técnicas. Esses vão depender do interesse do pesquisador e das questões empíricas. “A sociologia, como estudo do ‘próximo’ - proximidade histórica e cultural, familiaridade das relações sociais e humanas - , permite alguns dispositivos de observação mais diversificados do que outras disciplinas das ciências sociais” (COMBESSIE, 2004: 19). Certamente essa concepção da pesquisa induz a utilização de técnicas particulares agrupadas sob o título de sociologia qualitativa. O método da pesquisa não pode se isolar da pesquisa, assim devesse desenvolvê-lo segundo cada lógica específica do campo. Nessa pesquisa os métodos foram pensados segundo a experiência com o campo, bem como os autores e tradições teóricas, que por serem diversas auxiliam na compreensão da complexidade da vida social.

Diversificar os métodos é cruzar esclarecimentos, criar as condições de uma estereoscopia por sobreposição de imagens produzidas a partir de pontos de vista diferentes, diversificar os objetos; é ao mesmo tempo multiplicar as informações e reforçar as possibilidades de comparação e de objetivação, sendo esses benefícios tanto mais bem assegurados na medida em que cada método é desenvolvido e aprofundado na lógica que lhe é específica. (COMBESSIE, 2004, p.18)

Pensar o ofício de pesquisador e sociólogo como um artesanato (MILLS, 2009) é justamente, entre outras coisas, permitir que seu trabalho seja moldado, modificado segundo a sua execução, é um processo que afeta o pesquisador, um autodesenvolvimento. Esse processo foi sentido logo na exploração do campo.

O ambiente de um fórum é rico em informações e dados, principalmente se a observação do campo integrar a pesquisa. Curiosamente quando eu dedicava algumas horas para ficar no fórum, explorando o campo, conversando com informantes e fazendo entrevistas exploratórias, eu observava situações que descritas e utilizadas adequadamente seriam não só válidas, como determinantes para realizar pesquisa. “A

observação está fortemente ligada à descoberta” (COMBESSIE, 2004, p.25) e de fato posso dizer que a observação formou, moldou e fez o processo da pesquisa.

Para compreender as representações dos operadores do SJC eu precisava estar próximo, olhar de perto as relações. Essa observação implica uma proximidade física duradoura – que pode ser variável – com um rol diversificado de interações e comportamentos. Essa proximidade eu já possuía, o que sem dúvida foi um problema que exigiu uma atenção redobrada para que eu me permitisse descobrir, me surpreender.

Quer o campo seja novo (pouco conhecido, pouco trabalhado anteriormente) ou já “trabalhado”, os primeiros momentos da pesquisa terão um alcance exploratório. Requerem-se tanto um estado de espírito particular como uma vigilância metódica: o pesquisador está alerta. Mais do que em qualquer outro momento da pesquisa, deve haver a *atenção dupla*, que é, por um lado, atenção à novidade, ao desconhecido e, por outro, atenção a si como estranho a essa novidade (...). (COMBESSIE, 2004: p.26)

Esse método emprestado da antropologia exige um registro preciso, detalhado e imediato do que é observável. A utilização de um diário de campo e do gravador de som foram fundamentais para avançar na pesquisa, pois frequentemente eu realizava análises do que era registrado, me possibilitando novos caminhos para a pesquisa. “O registro mais fiel é a melhor garantia da fidelidade do relatório que será feito”(COMBESSIE, 2004, p.28).

Durante o desenrolar da pesquisa notei uma diferença imensa na interação com os operadores, conforme esses me vissem como advogado ou pesquisador. A conjuntura específica do fórum estabeleceria uma espécie de afastamento funcional de alguns operadores do SJC se eles me vissem como advogado. Conforme constatei mais tarde durante a pesquisa cada um desses profissionais atua dentro de estratégias muito claras, assim a postura de um policial militar, juiz ou promotor em uma conversa com um advogado assume um tom estratégico conforme sua atuação funcional. Um exemplo disso ocorreu em uma das entrevistas que realizei com um promotor de justiça que me conhecia como advogado criminal – participamos de algumas audiências e processos juntos –, e em um determinado momento pediu para que eu não registrasse sua fala. Intrigado, logo reexpliquei que estava ali como pesquisador, que a entrevista era sigilosa, mas logo ele disse que tinha medo que eu pudesse utilizar algumas dessas informações contra ele em um plenário de júri<sup>11</sup>. Curiosamente a fala não registrada era uma crítica sobre a ineficiência do SJC.

---

<sup>11</sup> O plenário do júri é uma referencia ao procedimento do tribunal do júri que é específico para os crimes contra a vida, onde existem sete jurados responsáveis pelo julgamento, e que não precisam fundamentar sua decisão. O plenário em si é uma referencia a atuação do advogado ou do promotor em tentar

Essa conjuntura específica do campo acabou me ajudando com o processo investigativo, pois era imperativo afastar qualquer relação, postura e imagem de advogado. Em uma das muitas tardes que passei no fórum, interpelei um promotor de justiça que conhecia e lhe expliquei minha pesquisa e meu interesse em entrevistá-lo. Ele informou que estava indo para uma audiência de um usuário de droga, e me convidou para assistir. Porém chegando lá, o acusado estava sem advogado, e o promotor me pediu para acompanhá-lo como advogado dativo<sup>12</sup>, empolgado com a situação de pesquisador eu aceitei. As audiências para o crime de uso de drogas são bem simples e rápidas sem punições severas aos usuários, neste caso, a juíza apenas orientou o usuário sobre os males das drogas. Após audiência eu falei com a juíza da minha pesquisa e no meu interesse em entrevistá-la. Imediatamente e rispidamente ela negou, virou-se e saiu da sala. Não precisei dissimular a minha identidade, mas conforme eu deixava os traços que me faziam identificar como advogado as interações foram se tornando melhores e fluidas. Assim eu nunca ia ao fórum com terno – identificação visual típica do advogado – e me apresentava sempre como professor e pesquisador e raspei o cabelo. Essa mesma juíza que havia negado abruptamente a possibilidade de entrevistá-la me recebeu em seu gabinete onde eu a entrevistei durante quase uma hora em uma conversa agradável. Ela não me reconheceu. Na realidade com essa mudança eu andava quase despercebido pelos corredores, diversos colegas e conhecidos não me reconheciam ou demoravam em fazê-lo, e quando reconheciam logo enunciavam espanto pela minha descaracterização: “O que aconteceu com você?”

(...) in short, one would have to take the role of the actor and see his world from his stand-point. This methodological approach stands in contrast to the so-called objective approach so dominant today, namely, that of viewing the actor and his action from the perspective of an outside, detached observer. It is unnecessary to add that the acts toward his world on the basis of how he sees it and not on the basis of how that world appears to the outside observer. (BLUMER, 1966, p.542)

Por outro lado a minha proximidade com o campo teve outro aspecto, influenciando a limitação da pesquisa em Ponta Grossa que ocorreu por dois motivos: primeiro a facilidade de acesso aos dados, pois como atuei profissionalmente nesta cidade, conheço diversos magistrados, promotores, assim como seus estagiários e assessores, o que facilitou o contato com o campo; o segundo motivo é que Ponta Grossa é a principal cidade dentro de uma ampla região geográfica conhecida como

---

convencer os jurados da sua tese, e nesse momento, a atuação – quase teatral – pode tomar um tom pessoal e provocativo para desqualificar aquele que acusa ou aquele que defende.

<sup>12</sup> Advogado dativo é aquele nomeado pelo juiz para promover a defesa daqueles que não podem arcar com o custo de um advogado particular.

Campos Gerais, e portanto, possui um amplo sistema jurídico criminal, que inclui quatro varas criminais, três juizados criminais, uma vara de execução penal, uma penitenciária estadual e uma cadeia pública. Como o foco da pesquisa eram as representações dos operadores da justiça criminal referente aos presos provisórios pelo crime de tráfico de drogas processados nas varas criminais, teria eu um campo limitado, situação ideal para um pesquisador novato.

Esta dissertação analisa em que medida as representações dos operadores do SJC sobre certas características de um sujeito envolvido com drogas estabelece o usuário e o traficante. A hipótese é que determinadas características como pobreza, uso de crack, ausência de escolaridade e moradia na periferia são representadas como um perigo social, e a generalização desses indivíduos estabelece uma classe perigosa que gerida através da prisão.

É necessário esclarecer que classe aqui não deve ser entendida no sentido marxista do termo, bem como, o conceito de “classe perigosa” no sentido que emprego não se associa/deriva do *lumpenproletariat* conforme utilizado por Guimarães (2008). Isso por um motivo muito simples, não procurei estabelecer uma análise através de critérios econômicos, materiais ou estruturais, antes disso, procurei verificar o sentido que os operadores do SJC atribuem ao seu exercício do controle social através da prisão. O sentido que utilizo para classe perigosa é o de grupos de indivíduos que são tidos como ameaça individual ou social a harmonia de um determinado grupo ou sociedade (VELHO, 1976).

Essas representações foram investigadas através de três aspectos conforme a sua importância. Esses foram os objetivos específicos da pesquisa, aspectos de um mesmo processo que derivou do seguinte problema: as representações dos juízes e promotores de justiça sobre os sujeitos envolvidos com drogas ilícitas – sobretudo o crack – estabelece uma categorização de classe perigosa que influencia na gestão de seus corpos através da prisão, separando-os em traficante ou usuário?

O primeiro objetivo específico foi analisar os processos dos suspeitos, para verificar os argumentos utilizados para a manutenção da prisão preventiva. Os argumentos utilizados no processo são a expressão formal e legal que fundamenta a manutenção da prisão. O objetivo dessa análise é recolher os argumentos legais que mantêm esses suspeitos presos, para facilitar a aproximação do campo e retirar valores, elementos e características utilizadas para realizar uma análise que é base para os próximos passos. Nos processos é possível verificar as fundamentações, pareceres,

justificativas, pedidos e posicionamento utilizado pelos operadores do SJC, essas informações ajudaram a desenvolver o roteiro de entrevista.

Essa etapa também conta com a análise do perfil dos suspeitos, realizada apenas com as informações contidas nos autos dos processos. A crítica que pode surgir sobre a credibilidade das informações colhidas em uma delegacia e transformadas em um documento público é pertinente. Todavia os juízes e promotores de justiça procedem por meio dessas informações contidas nos autos, ou seja, o perfil do suspeito preso é obtido por meio delas, que uma vez colhidas na delegacia têm as características que fundamentam a prisão preventiva e estão contidas nos autos.

O segundo objetivo foi analisar as observações do campo registradas no diário de campo ou em notas de voz no gravador. Na realidade o registro de observações foi realizado em todos os momentos da pesquisa. Todavia priorizei um registro analítico de algumas relações, tensões, interações relevantes à pesquisa antes de realizar as principais entrevistas com os operadores do SJC e os seus assessores. Tais observações forneceram novas questões e tensões que orientaram os próximos passos. Entre todo o tempo em que estive no campo conversando com informantes, fotocopiando processos, marcando entrevistas, fazendo entrevistas exploratórias surgiram questões que moldaram essa pesquisa. Nunca foi tão verdadeiro que “o observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto” (CICOUREL, 1980: 89)

O terceiro objetivo tratou de analisar as entrevistas com alguns estagiários e assessores dos operadores do SJC, que são responsáveis pela produção das sentenças e pareceres, dessa forma, reprodutores das representações dos magistrados e promotores de justiça. Em outras palavras, a estrutura da justiça criminal, com sua ampla clientela, tem necessidade da divisão do trabalho entre estagiários e assessores. Os estagiários realizam as sentenças e pareceres responsáveis pela manutenção da prisão dos suspeitos, contudo o fazem orientados pelos assessores dos operadores, que possuem a função de auxiliar, vistoriar e orientar os estagiários, assim como responsáveis pela produção de peças mais elaboradas ou responsáveis por processos mais complexos. Toda essa estrutura trabalha pela orientação do magistrado ou promotor de justiça que repassa as orientações que planificam o processo.

Com os estagiários e assessores foi possível analisar as orientações, valores e situações únicas do campo. Mas, este momento da pesquisa também teve outros

objetivos: primeiro aumentar minha experiências com entrevistas, transcrições e análise. Segundo é que eu esperava que os estagiários e assessores fossem mais desprendidos e diretos durante as entrevistas, podendo eu com maior sucesso obter informações objetivas e precisas sobre o objeto de pesquisa. E de fato, como se verificou, esses funcionários trabalham muitas vezes em um sistema de reprodução, com pouco espaço para o pensamento e liberdade de decisão, – o assessor possui um pouco mais de liberdade, todavia, a posição final é do operador de SJC – o estagiário não pode optar pelo livramento ou pela manutenção da prisão, ele é orientado a essa escolha, ou seja, reproduzem objetivamente o subjetivo dos operadores do sistema de justiça criminal, tornando a entrevista mais simples e objetiva.

O quarto objetivo da pesquisa foi a entrevista com os operadores do SJC em Ponta Grossa, para verificar suas representações sobre os elementos já colhidos nas etapas anteriores, e suas representações sobre classes perigosas. A entrevista foi feita de forma aberta, dialogando sobre temas amplos, como política criminal, problemas sociais, crack, criminalidade, internação compulsória, e outros assuntos que me permitiram extrair sua noção de classe perigosa. Assim pude analisar os valores extraídos das entrevistas e compará-los com os demais dados colhidos, e assim verificar se há uma transformação de sua moral, valores e medos em um discurso formal que legitima a prisão de suspeitos pelo crime de tráfico de drogas, agindo como uma política pública destinada aos usuários de drogas pobres.

Dessa forma foi possível analisar o controle social exercido através da prisão sobre os sujeitos envolvidos com droga e refletir sobre uma forma particular de controle social, que busca manter a ordem através da exclusão dos conflitos através da seleção de inimigos da ordem, que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural, por meio da imposição mascarada de sistema de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 2011).

Para isso, então, essa pesquisa empírica utilizou uma metodologia múltipla que envolveu entrevistas, documentos e observações que são características da etnografia. Foram analisados diversos processos criminais de tráfico de drogas com o objetivo de verificar o perfil dos presos<sup>13</sup> e os fundamentos legais e formais para a manutenção da prisão. Com essa análise foi possível munir-me de diversos dados, argumentos e

---

<sup>13</sup> Não assumo em momento algum que as informações contidas nos processos criminais analisados como verdadeiras. O fato é que os operadores do SJC se orientam sobre o fato e o sujeito a ser julgado através das informações contidas no processo. Assim, verdadeiras ou não, são a imagem “processual” do sujeito.

informações relevantes para conduzir as entrevistas. Essas por sua vez foram realizadas com a finalidade de compreender as representações dos operadores do SJC, sobre os sujeitos envolvidos com drogas. Foram entrevistados diversos juízes, promotores de justiça e seus respectivos estagiários e assessores. E por fim as observações do campo permitiram estabelecer relações importantes para o objetivo da pesquisa. Cada uma dessas etapas mereceu ser explicitada adequadamente. Iniciando pela análise dos processos criminais, constituindo a primeira fase da pesquisa.

## **2.2 Processos Criminais**

A análise dos processos foi feita como a fase inicial da pesquisa, e que possuía três objetivos principais: primeiro analisar o discurso formal, legal, jurídico que fundamentava a manutenção da prisão preventiva dos suspeitos por tráfico de drogas; verificar o perfil dos presos preventivos; e utilizar essas informações para desenvolver o guia de entrevista.

O discurso é utilizado nos processos, desde o início, como uma tentativa de objetivar, formalizar e dar legitimidade a subjetividade. Assim considere importante verificar quais são os fundamentos, a lógica de Estado, empregada para manutenção da prisão preventiva de alguns acusados em detrimento de outros. Essa análise permitiu criar um guia de entrevista com questões bem definidas desde o início, e embora modificados no decorrer da pesquisa, os fundamentos utilizados nos processos sempre foram mantidos como aspecto central e inicial das entrevistas..

Outro ponto importante é o perfil do preso. Em momento algum nesta pesquisa pensei em fazer uma investigação para verificar o perfil dos presos, por isso aceitei o perfil contido nos autos. A contaminação e credibilidade desse perfil contido no processo é irrelevante para essa pesquisa, pois é através dessas informações que os operadores do SJC “conhecem” o suspeito. Como o foco dessa pesquisa são as representações desses operadores, o perfil que analisei era o mesmo utilizado por eles. Por isso não houve, em momento algum, nessa pesquisa uma tentativa de investigar o perfil dos suspeitos além do perfil conhecido pelos operadores.

O primeiro impulso analítico dessa pesquisa foi realizado através dos processos. Durante minha atuação como advogado, já havia notado algumas questões relevantes à análise, todavia, pela característica da leitura profissional e sempre analisando um processo por vez – salvo no mutirão carcerário –, muitas vezes essas questões eram esquecidas ou deixadas de lado. Situação que mudou radicalmente

durante a pesquisa; foram fotocopiados inicialmente 25 processos criminais da 1ª e 2ª vara criminal de Ponta Grossa, todavia, no decorrer da pesquisa, outras portas foram se abrindo – até muito mais simples que as buscas inicialmente – e possibilitando a análise de diversos outros processos.

Os processos criminais são públicos e podem ser consultados por qualquer cidadão, porém existe uma grande diferença em chegar num cartório criminal e pedir para verificar um processo específico, através de uma numeração, ou chegar e pedir 20 processos criminais de tráfico de drogas para fotocopiar. Pensei que poderia ter algum empecilho ou obstáculo em relação à possível má vontade de algum servidor devido ao fluxo anormal e específico de processos para serem retirados, todavia, minha preocupação foi infundada. Claro que minha abordagem aos serventuários foi pensada segundo minha preocupação, assim, já deixava bem claro que poderia voltar em outro dia, ou em um horário específico para não atrapalhar a rotina do cartório. Contudo todos os serventuários foram atenciosos e diligentes, me ajudando a selecionar os processos de tráfico e em alguns casos se mostrando interessados pela pesquisa – aqui surgiram as primeiras indicações para informantes e entrevistados.

Os processos foram selecionados aleatoriamente entre os processos de tráfico de drogas. Inicialmente conversei com os escrivães das varas criminais sobre a pesquisa, falei da minha necessidade de fotocopiar 15 processos de tráfico de drogas. Como tive acesso imediato aos processos da 1ª e da 2ª vara criminal, acumulando milhares de folhas para análise, achei mais prudente analisá-las e caso sentisse necessidade recorreria aos processos da 3ª vara criminal<sup>14</sup>. Contudo não foi necessário, pois os discursos, argumentos e fundamentos passaram a se repetir, muitas vezes de forma idêntica – ou conforme o jurídico: *ipsis litteris*.

Um processo criminal é o procedimento pelo qual um sujeito é julgado pelo SJC, e tão somente através dele é possível chegar a um veredito que condene alguém. Assim pela cultura jurídica brasileira um sujeito só pode ser considerado culpado – e assim condenado a uma pena – se tiver sido efetivamente processado. E para isso ocorrer é preciso seguir alguns princípios jurídicos como o da ampla defesa<sup>15</sup> e o do

---

<sup>14</sup> A 4ª vara criminal de Ponta Grossa é específica para crimes contra mulheres, crianças e idosos.

<sup>15</sup> O princípio da ampla defesa é previsto na Constituição Federal e amplamente divulgado no mundo jurídico. É o princípio que estabelece que o acusado tem o direito de se defender e de possuir uma defesa técnica, ou seja, um advogado ou um defensor público. Por isso que se o réu não tiver dinheiro para arcar com as custas de um advogado particular seu caso irá para a defensoria pública, caso essa não exista, ou não aguarde a demanda, o juiz é obrigado a nomear um advogado dativo.



contraditório<sup>16</sup>, que são típicos do processo acusatório<sup>17</sup>. Assim, o processo é formado por peças argumentativas e pedidos tanto da defesa como da acusação, diversos protocolos, certidões e outras burocracias, perícias, decisões, cópia do inquérito policial, e a sentença. As que me interessaram foram as peças argumentativas, sentenças e decisões. Todavia, como foi visto, no tráfico de drogas quase todas as prisões são realizadas em flagrante<sup>18</sup>, também foram fotocopiados diversos autos de prisão em flagrante – APF.

Os APF não eram meu foco no início da pesquisa, porém um dos serventuários me questionou se me interessava e aproveitei o ensejo para fotocopiá-los também. Assim poderia utilizá-los para refletir inicialmente, caso tivesse dificuldades e demora em fotocopiar os processos, porém eles se mostraram peça importante da pesquisa. Como APF é parte do inquérito policial e este é a base da denúncia promovida pelo Ministério Público, todos os processos fotocopiados possuíam os APF, porém, tive oportunidade de fotocopiar alguns APF recém chegados na vara criminal, e por isso, não haviam se tornado processo, ou seja, eram apenas o APF.

O APF é um procedimento realizado pela Polícia Civil após a prisão em flagrante e submetido à validação do SJC. Consiste na comunicação da autoridade policial ao judiciário de que alguém foi preso em flagrante, e para isso traz algumas informações importantes como: a qualificação do preso, uma espécie de perfil policial, o crime cometido e o artigo legal, nos presentes casos eram sempre o artigo 33 da lei 11.343/06 – lei de drogas; “os condutores”, assim são chamados aqueles responsáveis pela prisão – nos casos que analisei a maioria eram policiais militares; a vítima, que no

---

<sup>16</sup> Assim como a ampla defesa esse é um princípio previsto na Constituição Federal e amplamente divulgado, geralmente em um dueto: “princípio do contraditório e da ampla defesa”. Esse princípio versa sobre a necessidade da prova poder ser contraditada, questionada. Por essa perspectiva só é prova – em regra – para o processo penal aquilo que foi submetido “ao crivo do contraditório”, seria dizer, aquilo que a defesa teve oportunidade de contradizer. Desta forma aquilo que é produzido na delegacia de polícia – sem a participação da defesa, do promotor e o do juiz – é apenas indício e não prova.

<sup>17</sup> Isto é um tipo de processo penal que tem como característica o afastamento do juiz da prova, ou seja, o juiz não é parte do processo. Contrariando o processo penal inquisitorial onde o juiz é o que acusa e o que produz provas. Desta forma o processo penal fica concentrado na acusação – responsabilidade do promotor de justiça – e da defesa – advogado ou defensor público. Dentro do mundo jurídico existe sérias discussões sobre o processo brasileiro, pois constitucionalmente ele trás o nome de sistema acusatório, todavia, *e.g.* existe a possibilidade do juiz pedir provas de ofício, ou mesmo que o promotor de justiça peça a absolvição, assim como a defesa, o juiz condenar. Essas situações para alguns autores demonstrariam que o processo penal é formalmente acusatório e materialmente inquisitorial.

<sup>18</sup> Prisão em flagrante é o termo quando a prisão ocorre durante o acontecimento do crime, logo após, ou durante a perseguição. Nessas situações o suspeito é preso, e existe o prazo legal de 24 horas para comunicar o juiz dessa prisão para que ele decida pela soltura, ou pela conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Assim o prazo da prisão em flagrante é de apenas 24 horas, depois é necessário converter a prisão em prisão preventiva, conforme os requisitos legais do artigo 312 do código de processo penal.

caso de tráfico de drogas é o Estado<sup>19</sup>; informa que foram cumpridos os direitos do preso dizendo-lhe seus direitos constitucionais<sup>20</sup>; uma breve descrição do fato que ensejou a prisão, que nos casos vistos é o resumo do testemunho do condutor do preso, ou seja, dos policiais; e ao fim informa onde está o preso, as diligências – *e.g.* juntada de documentos como interrogatório, oitiva de testemunhas, qualificação e vida pregressa do acusado, encaminhamento para o instituto médico legal caso apresente lesões, entre outras – que foram feitas.

O termo de depoimento dos condutores é a primeira diligência realizada informa a data, hora e onde foi realizada a oitiva, qual autoridade policial estava presente – o nome do delegado responsável. Possui também uma pequena qualificação do condutor, com informações básicas como nome, registro geral, nacionalidade e naturalidade, data de nascimento, filiação, endereço, profissão e estado civil. Finalmente após isso o depoimento. Em apenas dois APF os condutores foram policiais civis, em todos os outros eles eram policiais militares, normalmente dois. Este número é a quantia mínima para formalizar a situação e dar legitimidade ao ato. É possível que em muitos dos casos tenha sido realizado por mais de dois policiais, contudo, apenas dois são ouvidos<sup>21</sup>.

Ainda na fase policial é realizado o auto de exibição e apreensão onde se registra o que foi apreendido com os acusados – seguindo as mesmas formalidades anteriores informando local da apreensão, a autoridade policial, etc... –, desde celulares, motos, aparelhos domésticos, dinheiro, até a droga. Esses objetos são utilizados como prova do tráfico de drogas, ou seja, entende-se que os objetos domésticos apreendidos são de usuários que os trocam por drogas. Nos processos analisados, a maioria das apreensões ocorreu no período noturno e em residências, assim é comum ver uma lista com os mais diversos itens: “Que também foram encontrados 01 (um) playstation II com controle, 3 (três) celulares, 4 (quatro) cartões de memória para celular, 01 (uma) bíblia, 02 dechavadores de maconha, 01 (uma) carteira vermelha.” (auto de prisão em flagrante)

A droga apreendida passa por outro procedimento que é a constatação provisória de substância entorpecente. Até que se faça a perícia oficial, capaz de

---

<sup>19</sup> É dito nos manuais jurídico que o bem jurídico que a lei de drogas visa proteger é a saúde pública.

<sup>20</sup> Art. 5º.- Incisos. II, III, XLIX, LXI, XLII, LXIII, LXIV, LXVI.

<sup>21</sup> Ser condutor do preso implica participar do processo penal, e assim, comparecer a audiências, ser ouvido em juízo, gerando uma situação incômoda para alguns policiais militares – como me relataram – que lamentam as audiências ocorrem nos seus dias de folga.

condenar o acusado, é realizada uma perícia provisória, nas quais policiais – até mesmo os responsáveis pela prisão e condução do acusado – atestam “sem dolo, sem malícia, e em lhes sendo apresentado o material abaixo de acordo com suas consciências e com a experiência policial” (auto de prisão em flagrante) constatarem ser droga ou não a substância apreendida. A quantidade de droga vista nos processos é variada, normalmente poucas gramas, em um dos APF o suspeito foi preso sem ter droga alguma:

Tendo em vista as informações trazidas pelo condutor e testemunha relativas a apreensão de uma ‘bucha’ de cocaína em poder de J.L.O., o qual afirmou ter acabado de adquirir a droga de N.D.M., com o qual foram localizadas inúmeras notas de valores, que trazem indícios de que são oriundas do comércio de cocaína, uma vez que foram colhidas informações de que cada ‘bucha’ de cocaína é vendida a R\$ 50,00 (cinquenta reais). (auto de apreensão em flagrante)

A natureza da droga apreendida varia, na maioria dos casos a apreensão é de crack, seguido por maconha e por último, cocaína, drogas sintéticas de qualquer espécie não foram encontradas.

Os autos de interrogatório, qualificação e vida pregressa são parte do procedimento que traz as seguintes informações do acusado: nome, registro geral, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, filiação, endereço, telefone, profissão, renda mensal, idade em que começou a trabalhar, estado civil, sabe ler e escrever, grau de escolaridade, e outros elementos pessoais como: dentes, cabelos, sobrancelhas, olhos, cútis; nariz, barba, bigode, altura, é arrimo de família, religião, se teve tutores, se tem filhos, se vive com eles, se tem vícios, quais, se já foi indiciado, se já foi processado.

Essas informações sobre os acusados são respondidas objetivamente sem muitos detalhes – sim/não, bom/mau estado, branco/negro/pardo –, e embora tais dados devam ser vistos com cuidado e desconfiança, é notável em todos os processos o baixo nível de escolaridade registrado, a profissão e a questão do vício. De todos os processos vistos em apenas um o suspeito tinha o 2º grau completo, todos os outros 1º grau incompleto ou 2º grau incompleto. Todos possuíam trabalhos autônomos – pintor, servente de pedreiro, auxiliar de serviços gerais – o que serve como argumento para a manutenção da prisão do acusado. E na maioria dos casos os suspeitos se declaram usuários de drogas. A questão racial não se tornou evidente, em boa parte dos processos os acusados são descritos como brancos, todavia, não é possível tirar conclusões por essas fontes. No interrogatório dos suspeitos, após ser informado de seus direitos, ele

pode se manifestar e contar sua versão dos fatos ou manter-se em silêncio e falar apenas em juízo.

Após todo esse procedimento é produzida uma nota de culpa onde se informa ao acusado pelo motivo que ele está preso. Ele não é obrigado a assinar essa nota de culpa, e assinar, teoricamente, não significar confessar. Essa nota de culpa é enviada ao juiz que tem duas opções: a primeira é soltar o preso; a segunda é transformar a prisão em flagrante em prisão preventiva. Assim, após a realização da prisão em flagrante o delegado de polícia tem 24 horas para comunicar o judiciário sobre a prisão. Com a comunicação o magistrado precisa homologar a prisão, caso considere legal e decidir se mantém preso o acusado. É nesse momento que o juiz fundamenta a manutenção da prisão em flagrante e a conversão dela em prisão preventiva ou soltar o acusado, caso não seja necessária a prisão preventiva. Isso por que para manter alguém preso sem condenação são necessários alguns requisitos previstos no artigo 312<sup>22</sup> do código de processo penal.

Em nenhum processo analisado o juiz soltou o acusado e as observações da pesquisa demonstram que soltar o acusado não é comum, sendo a prática regular converter o flagrante em prisão preventiva. Curiosamente o argumento presente em todos os processos analisados é que a descrição do fato – os depoimentos dos condutores que realizaram a prisão – fundamenta a prisão preventiva. Essa descrição é considerada legítima por ser uníssona a descrição de ambos condutores e por ser tráfico de drogas a necessidade da garantia da ordem pública.

Eventualmente pode haver um pedido de liberdade provisória<sup>23</sup> onde o juiz se manifestará pela liberdade ou pela manutenção – normalmente após receber o parecer do ministério público –, porém nos processos analisados só houve esse pedido após a fase processual e promovido por advogados contratados. Na maioria dos processos analisados os acusados não possuíam defesa e, portanto, a eles eram nomeados advogados dativos, vários dias após a prisão, algumas vezes até meses – para promover a defesa no processo.

---

<sup>22</sup> A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

<sup>23</sup> Esse é o pedido realizado para que o réu possa responder o processo em liberdade. Basicamente é construído através da argumentação que o réu – ou o fato – não se enquadra nos requisitos do artigo 312 do código de processo penal. Normalmente a defesa procura atacar alguns argumentos que favorecem a prisão, por exemplo, que o réu tem residência fixa, trabalho ou ocupação lícita, que é boa pessoa e não oferece risco na sua soltura, ao fim, que ele não oferece risco à ordem pública.

Todo esse conteúdo é resumido em um relatório do delegado de polícia que encaminha ao ministério público – juntamente com todo o inquérito policial – e este, caso considere existir o crime, promove uma denúncia que, se aceita pelo magistrado marca o início da ação penal e do processo penal<sup>24</sup>. Essa denúncia é a peça inicial da acusação, na qual o promotor de justiça qualifica os acusados, narra os fatos delituosos que deram ensejo ao processo. Nessa descrição pode haver vários fatos que serão numerados em fato 1, fato 2, e assim por diante, essa situação foi vista em alguns processos analisados nos quais, os outros fatos – fora o tráfico de drogas – eram normalmente associação para o tráfico de drogas<sup>25</sup>. A fonte das informações do ministério público vem do inquérito policial, que nos casos analisados são resultado da prisão em flagrante produzida pela polícia, assim, as informações utilizadas na denúncia são as mesmas informadas pelos condutores do preso em flagrante, os policiais, algumas vezes são até mesmo idênticas. Ao final um rol de testemunhas de acusação deve comparecer à audiência, na qual sempre estão – mais uma vez – os condutores, e alguma outra testemunha que tenha deposto ou esteja relacionada no inquérito policial.

Em diversos processos existe a referência a usuários que confirmam a compra da droga do acusado, muito desses usuários permanecem anônimos como vemos nesse depoimento de um dos condutores – policial militar – de um acusado por tráfico: “foram abordados por um transeunte (anônimo) o qual relatou para a equipe que um indivíduo (...) fazia a venda de substancia entorpecente do tipo maconha próximo ao comércio denominado Paraguaizinho” (depoimento de um condutor). Porém em outras vezes, quando o usuário é identificado este dificilmente é encontrado novamente e não comparece em audiência para relatar o ocorrido. Por fim é anexado o inquérito policial à denúncia e esta enviada ao juiz.

Assim que recebe a denúncia o magistrado intima o acusado para que promova sua defesa prévia<sup>26</sup>, e esta deve ser feita por um advogado contratado e caso o acusado – que passa a ser chamado de réu<sup>27</sup> – não tenha condições de contratar um, outro lhe será nomeado. Assim somente nesse momento é que o acusado – caso não tenha como contratar um advogado – terá direito a defesa. Em alguns processos é possível ver a

---

<sup>24</sup> Para o sistema jurídico nacional o que se passa antes do recebimento da denúncia é procedimento administrativo da polícia e não um processo penal, isto por que lá não prevalece o sistema acusatório, nem seus princípios, como já vimos acima.

<sup>25</sup> É quando duas ou mais pessoas se associam para praticar o crime de tráfico.

<sup>26</sup> A defesa prévia é uma modalidade de defesa para alguns crimes, entre ele o tráfico, onde o acusado se defende antes do juiz aceitar a denúncia. Em outros crimes existe a resposta à acusação que é realizada após o recebimento da denúncia.

<sup>27</sup> Que vem do latim *res* que significa coisa.

presença de advogados contratados, se não durante todo o processo ao menos na parte policial, contudo, na maioria dos processos os advogados são dativos.

O objetivo da defesa prévia é se defender da acusação, para que o juiz não aceite a denúncia, todavia, nas defesas analisadas vê-se claramente a utilização formal desses instrumentos na maioria dos casos. Formal, pois, de fato, não há defesa, mas sim a informação que a defesa considera que o procedimento policial está em ordem, e que irá se manifestar nas alegações finais – ou seja – após as audiências. Todavia não foi encontrado nos processos analisados – nem nas demais observações realizadas durante a pesquisa – situações em que após o oferecimento da denúncia essa seja rejeitada.

Assim o magistrado após uma pequena fundamentação, informando do que trata a acusação, a materialidade do crime e da autoria – informados pelo inquérito policial – e as provas que em todos os casos analisados foram o depoimento dos condutores, recebe a denúncia e determina a data da audiência criminal. Esta audiência é um ponto importante do processo penal, pois lá as testemunhas, vítima e interrogado – acusado – poderão ser ouvidos diante do juiz, promotor de justiça e defensor, que poderão questionar e contraditar.

Nestas audiências, primeiro são ouvidas as testemunhas de acusação e posteriormente as testemunhas de defesa e por último o interrogatório do acusado, que precisa estar acompanhado de um advogado, caso não esteja – por qualquer motivo – o juiz irá nomear um para o ato, apenas para acompanhar a audiência. Essas audiências são públicas e podem ser acompanhadas por qualquer cidadão.

O papel do magistrado nessa audiência é de presidir e controlar, informando os compromissos legais das testemunhas e questionando quando lhe surgem dúvidas. O promotor é responsável pela acusação, embora essa não seja uma obrigação, pois ele pode pleitear a absolvição. Normalmente após a fala do juiz a palavra é passada ao promotor que inicia os questionamentos das testemunhas, e posteriormente o defensor.

Normalmente a vítima é a primeira a ser ouvida, todavia, no crime de tráfico de drogas a vítima é o Estado e, portanto, nesses casos as testemunhas de acusação se tornam as primeiras a serem ouvidas. Em todos os processos e nas observações feitas tais testemunhas foram os policiais – civis em apenas duas situações – militares e eventualmente alguma testemunha do fato. O promotor de justiça inicia os questionamentos e logo após a defesa, e caso o juiz ache necessário poderá questionar para dirimir alguma dúvida. Por sua vez as testemunhas de defesa – arroladas pelo

defensor – quando existem são bonificatórias<sup>28</sup>, e quem começa com as inquirições é o defensor. O “réu” é o ultimo a ser ouvido e caso não haja exigência das testemunhas ele poderá permanecer dentro da audiência desde o início para ver do que lhe acusam. O interrogatório do acusado é realizado pelo juiz que certifica o réu das acusações, faz questionamentos e após passa a palavra para o ministério público e por último a defesa. Pode haver, após esse procedimento, o pedido de diligências, todavia, tal situação não foi verificada nos processos analisados.

Após a audiência de instrução do processo o Ministério Público e a defesa devem fazer suas alegações finais. Estas, embora possam ser realizadas oralmente em audiência, são realizadas por memoriais – escritas – dentro de um prazo<sup>29</sup> estabelecido legalmente. Primeiro as alegações finais do Ministério Público, posteriormente as alegações da defesa. As alegações finais são o último momento em que se pode argumentar sobre o fato ocorrido, materialidade do crime e/ou autoria do crime<sup>30</sup>, e nesse momento todas as provas já foram produzidas.

As alegações do Ministério Público consistem de: inicialmente um relato do processo, um breve resumo processual, informando quem é o réu, qual é o crime, informando o número da página onde ele foi denunciado, quando foi aceito, as testemunhas de acusação, de defesa, o interrogatório e os laudos periciais; posteriormente o promotor passa a fundamentar os argumentos de seu pedido, e embora ele possa pedir a absolvição, em todos os casos analisados pediu-se a condenação. Trata-se aqui de uma síntese dos argumentos da denúncia, narrando o fato sempre preocupado em demonstrar a autoria e a materialidade do crime. A autoria para demonstrar que o acusado é o autor do crime e a materialidade é a prova que o crime ocorreu, o que nos casos analisados foi o testemunho dos condutores e o laudo de pesquisa toxicológica<sup>31</sup>.

A forma como é realizada a fundamentação varia conforme o promotor, mas normalmente trata-se de um texto argumentativo, no qual se cruzam as provas e os argumentos para condenação. O argumento é construindo com trechos dos testemunhos, aproveitando para desconsiderar eventuais argumentos da defesa e valorizando e legitimando as provas da acusação. Por isso que em todos os processos acompanhados

---

<sup>28</sup> Esse é o termo para informar que a testemunha não viu o fato, e estão ali apenas para falar da vida, qualidades e defender acusado.

<sup>29</sup> A legislação estabelece um prazo de cinco dias para o promotor e para a defesa e mais dez dias para a sentença, todos sucessivamente.

<sup>30</sup> Nativamente isso é chamado discussão do mérito.

<sup>31</sup> Que estabelece que a substância é de fato uma substância proibida no Brasil e assim considerada droga.

frisa-se a legitimidade do testemunho dos policiais, já prevendo o possível argumento da defesa ao afirmar que o uso de drogas não é incompatível com o tráfico de drogas. Quando há a presença de testemunhas de defesa existe a tentativa de desclassificá-las sob acusação de serem contraditórios ou sem crédito – muitas vezes por serem usuários ou ainda por motivos diversos. Todos esses argumentos são corroborados com jurisprudências e doutrina. Assim ao argumentar a legitimidade do testemunho geralmente é incluída uma jurisprudência informando isso:

Apelação criminal Tráfico de entorpecentes. Pretendida a absolvição por insuficiência de provas ou a desclassificação para o delito do artigo 28 da Lei nº 11.343/06. Impossibilidade. Inviável a absolvição ou a desclassificação para o delito o artigo 28 da Lei nº 11.343/06 se as circunstâncias que envolvem os fatos, a quantidade de droga e a forma como estava embalada, dentre outras, evidenciam a prática do tráfico de entorpecentes **Não se pode negar valor aos depoimentos de policiais quando os mesmos são essencialmente harmônicos e não se vislumbra nenhuma razão para incriminarem injustamente os réus** - Pretendida a fixação do regime aberto Impossibilidade. Tendo a quantidade de droga apreendida evidenciado não se tratar de pequeno traficante, somando-se a tal fato a incompatibilidade do regime prisional fechado com o disposto no artigo 44 do CP, impossível a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, ou o cumprimento da pena em regime diverso do fechado. Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 00512200420118260050 SP 0051220-04.2011.8.26.0050, Relator: Luis Augusto de Sampaio Arruda, Data de Julgamento: 21/06/2013, 1ª Câmara Criminal Extraordinária, Data de Publicação: 02/07/2013)<sup>32</sup>

Após essa construção argumentativa realiza-se o pedido, que nos processos examinados foram de condenação. Então o juiz abre o prazo para as alegações finais da defesa, isso ocorre para que a defesa saiba exatamente de que fato lhe acusam. As alegações finais da defesa seguem o padrão semelhante ao do Ministério Público, é um texto argumentativo normalmente dividido em uma síntese fática, e embora o padrão seja semelhante ao do promotor, aqui a narração dos fatos é feita destacando elementos importantes para a defesa, como a ausência de provas, fragilidade da denúncia anônima, primariedade do acusado. Em um segundo momento é realizada a discussão sobre o direito, os fundamentos jurídicos e legais que justificam o pedido da defesa. Geralmente os argumentos são construídos para justificar por que o pedido de condenação do promotor não deve ser aceito, utilizando-se das declarações e informações dos acusados. A desclassificação das provas da acusação também é peça chave da defesa relatando abusos policiais, prisões arbitrárias, flagrantes forçados, denunciando torturas – até mesmo questionando por que os crimes de tortura não são denunciados. Por vezes o capítulo se subdivide em questões específicas do crime, como “do tráfico de drogas”,

---

<sup>32</sup> Sem grifo no original.



“da desclassificação para o crime de uso de drogas” ou “das provas”, seguindo de argumentos específicos para essas questões. Todos os argumentos são fundados em interpretações da Constituição Federal, em doutrinas, leis e jurisprudências que preenchem boa parte da defesa. Ao fim a defesa faz o pedido pleiteando a absolvição ou desclassificação do crime de tráfico de drogas para o crime de uso de drogas.

Após as partes – defesa e Ministério Público – se manifestarem cabe ao juiz fazer a sentença de julgamento, que como as alegações finais, é um texto argumentativo para fundamentar a decisão<sup>33</sup>. Por isso segue uma lógica muito semelhante às peças processuais anteriores: um relatório onde há uma breve descrição, narrando o fato, a qualificação do acusado, o que ocorreu durante o processo, qual foi o argumento da acusação e da defesa; feito isso o magistrado passa a fundamentar a sua decisão cruzando dados – provas – do processo e argumentação, sempre fortalecendo sua decisão em pontos mais controvertidos através de jurisprudência e doutrina. Os depoimentos das testemunhas são utilizados como forma de dar corpo a argumentação, um desenrolar do fato criminoso, e conforme se desenvolve existe a identificação de fatos criminosos. O que falta, as lacunas e as contradições são resolvidas conforme o seu livre convencimento: “Anotese ainda que a versão apresentada pela acusada não é razoável. Isso porque não é crível que não soubesse da existência de 25 gramas de crack em sua própria residência” (sentença criminal). Ou ainda:

Tal situação se revela, ainda, seja pela quantidade de droga apreendida (15 pedras de crack); seja pela forma de acondicionamento dos entorpecentes, pronto para a venda; seja pela expressiva quantia em dinheiro (R\$ 922,00), que o réu se quer fez prova da origem lícita, circunstâncias estas que evidenciam a mercancia. (sentença criminal)

A fundamentação também é no sentido de dar uma resposta aos pleitos da defesa e da acusação, assim, caso um dos pontos da defesa se baseie em uma testemunha ou qualquer outra prova – até mesmo a carência dela – o juiz precisa se manifestar e dar valor/sentido aquela prova.

Nota-se que tal informante, mesmo afirmando estar na residência dos acusados por conta da amizade que com estes possuía, sequer soube afirmar qual a ocupação dos mesmos. Do mesmo modo, difícil convir que carregasse um cachimbo meramente por conta de ser usuária, sendo que não pretendia usar drogas naquela ocasião. Resta claro, pois, que a referida informante dirigiu-se à residência dos acusados no intuito de adquirir e fazer uso de substâncias entorpecentes. (sentença criminal)

---

<sup>33</sup> A decisão do juiz é formada através do seu livre convencimento desde que fundamentado. Isso no mundo jurídico é chamado de princípio do livre convencimento, que significa que o juiz pode atribuir qualquer sentido as provas do processo para sua decisão, mas é necessário que ele fundamente.

Porém toda fundamentação é baseada, sobretudo, no depoimento dos policiais, e em todas as sentenças foram encontrados esforços argumentativos para legitimar o depoimento dos policiais.

Convém consignar ainda que os atos praticados pelos policiais, no exercício de suas funções, possuem presunção relativa de legitimidade, regularidade e veracidade, podendo ser desconstituídos somente por prova inequívoca em sentido contrário. Todavia, meras alegações destituídas de qualquer substrato a confirmá-las não são aptas a contradizer a versão uníssona, firme e inconteste dos policiais que atuaram na investigação dos fatos ou na abordagem dos agentes.

Portanto, não restam dúvidas quanto à autoria do delito previsto no art. 33, *caput*, da lei nº 11.343/06, por parte da acusada. Os depoimentos prestados pelos policiais militares são seguros e coerentes entre si, sendo que penas contraditórias não são suficientes para infirmá-los. (sentença criminal)

Após fundamentar sua decisão o juiz passa efetivamente a aplicação da pena, estabelecendo qual é o crime, culpabilidade<sup>34</sup> do agente, seus antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias, consequências e comportamento da vítima, e finalmente fixando a pena e o regime de cumprimento de pena<sup>35</sup>.

Ao analisar os processos fica claro que se trata de um caminho a ser seguido por cada um dos participantes. Existe uma estratégia argumentativa idêntica em todos os processos vistos, que assume disposições e formas diferentes conforme os operadores do SJC, acusados ou o fato, porém, em todos os processos são notórias as mesmas construções argumentativas. Tanto que as jurisprudências, doutrinas – e às vezes a própria argumentação – é idêntica em diversos processos, ao ponto de se utilizar dados de outros processos, como ficou evidenciado nos processos pesquisados, um deles o caso em que a prisão e a condução foram realizadas por policiais civis, todavia, a argumentação inteira fala de policiais militares.

A análise dos processos constituiu um dos pontos nevrálgicos da pesquisa, pois escancarou relações que eu pude explorar tanto nas entrevistas como nas observações do campo. A mecanização dos processos através da mesma construção argumentativa que resulta em uma condenação ou, anteriormente, na manutenção da prisão preventiva através do argumento de perigo à ordem pública. O próprio perfil dos acusados e as situações e circunstâncias das prisões. Os argumentos utilizados pelos promotores e juízes, bem como a forma de atuação da defesa foi algo passível de análise no contexto

<sup>34</sup> É um dos elementos do crime. A culpabilidade – em uma breve explicação – é a capacidade de responsabilização do agente, que é fundada, sobretudo, na sua capacidade de discernimento e determinação diante do fato criminoso.

<sup>35</sup> Que pode ser fechado, semi-aberto ou aberto, todavia, nos processos vistos, salvo alguma situação especial a pena inicia-se no regime fechado.

total do trabalho, pois fez pensar a relação entre os agentes, a relação no campo, a interação entre juízes, promotores, policiais, advogados particulares e dativos, os estagiários e assessores e por fim o réu, e deram os elementos essenciais para se conduzir as primeiras observações do campo e as entrevistas.

### **2.3. Entrevistas**

Considerando o trabalho de campo como um rito de passagem para o jovem pesquisador, sem dúvida, as entrevistas foram o rito de passagem mais significativo (DAMATTA, 2010). O processo do método de pesquisa teve seu cume no desenvolvimento e na realização das entrevistas. E só poderia ser assim, pois, se o meu objetivo eram as representações dos operadores do SJC – promotores de justiça e juízes – sobre um determinado “objeto”, perguntar é o método mais lógico, em princípio. E foi o que eu disse logo na primeira aula de métodos e técnicas de pesquisa do programa de pós-graduação em sociologia UFPR.

Nessa primeira aula a querida Professora Doutora Marlene Tamanini, determinada em nos fazer perceber o que é uma pesquisa científica, perguntou se alguém gostaria de se expor e apresentar seu problema de pesquisa. Eu, por outro lado, ansioso e animado pela expectativa de me tornar um pesquisador me voluntariei. Nesse momento meu problema de pesquisa – tão disforme e confuso – era: investigar por que as políticas públicas que promovem a liberdade provisória do acusado não alcançam o suspeito preso preventivo por tráfico de drogas, em Ponta Grossa, Paraná?

A primeira questão da professora foi: como você pretende fazer isso? Entre as minhas explicações estava a entrevista aos juízes e promotores de justiça, lembro-me também de justificar que poderia extrair a verdade deles através de técnicas de entrevista e tantas outras besteiras. A resposta foi perfeita. Através dela foi possível iniciar um debate sobre como não deve ser um problema de pesquisa, ao menos em sociologia. Desse debate consegui perceber que o meu problema de pesquisa deveria ser direcionado para as representações daqueles que decidem e se manifestam sobre a manutenção da prisão dos suspeitos por tráfico de drogas.

Uma das formas que eu poderia utilizar para analisar as representações desses operadores era a através da entrevista. Já no início optei por organizar uma estratégia de pesquisa que aceitasse a possibilidade de não conseguir entrevistar ninguém ou que as entrevistas fossem lacunosas e com pouco conteúdo para análise. Assim toda a entrevista deveria ser muito bem aproveitada, objetiva e precisa. Para isso eu precisava

de diversas perguntas e dados organizados, ou seja, eu precisava de um guia de entrevista. Eu também precisava ter experiência em entrevistas, pois essa é uma prática incomum no curso de bacharelado em direito. Diversos estagiários, assessores e serventuários da justiça foram informantes, as primeiras entrevistas foram por afinidade e/ou por indicação, conforme indica Cicourel.

Ao se realizar investigações em comunidades modernas ou em organizações industriais, descobriu-se que é oportuno, e algumas vezes até mesmo essencial, fazer os contatos iniciais com as pessoas que controlam a comunidade. (...) O apoio delas ao projeto pode ser crucial, e eles podem ser úteis para se fazer outros contatos. (CICOUREL, 1980, p.89)

O guia de entrevista foi se modificando conforme a minha experiência no campo, – assim os dados coletados e analisados dos processos criminais, entrevistas exploratórias, conversa com informantes e outras observações do campo – acabaram por estabelecer o roteiro, a lista de temas que eu deveria abordar com aquela entrevista. Desta forma, todas as entrevistas tiveram um guia próprio, construído com base nas experiências anteriores.

Assim, as entrevistas com os estagiários e assessores não foram pensadas apenas pelo seu conteúdo relevante a pesquisa, mas também com uma finalidade pedagógica. Para aprender a arte da entrevista tem que entrevistar. E de fato não só as entrevistas exploratórias, mas as entrevistas com assessores e estagiários foram determinantes, não apenas pelo conteúdo, mas para aprimorar as entrevistas.

Como se apresentar, realizar as questões, como tomar nota e registrar foram pontos refletidos a cada entrevista, e ao final, com os operadores do SJC já estava com bastante confiança e fluidez nas entrevistas. Conseguia registrar com maior qualidade, fazer retomadas rápidas para o tema da pesquisa, quando o entrevistado desviava o foco. A qualidade da apresentação também foi modificando. Nas primeiras experiências não imaginava que viram questões inesperadas sobre a pesquisa ou o tipo de entrevista que seria realizada. Com o tempo conseguia me apresentar de forma sucinta, explicando o propósito da entrevista e da pesquisa realizada. Foi importante passar para os entrevistados que a pesquisa não lhe faria mal algum. Um promotor me disse que não faria entrevista fechada ou questionário, pois, segundo ele, pode ser mal interpretado, mas na realidade “os contatos no campo querem se assegurar de que o pesquisador é um ‘bom sujeito’, de que se pode ter certeza que não fará ‘nenhuma sujeira’ com o que descobrir. Eles não estão interessados em entender a base lógica de um estudo”(CICOUREL, 1980, p.90).

Primeiro eu me apresentava como pesquisador, relatava um pouco da minha pesquisa, e logo dizia que o meu objetivo era perceber como aqueles que trabalhavam no SJC percebiam algumas questões como: o tráfico de drogas; o uso de drogas; as drogas; como funcionava a prova do tráfico de drogas; os usuários de drogas; advogados entre tantas outras. Cada um desses temas era pensado conforme o entrevistado, assim, se ele fosse um assessor de um juiz da vara da infância e juventude que atua exclusivamente nos casos de infração, os temas seriam semelhantes, contudo envolvendo em alguma aspecto a experiência profissional com os jovens. Desses temas, conforme as respostas abriam espaços, novas questões eram exploradas na própria entrevista ou em outras. A listagem destes temas possibilitava a mudança do rumo da entrevista, assim sempre que o entrevistado se afastava do tema, ou se fosse muito sucinto, logo eu reconduzia a entrevista para os trilhos: “E o que você pensa sobre esse tema?”

Como realizar as perguntas também foi um ponto importante e que foi se adequando à pesquisa. Eu sentia certo afastamento ou uma postura defensiva do entrevistado quando as questões eram muito incisivas ou iniciadas pelo “por que...?”, como se eu estivesse criticando. Todavia quando as questões eram realizadas através do “como...? Eu simplesmente conduzia a entrevista com “e sobre isso o que você acha?”, ou aprofundando conforme o interesse. Aqui foi válido o conselho do Howard Becker:

Compreendi pela primeira vez que “como?” era melhor que “por quê?” como resultado de minha prática em pesquisa de campo. Quando entrevistava pessoas, se lhes perguntava por que haviam feito algo, provocava inevitavelmente uma resposta defensiva. Se perguntava a alguém por que havia feito certa coisa em que eu estava interessado – “Por que você se tornou um médico” (...) –, o pobre e indefeso entrevistado compreendia minha pergunta como um pedido de justificação, de uma razão boa, suficiente para a ação sobre a qual eu estava indagando. Respondia meus “por quês?” de maneira breve, cautelosa, pugnaz, como se para dizer: “Certo, meu chapa, isto é bom o bastante para você?” (BECKER, 2007, p.85)

Quando os entrevistados percebiam que o meu interesse era a opinião deles apenas, ficavam mais livres para se expressar. Muitas vezes as entrevistas se tornavam uma conversa, de tal maneira que, uma vez entrevistando um juiz em sua sala de audiências, um advogado entrou para falar com o juiz e participou alguns minutos da entrevista, ou em outra situação, o entrevistado começou a fazer questões como se de fato fosse uma conversa, outro perguntou “e você já fumou maconha”?

Situações curiosas como lamentos, críticas, fofocas, ocorriam bastante, era muito comum o sentimento de frustração por não conseguir resolver as coisas, ou com a atividade que exerce. Bem como era muito comum a indicação de materiais, livros,

outros entrevistados, desta forma, diversas entrevistas ocorreram por causa desse efeito bola de neve (COMBESSIE, 2004). Em uma situação me foi indicada a leitura de um livro do autor Olavo de Carvalho, essa situação curiosa me fez indagar a todos os entrevistados uma sugestão de leitura para compreender melhor as questões das drogas ou do tráfico de drogas. Assim me foram indicados livros evangélicos e espíritas, ou materiais produzidos pela Polícia Militar sobre o tema.

Em geral as entrevistas foram conduzidas sem problemas, sempre fui bem recebido pelos entrevistados. Alguns até diziam: “Olhe só tenho 30 minutos”, todavia quase todas as entrevistas duravam cerca de uma hora. Quase todas as entrevistas foram gravadas, alguns não permitiram a gravação, mas permitiram anotações, que eram complementadas com notas de voz que realizava logo após as entrevistas. Ao todo foram 16 entrevistas gravadas, 4 entrevistas não gravadas e diversas entrevistas exploratórias. Dezenas de notas de voz que registrei com observações das entrevistas e outras observações do campo. Para preservar os entrevistados suas identidades foram suprimidas, todavia, por sugestão do Professor Pablo Ornelas Rosa eu estabeleci uma legenda para individualizar os operadores que cito. Assim, através de uma numeração simples, ainda que preservada a identidade, se saberá quando se trata de um operador ou de outro.

#### **2.4. Observações do campo**

A observação está fortemente ligada à descoberta. (COMBESSIE, 2004, p.25)

A pesquisa de campo poderia ser ainda mais benéfica para os que adotam a observação participante, se os problemas de acesso, interpretação e outros similares pudessem ser incluídos na discussão dentro do texto. (CICOUREL, 1980, p.107)

Os dados relativos da observação de campo não foram analisados individualmente. Serviram mais para desenvolvimento da pesquisa, oferecendo novas questões que eram relevantes à investigação ou complementando dados colhidos nas entrevistas e/ou nos processos. A análise dos dados da observação do campo foi realizada progressivamente, conforme a pesquisa evoluía, e só foi possível através da descrição detalhada e permanente através do diário de campo. “Registrar informações e verificar pistas e palpites durante a observação participante intensiva é um trabalho duro

e prolongado” (CICOUREL, 1980, p.94). Procurei realizar as anotações ainda no campo, e quando não era possível, realizava através de notas de voz no gravador, para evitar que as lacunas na reconstrução da situação observada, fosse preenchida pela minha imaginação e preconceitos. “O grande problema a superar aqui é o intervalo de tempo entre a observação e o registro” (CICOUREL, 1980, p.94).

Para refrescar a sua memória o observador participante pode recorrer aos seus registros, mas, se sua perspectiva mudou com o passar do tempo, pode vir a desprezar ou a não dar o devido valor a anotações e impressões anteriores em favor das feitas posteriormente. (CICOUREL, 1980, p.95)

O progresso da qualidade de observação e registro seguiram o rumo da pesquisa. Inicialmente, após a análise dos argumentos utilizados nos processos de tráfico de drogas, pude observar e registrar diversas situações relevantes a essa etapa da pesquisa. Essas observações me fizeram refletir sobre a interação entre os agentes no campo. Pequenos detalhes que fazem a diferença da análise, como por exemplo quando notei que um dos argumentos mais comuns para se pedir/fundamentar a condenação ou a prisão preventiva do suspeito por tráfico é “o depoimento harmônico dos policiais militares”. E de fato, os depoimentos em todos os processos analisados são “harmônicos” – para não dizer idênticos –, mesmo em casos que ocorreram a vários meses e até mesmo anos. Observando a dinâmica das audiências pude perceber duas situações: A) muitos policiais afirmavam – antes da audiência – que não lembravam direito da ocorrência e pediam para ver o processo para recordar; B) em audiência os policiais não se lembravam da ocorrência, diante dessa situação o promotor de justiça mostrava o boletim de ocorrência para ver se o policial militar lembrava-se do ocorrido.

A reflexão sobre tal observação fez incluir nas entrevistas as relações dos operadores do SJC com as provas do processo de tráfico de drogas. A análise da interação desses operadores com os policiais militares foi determinante no processo da pesquisa empírica, e conduziu boa parte das questões das entrevistas. Curiosamente as reações dos operadores diante dessas questões sempre eram defensivas e semelhantes.

Por outro lado, observar essa prática me fez refletir sobre a relação desses operadores com a defesa. Pois muitos defensores se limitavam a dizer: “sem mais perguntas excelência”, essa dinâmica também conduziu toda uma linha temática nas entrevistas sobre a defesa e os defensores. Também me fez refletir sobre a minha inserção no campo.

Certa vez fui ao gabinete de um juiz para marcar uma entrevista, e logo após bater a porta sai seu assessor que ficou em frente a porta, que ele fechou, e fica me

olhando. Por minha vez expliquei que gostaria de falar com o juiz, e logo ele me interpela questionando qual era o assunto. Insisti, novamente agora com a expressão consternada, que gostaria de falar com o juiz. O assessor para evitar um embate logo sai de sua representação e diz baixo: “desculpa, mas o doutor não gosta de atender ninguém, nem os advogados”. Essa reação foi por que ele pensava que eu estava ali como advogado! Logo expliquei que não era advogado, mas sim um pesquisador e queria conversar com o juiz, logo a expressão do assessor mudou, assim como a do magistrado, que após ser informado da situação me recebeu na mesma hora.

Assim todas as situações que me atraíam a atenção eu registrava no diário de campo. Assim que registrada e analisada, dependendo da sua relação com a pesquisa, as questões observadas passavam a integrar a pesquisa. Outras ficaram registradas para outras pesquisas futuras. Eu procurei seguir a seguinte sugestão:

No diário, são anotadas as informações mais factuais (coisas vistas, ouvidas) e as primeiras reações a essas informações: impressões, emoções, análises feitas ao vivo, questões novas ou reformuladas, analogias entre o que acabava de ser observado e o que já é conhecido por outras fontes, informações complementares que aparecem desejáveis, pessoas a encontrar... Analisadas, essas anotações podem ser postas no relatório de pesquisa, na dissertação, na obra. (COMBESSIE, 2004, p.37)

Por isso, boa parte das observações realizadas encontra-se difusa na dissertação e na pesquisa. As reações dos entrevistados e informantes às minhas questões, determinavam a forma de realizar as perguntas nas próximas entrevistas. Também os pontos sensíveis eram anotados para que em outras oportunidades pudesse explorar melhor. Por exemplo, logo nas primeiras entrevistas foi possível ver uma reação de justificção e automatização da resposta quando a questão era as provas do processo de tráfico de drogas. Sempre que eu questionava como se diferenciava o traficante do usuário vinha uma resposta padrão. Se eu insistisse questionando a importância do depoimento policial como prova e a sua validade como prova única, as respostas eram mais curtas e consternadas, que me soava defensiva, e com isso trouxe questões importantes à pesquisa. A análise das relações entre os agentes e a dinâmica do funcionamento do SJC foi reflexo da observação do campo, que passo a analisar agora.

### CAPÍTULO 3 – A COVA. CAMPO, AGENTES E AS RELAÇÕES.

Em suma, o que estou tentando dizer é que no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os



atores jurídicos, cada um deles usando a parte do “real” que melhor reforce seu ponto de vista. Nesse sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência. (CORRÊA, 1983, p.40)

A descrição do campo e dos sujeitos que estão imersos neles é determinante para a compreensão dessa pesquisa. O que se pretende aqui é analisar os operadores do SJC e a suas relações entre si e com o campo investigado. As relações observadas entre os operadores apresentam características importantes para compreender a dinâmica do exercício do SJC, e ao mesmo tempo, oferece elementos para analisar a representações desses operadores.

Por isso nesse capítulo busco descrever um pouco das minhas observações e entrevistas realizadas para analisar não só a estrutura física do Fórum, que no presente caso contribui na reflexão sobre a dinâmica do SJC, mas também os juízes e promotores – os operadores –, os advogados, que embora não façam parte da pesquisa, acabam por integra-la através dos apontamentos dos entrevistados e que determinam um aspecto importante da pesquisa, pois além de também serem operadores do SJC possuem um papel importante no processo de acusação. E por último temos os funcionários, os estagiários e assessores, que ajudam a operar tal SJC e que por isso utilizam-se de critérios objetivos para dar conta de suas demandas.

### **3.1. O Fórum**

O Desembargador Joaquim Ferreira Guimarães é patrono e dá nome ao Fórum Estadual de Ponta Grossa localizado em um prédio na região próxima ao centro da cidade. A estrutura do Fórum é ampla, bem dividida e organizada, conta com dois edifícios ao seu lado o juizado especial civil e criminal – que possui ligação com o Fórum – e ao lado do juizado o Fórum eleitoral. Recentemente foi construído o Fórum da Justiça do Trabalho nas proximidades o que concentra o fluxo de serviços jurídicos e de acesso à justiça em uma pequena área. Ainda dentro do fórum de Ponta Grossa existem três bancos, uma cantina, quatro varas criminais, quatro varas cíveis, duas varas de família, uma vara da infância e juventude, uma vara de execução penal, uma sala da ordem dos advogados, e no prédio ao lado, existem ainda três juzizados especiais civis, criminais e da fazenda, além de outras salas para oficiais de justiça, gabinetes para juízes, promotores de justiça, sala de assistente social, entre outras.

O prédio do juizado faz parte do Fórum, não só pela ligação estrutural, mas funcional, pois diversos gabinetes de juízes e promotores – principalmente os substitutos, que estão no prédio ao lado. O juizado, diferente das varas criminais, é responsável por julgar conflitos menores, sejam criminais ou cíveis. Na esfera criminal o juizado é responsável pelo julgamento de contravenções penais e crimes com pena não superior a dois anos. Assim, por exemplo, o uso de drogas é julgado pelo juizado especial criminal, porém os crimes com penas superiores a dois anos são julgados pela justiça comum – as varas criminais –, como o tráfico de drogas.

Por isso, em dias normais, o Fórum de Ponta Grossa recebe um grande número de pessoas, juízes, promotores de justiça, advogados, estagiários, assessores, policiais militares, policiais civis, cartorários, serventuários da justiça em geral, além dos usuários e sujeitos requisitados pelo sistema judiciário. Entre estes reclamantes e reclamados de pendengas variadas, testemunhas, amigos, parentes, vítimas de crimes, autores de crimes, presos – que são trazidos para comparecer a audiência, e demais pessoas.

O prédio possui três pisos e sua estrutura favorece interação entre eles. Assim do terceiro andar, onde fica a terceira vara criminal, vara de execução penal, sala da ordem dos advogados e vara da infância e do adolescente é possível ver o que se passa no segundo andar, onde ficam a sala do tribunal do júri, a primeira e segunda vara criminal, de onde é possível ver o primeiro piso, destinado às varas civis. As varas criminais ficam concentradas no segundo e terceiro piso – exceto a quarta vara criminal que fica no térreo –, e por isso nessa área é comum sempre encontrar os advogados, juízes e promotores criminais.

As varas são espaços de exercício jurisdicional e são compostas de uma sala de audiências, o cartório da respectiva vara, gabinete do juiz e gabinete do promotor. Algumas varas possuem competência para julgar certos tipos de crimes – como a primeira vara criminal que julga, além de outros crimes, os crimes contra a vida – e por isso é comum que tenha vários promotores. Assim existe o promotor de justiça da primeira vara criminal e o promotor responsável pelo tribunal do júri – crimes contra a vida – que tem seu gabinete em outro setor do prédio. Bem como os juízes substitutos que tem seus gabinetes em outro setor. Os estagiários e assessores ficam dentro do gabinete, em salas próximas ou conjugadas ao gabinete.

As salas de audiência – nas varas criminais – ficam logo ao lado do cartório e são salas pequenas, com a mesa disposta em “T”, com o juiz, promotor e escrivão na

ponta e os advogados em uma lateral, e as pessoas que serão ouvidas – vítima, testemunhas, suspeitos – do outro lado. Ao redor da mesa em “T” são dispostas cadeiras para o público, que normalmente é composto por estudantes de direito. Essas audiências em Ponta Grossa são gravadas.

Os corredores que dão acesso às varas são amplos e preenchidos de cadeiras para os “visitantes” aguardarem. Boa parte da minha observação consistiu em ficar sentado nesses corredores, conversando com advogados, policiais militares e outros “transeuntes”, geralmente aguardando para interpelar algum juiz, promotor ou seus assistentes. Assim é possível notar os advogados criminalistas em boa parte pelo transitar dos corredores das varas criminais, o que no decorrer dos dias passa a se repetir, alguns até diariamente.

### 3.2. Juízes

No Fórum Estadual de Ponta Grossa há mais de 20 juízes, entre titulares e os substitutos, quase todos com mais de dez anos de experiência – isso por que o Fórum de Ponta Grossa é uma entrância final<sup>36</sup> –, dividido entre homens e mulheres – muito próximo dos 50% – todavia, juízes criminais – considerando os juizados – a quantidade de mulheres é um pouco superior. Isso se revela nas entrevistas onde foram entrevistadas quatro juízas e apenas um juiz.

Não entrevistei apenas os juízes das varas criminais, mas também do juizado especial criminal, vara da infância e adolescente – especializada em atos infracionais –, todos titulares<sup>37</sup>. Todos os juízes passaram por outras comarcas e já atuaram nas varas criminais e atuam com questões relacionadas a crimes<sup>38</sup>. A seleção dos juízes para entrevista se deu conforme sua disponibilidade, mas nenhum se negou a participar da pesquisa, contudo, alguns eu não consegui encontrar ou marcar a entrevista. As entrevistas ocorreram sempre no gabinete dos juízes, todas muito profícuas e interessantes.

---

<sup>36</sup> As regiões judiciárias – também chamadas de comarca – se dividem juridicamente em entrâncias, que podem ser inicial, intermediária ou final, conforme critérios como o tamanho, número de processos e/ou importância da região. Assim as cidades pequenas com pouco movimento são entrâncias iniciais e assim por diante, todavia, o termo também representa a promoção do juiz ou promotor que ao passar em um concurso público iniciará sua atividade nas entrâncias inferiores – inicial – até chegar nas entrâncias superiores – finais – conforme a progressão da carreira.

<sup>37</sup> A diferença entre titulares e substitutos diz respeito apenas ao tempo que estão no judiciário. Ambos são juízes, todavia, os substitutos são iniciantes, que conforme o tempo podem adquirir a titularidade da vara ou da comarca conforme o mérito.

<sup>38</sup> Ou atos infracionais no caso dos menores de idade.

Ao explicar a minha pesquisa e o propósito da conversa, explicitava que gostaria de saber como eles – pela experiência profissional – viam algumas questões sobre drogas, o que em alguns casos era prontamente atendido – inclusive em entrevistas exploratórias ou em conversas para marcar entrevista –, resultando em longas entrevistas. E utilizando o guia de entrevista direcionava as questões para o foco da pesquisa, iniciando com algumas perguntas pessoais e genéricas – quanto tempo atua como juiz e como ele via a questão das drogas na sua atuação profissional –, objetivas – como a frequência do crime de tráfico/uso de drogas e o perfil dos suspeitos –, passando para questões mais delicadas – como é feita a prova do tráfico de drogas, a palavra e a atuação dos policiais, o que era considerado perigo à ordem pública –, e por fim para questões paralelas como sugestão de livros, entrevistados, o que pensa da internação compulsória para usuários ou da legalização da maconha medicinal.

Em quase todas as entrevistas foi possível notar certa frustração com a profissão ou com o SJC, sobretudo após reconhecer a seletividade do sistema. Isso ocorria sempre ao discutir o perfil dos acusados por tráfico de drogas, todos os juízes entrevistados reconhecem que a “clientela” – e esse um dos termos utilizados por um juiz (1) entrevistado – são de pessoas pobres, sem escolaridade, moradores de periferia e que existem traficantes na classe média ou alta, só que a estrutura policial raramente os alcança. Sentem a falta de investimento em políticas públicas para usuários de drogas e outras pessoas carentes em geral.

A relação dos juízes parece ser mais próxima com os promotores de justiça do que com os advogados, que muitas vezes apresentam uma relação de dependência e conveniência com os juízes. Todavia esse ponto foi melhor explorado com os assessores e estagiários, conforme se pode ver na entrevista abaixo:

A impressão é que eles [advogados] queriam meio que: “ah vou concordar com o juiz agora por esse dativo, não vou ficar “enchendo o saco”, quando eu precisar de verdade por um cliente “mais assim”, de repente eu posso dar uma choradinha”. A impressão que eu tinha era essa, parecia que eles tinham receio de perguntar e questionar o juiz, “sem mais perguntas doutor” e acabava. (Estagiário 1)

Todavia a relação com os promotores de justiça parece ser mais próxima, conforme informou um promotor: “É a impressão que eu tenho, é a impressão de anos de experiência. O judiciário ele é, na área criminal, pró-Ministério Público, é uma luta desigual. O defensor já parte de uma situação de total desvantagem” (Promotor de Justiça 1). E de fato, analisando os processos, todos os juízes acataram os pedidos do ministério público. A única – e surpreendente – situação foi quando, em um processo, o

Ministério Público foi favorável à liberdade provisória de um suspeito preso por tráfico de drogas encontrado com poucas gramas de maconha, porém, o Juiz ainda assim manteve a prisão preventiva. “Com alguns juizes não precisa ter promotor” é o que esclareceram alguns defensores sobre essa situação.

### 3.3. Promotores

Na primeira conversa que tive com um Promotor de Justiça para explicar sobre a pesquisa e marcar uma data para a entrevista, eu expliquei que gostaria de saber a visão e as opiniões daqueles que trabalham no sistema judiciário. Porém logo ele me corrigiu e explicou que o Ministério Público não pertence ao poder judiciário, e nem ao poder executivo ou legislativo. É um quarto poder, e que se Montesquieu escrevesse hoje em dia sobre a divisão dos poderes, iria acrescentar o Ministério Público.

E de fato o Ministério Público possui prerrogativas próprias, independência financeira e profissional, todas previstas no capítulo IV, seção I da Constituição Federal da República. E entre suas funções está promover as ações penais públicas<sup>39</sup>, todavia, o promotor não é obrigado a pedir a condenação sempre, ele pode pleitear a absolvição do acusado que inicialmente ele denunciou. “Eu sou um Promotor de Justiça, promovo a justiça” é uma frase comum de escutar em qualquer tribunal de júri<sup>40</sup>, acompanhada do “eu posso pedir a absolvição caso minha consciência permita, porém o advogado é contratado, é obrigado a defender o réu”. Todavia esses argumentos fazem parte da estratégia do promotor no plenário do júri, para convencer os jurados, que nessa situação são responsáveis pelo julgar. Em outros processos, onde o julgador é o juiz de direito essa rivalidade entre promotor e defesa é mais contida e limitada aos autos.

Os promotores estão de acordo em que têm menos liberdade que os advogados: “enquanto eles têm só um caso para se dedicar sua atenção, e são muito bem pagos para isso, nós estamos assoberbados de serviço; veja os processos se empilhando em minha mesa”. E contrastam seu laço funcional com o Ministério Público, onde o desempenho de seu papel “é uma obrigação, um dever”, com o advogado que escolhe os casos em que atua. Apesar de insistirem que sua obrigação é com a sociedade e não com o réu, por oposição ao advogado, eles afirmam que só acusam quando convencidos das provas, acentuando que um promotor não deve ser “um colecionador de

<sup>39</sup> Os ações penais públicas são chamadas de ação penal incondicionada, pois independente da vítima ou de qualquer pessoa, pois o Estado se vê violado. Diferentemente das ações penais privadas onde a vítima – em via de regra – deve contratar um advogado para promover a ação penal. A ação penal privada normalmente é para os crimes de cunho pessoal, como os crimes contra a honra – injúria, difamação e calúnia. A ação penal pública é utilizada na maioria dos casos e tanto para o tráfico de drogas como para o uso de drogas.

<sup>40</sup> Tribunal do Júri é o responsável pelos crimes dolosos contra a vida, e é a imagem mais comum que temos da atuação do SJC, pois é quando os operadores desse sistema vestem becas e togas, falam para os jurados e discutem calorosamente entre si.

condenações”, como sabem que são vistos pelos advogados.”(CORRÊA, 1983: 65)

Enquanto os juízes foram mais comedidos em suas falas, sobretudo, em relação a sua profissão e na relação com os outros profissionais, os promotores se mostraram mais orgulhosos:

Com certeza, você pega o nível de qualificação dos promotores é muito alta, até mesmo porque a instituição fomenta a qualificação, hoje é muito difícil achar alguém que não tenha no mínimo especialização. Basta dizer que no meu curso de mestrado, a maioria dos meus professores eram promotores com doutorado. O nível de qualificação dos Promotores é altíssimo, muito maior inclusive que o do judiciário. Você vai encontrar muito mais promotor com doutorado que juiz. Então são pessoas reconhecidamente qualificadas, até mesmo pelo concurso, falo em termos institucionais isso. (Promotor de Justiça 1)

Existe também um sentimento de dever para com a sociedade. O promotor deve proteger a sociedade dos crimes e dos criminosos, em uma espécie de compromisso institucional. Em todas as entrevistas foi possível visualizar esse sentimento de proteção da sociedade, e uma das formas de realizar isso é propondo ações penais, pedindo a condenação até as últimas instâncias. Em uma entrevista quando questionei sobre qual era a preocupação e o sentimento do Ministério Público:

Um cumprimento de um dever, eles acreditam que aquilo é o cumprimento do dever deles. Um argumento inegável, que a instituição do Ministério Público é uma de maior credibilidade do país. Teve manifestação no júri ano passado, estudantes encampando a luta por sua conta, se não fossem ele a gente estaria com aquela lei da mordaza em vigor hoje<sup>41</sup>. A gente tem que devolver para a sociedade a confiança que nos foi depositada, o sentimento é esse. A violência está tomando conta a gente tem que reprimir, reprimir, e tal... (Promotor de Justiça 1)

Esse dever é oriundo da formação do sistema de justiça criminal que ao estatizar e monopolizar a violência no interior de um território, substitui a vítima<sup>42</sup> no papel do ofendido (ROBERT, 2011). Todavia, nem todos os promotores concordam com essa postura de uma luta contra o mal e a necessidade de condenar a todo o custo, conforme me esclareceu um promotor.

Não vou nem dizer eu, mas as pessoas que pensam como eu ou parecido, não se adequam a visão. Não é que se adequam, mas é a minoria com toda a certeza. A ideia é que tem que condenar, tem que denunciar, tem que entrar com a ação. (Promotor de Justiça 1)

Os promotores possuem uma boa relação com os juízes. “Acho que em caráter excepcional você tem alguns expoentes de vaidade, mas é muito pouco. Cada um tem sua função, há um respeito mútuo, cada um tem seu papel, não vejo nenhum se

<sup>41</sup> Ele se referiu à proposta de emenda constitucional 37.

<sup>42</sup> É o que ocorre nos crimes de ação pública incondicionada.

sobrepondo um ao outro” (Promotor de Justiça 1). Existe um reconhecimento dessa vantagem sobre o juiz, em detrimento da defesa:

A polícia trabalha com o Ministério Público, tem diligências, tem o contato que o advogado não tem. Então quando você vai para o juízo, a prova sobre o crivo do contraditório e da ampla defesa, uma coisa dita pela polícia, encampada pelo promotor, então já vai para o juiz com uma tendência de legitimar. (Promotor de Justiça 1)

É preciso lembrar que além da relação profissional, existe um compartilhamento do espaço funcional do fórum entre juízes e promotores, o que possibilita uma maior interação: “Normalmente o juiz e o promotor concordam, e a relação deles era..., eles conversavam sobre o processo, perguntavam o que um achava, às vezes o promotor ia à sala do juiz e perguntava: “oh eu to achando isso, isso e isso, e você acha”? (Estagiário 1).

Em Ponta Grossa temos 18 Promotores de Justiça divididos em 16 promotorias, que possuem atendimento especializado. Assim temos promotores responsáveis pela vara de infância e juventude, outros responsáveis pela vara de família, pela vara da fazenda pública e os promotores responsáveis pelas varas criminais e juizados especiais criminais. Foram entrevistados três promotoras e um promotor, todos que tinham relação com questões criminais, com mais de dez anos de experiência, além de três assessores do Ministério Público. Semelhante ao que ocorreu com os juízes, as entrevistas foram bem profícuas e interessantes, não tendo nenhuma negativa para participar das entrevistas.

### **3.4. Advogados**

As representações dos advogados não fazem parte da pesquisa, todavia, a sua participação intensa no SJC, assim como diversas questões oriundas dessa pesquisa, destacaram algumas relações importantes a serem observadas sobre esses operadores do SJC. Claro que como o juiz e o promotor de justiça, os advogados se dividem em especialidades, e mesmo no setor criminal podemos estabelecer duas espécies importantes de diferenciar. Os advogados dativos e os advogados contratados.

Os advogados dativos – como já dito – são aqueles intimados pelo juiz para promover a defesa de um acusado que não possa arcar com as despesas de um advogado particular. Claro que o advogado não é obrigado aceitar, todavia, diversos profissionais em começo de carreira ou advogados que atuam com maior assiduidade na área criminal acabam por aceitar as defesas. Eu mesmo atuei em diversos processos criminais como advogado dativo, primeiro para pegar experiência e segundo para tomar espaço no

mercado de trabalho. Existem também aqueles que são advogados dativos por excelência, não possuem um escritório e vivem perambulando pelo Fórum em busca de processos dativos, alguns são até bem conhecidos por isso, tornando-se uma figura folclórica dentro do ramo.

Os dativos não recebem dinheiro por suas atuações, mas o juiz na sua sentença arbitra honorários advocatícios – que podem variar de R\$ 300,00 à R\$ 1.800,00 conforme o juiz, o processo, o crime e o advogado –, que devem ser cobrados do Estado do Paraná através de um procedimento realizado na Procuradoria Geral do Estado do Paraná – PGE-PR. Tal procedimento demora muitos meses, para não dizer anos, o que torna o feito desinteressante para diversos advogados – exceto para os advogados iniciantes, criminais que querem manter uma política de boa vizinhança e/ou querem ser mais vistos, e aqueles que só fazem dativos, que pela quantidade de processos acaba tendo um fluxo constante de pedidos à PGE-PR –, por isso existe uma lista nos cartórios onde os advogados interessados podem se cadastrar para serem advogados dativos. Essas listas são criadas pelas varas e por isso seus critérios mudam conforme a vara, e nem sempre seguem um processo igualitário, pelo contrário, em algumas varas os advogados dativos são sempre os mesmos.

Agora você pega advogados da parte criminal. O Dr. [...] <sup>43</sup> as teses são fundamentas, levanta tese jurídicas. O Dr. [...], o Dr. [...], o Dr. [...], o Dr. [...] são bons advogados, criminalistas, são pessoas que sabem. Se você pega um cara que não tá trabalhando nessa área, não estou desmerecendo, mas ele não é daquela área. Como tem advogados que são expoentes, só que esse advogado é inacessível para o pessoal do tráfico, claro que é desigual. (Promotor de Justiça 1)

E de fato, nos processos analisados poucos são acompanhados por advogados contratados, em sua maioria são advogados dativos. Nos processos de tráfico de drogas, onde existe advogado contratado, são notórias as presenças de três a quatro advogados que se repetem. “Tem advogados que só por estarem defendendo alguém, nós sabemos que têm relação com o tráfico” (Assessor 4).

Por sua vez o advogado dativo muitas vezes é arrebanhado nos corredores, para acompanhar uma audiência de instrução – momento determinante para o acusado, pois, é onde se produz as provas – sem conhecer o processo. Quando são os advogados que trabalham com muitos dativos, sempre aceitam, porém, quando esses não são encontrados, são chamados outros que estão pelos corredores que sedem ao convite sempre acompanhado de um indicativo que audiência será rápida.

---

<sup>43</sup> Os nomes foram suprimidos



Nos melhores dos casos, o advogado dativo responsável pelo processo comparece para acompanhar a audiência<sup>44</sup>, todavia o resultado é semelhante, ao menos na visão dos operadores da SJC.

O advogado tá passando no corredor, [...] <sup>45</sup>, puxa o advogado, as vezes o cara é altamente qualificado [...] <sup>46</sup>, um determinado advogado chega no Fórum, vive disso, fica no corredores do fórum só para atender plantão judiciário, e quando perguntam para ele: “Sem mais perguntas doutor”! É uma frase padrão, o réu fica sem defesa. (Promotor de Justiça)  
[Quanto a qualidade da defesa?] Sem dúvida, é péssimo. Ele ganha lá a certidão dele. A gente espera que o advogado se empenhe por que se não fica injusto, eu sou uma pessoa que se incomoda com as injustiças do processo, eu né, falo por mim. (...) Agora você pega uma advogado de família que está passando no corredor: “pode fazer uma audiência?”, “mas é crime!”, “não, é só assinar doutor”. (Promotor de Justiça 1)

A qualidade da defesa no processo também é ponto comum nas entrevistas, tantos por estagiários: “Agora nos crimes corriqueiros que a gente via, de tráfico e tal, a defesa é muito falha, normalmente fazia aqueles pedidos mais genéricos, ‘quero que seja considerado inocente’ e tal” (Estagiário). Bem como pelos operadores do SJC:

Não espero que o advogado dativo faça a peça como eu faço. Eu faço peça de 18, 19, 20 laudas. O advogado faz uma: “impugno o que o Ministério público falou”. O cara tá trabalhando de graça. Não é só por qualificação, ele não tem tempo para isso, ele tem que priorizar quem paga ele. Nesse sentido o sistema é injusto. (Promotor de Justiça 1)

Alguns assessores são menos compreensivos:

Se eu fosse advogado eu faria melhor, o problema é não pegar na técnica. É você querer sustentar uma coisa. O advogado se preocupa muito com testemunha abonatória, arrola ‘trocentas’ testemunhas na defesa prévia. Dai o Dr. [Juiz] pede para esclarecer se as testemunhas são meramente abonatórias ou se elas presenciaram o fato: ‘não, meramente abonatória’. Mas você não tem que se preocupar com o vizinho que diz ‘que o fulano é uma boa pessoa e eu acho ele um cara legal’, isso não vai fazer diferença nenhuma. A maioria dos advogados se preocupa com isso e não com a técnica, por exemplo, em tentar mostrar que a palavra dos policiais pode estar viciada, que os policiais podem ter cometido atos abusivos. Dai o cara quer falar que o policial foi violento ou que torturou o cara, o acusado, em sede de apelação, aí não traz isso no processo desde o começo. (Assessor 1)

Essa situação afeta diretamente os acusados, que pela ausência da defensoria pública<sup>47</sup>, ficam imersos em uma situação que mais tem haver com relações entre os sujeitos do SJC e com a deficiência das políticas públicas, do que com direito: “Prejudica o réu, sem dúvida. Eu tive júri que o advogado nunca tinha feito um júri (...),

<sup>44</sup> Como os advogados dativos tem dificuldades em receber os honorários, quando possuem outros compromissos na data e horário da audiência de instrução não comparecem.

<sup>45</sup> Ele emitiu sinais sonoros, para expressar quando chamam, algum advogado para participar da audiência.

<sup>46</sup> Inaudível

<sup>47</sup> Atualmente já está atuando a defensoria pública em Ponta Grossa, todavia, por ainda não estar totalmente funcional – ausência de estrutura, servidores e maior número de defensores –, a figura do advogado dativo é presente.

chega a dá pena. O cara no plenário acaba usando temas impertinentes que acabam prejudicando o cliente dele, ele nem se dá conta, é 7 a 0<sup>48</sup>” (Promotor de Justiça 1).

Fora isso existe a questão de dependência de muitos advogados desse sistema, o que faz com que assumam uma postura mais cordial. “A impressão que eu tinha era essa, parecia que eles tinham receio de perguntar e questionar o juiz, ‘sem mais perguntas doutor’ e acabava”<sup>49</sup>(estagiário 2).

Isso também torna o advogado mais frágil, sem nenhum respaldo de autoridade. Diz um promotor: “quando você vê um juiz, um promotor e um advogado tomando um cafezinho, você nunca vê o juiz ou o promotor porem a mão no bolso para pagar”. O advogado depende assim quase que exclusivamente da boa vontade do juiz e do promotor para qualquer movimento não estritamente formal, embora permitido quando as pessoas que preenchem estes papéis em bons termos, pode sempre ser impedido, usando como referência os limites formais, quando não estão. (CORRÊA, 1983, p.71-72)

A análise dos advogados, assim, foi determinante para compreender alguns aspectos que caracterizam SJC que atua sobre os sujeitos envolvidos com drogas. Justamente por que a estratégia da defesa tão presente em casos famosos e midiáticos, fica restrita aos acusados com maior potencial econômico, que podem contratar advogados que possuam uma melhor relação ou status.

Os advogados mais caros e com escritórios decorados e secretários, são gentis e prestam favores a funcionários de cartórios criminais, a juízes e promotores, muitos deles, de resto, seus colegas de docência nas faculdades de Direito, favores que a seu devido tempo serão retribuídos, criando-se assim uma rede de trocas que pode ser extremamente útil a cada um dos participantes, não necessariamente apenas na esfera judicial, mas em qualquer outra área de convívio social. É um processo que será examinado mais atentamente examinado, ou prazos que serão cumpridos a risca, em vez do processo se empilhar ao lado de outros. Ou é um artigo de jornal onde o advogado critica a falta de cumprimento de um horário marcado pelo juiz, por exemplo. (CORRÊA, 1983: 51-52)

Ademais, a estratégia de defesa nos casos analisados é substituída por uma mecanização do SJC, onde a acusação e as decisões seguem um padrão argumentativo idêntico – ou muito próximo a isso – e a defesa aduz os mesmos argumentos que acabam por não surtir efeito algum, assim, “o juiz ia mais na dele, a defesa não influía tanto” (Estagiário 1). Como a defesa é necessária para dar legitimidade ao SJC e fazer a máquina caminhar, melhor que seja com aqueles que operam isso de forma mecânica, o que planifica o processo criminal à custa – “das coisas” – dos réus.

<sup>48</sup> Aqui ele se refere aos votos dos jurados.

<sup>49</sup> Cf. a citação inteira dessa entrevista no subcapítulo “Juízes”.

### 3.5. Os estagiários e assessores

Em um bom processo produtivo é necessário à divisão de tarefas. E assim funciona o SJC que por sua ampla clientela acaba por abarrotar os gabinetes de seus operadores com pilhas de processos. Para tanto, são necessários funcionários que auxiliem o operador com tantos processos e para isso existem os assessores e estagiários.

Enquanto o juiz ou promotor está em audiência ou qualquer outra atividade, os assessores e os estagiários estão analisando, despachando, decidindo e sentenciando nos processos. A divisão dos processos ou da atividade se dá na lógica complexidade/experiência.

Os assessores – também chamados de estagiários de pós-graduação – são os funcionários que possuem mais experiência dentro do gabinete, geralmente são formados e ambicionam a carreira da qual assessoram, funcionando como tempo de serviço jurídico<sup>50</sup> e como aprendizagem já que nos concursos é exigida a feitura de peças processuais específicas do cargo. Esses funcionários orientam os estagiários e são responsáveis pelos casos e procedimentos mais complexos.

Então, primeiro eu lia todo o processo para entender o que estava acontecendo, depois eu ia trocar uma ideia com o juiz, perguntar o que ele achava, se era aquilo mesmo que eu tinha entendido, se estava correto, no mesmo entendimento dele. Normalmente batia. Quando o ele ficava o dia inteiro em audiência, daí o [assessor] me ajudava. O [assessor] basicamente me ensinou a fazer tudo, desde a dosimetria da pena, como você faz contagem de prazo, prescrição. (Estagiário 1)

Os estagiários por sua vez são acadêmicos do curso de direito e suas atividades variam conforme a sua experiência. Assim os novatos são responsáveis pelos procedimentos mais simples, normalmente orientados pelos assessores ou estagiários mais experientes que conforme o tempo de atuação podem se tornar um assessor. Esses estagiários mais experientes atuam com maior liberdade e também nos processos complexos tal quais os assessores. A diferença final entre os estagiários – experientes – e os assessores é o fato de ser formado e a responsabilidade na sua atuação, conforme explica um assessor:

Na verdade eu tenho mais responsabilidade e tudo que é difícil, sou eu ou a doutora que fazemos. A divisão de trabalho aqui é assim, a doutora faz bastante coisa sozinha, sem eu ou as meninas passarem a mão. As estagiárias fazem mais denúncias e lidam mais com inquérito. Claro que denúncia mais complicada ou inquérito, coisa de estelionato que é um crime mais difícil de você provar. Os processo toda a carga sou eu que separo e administro. E

<sup>50</sup> Concursos para o promotor de justiça e para juiz de direito exigem o trabalho de pelo menos três anos em atividade jurídica.

assim, mérito de 306<sup>51</sup>, de furto, de roubo, elas fazem alegações, de drogas normalmente sou eu. (Assessor 1)

A minha ideia inicial era tentar perceber através desses funcionários do SJC a representação dos juízes e promotores, pois, se existe um sistema de divisão de trabalho deve haver alguma orientação para que esse sistema funcione sem a presença constante do operador. E se existem essas orientações elas devem ser objetivas, sendo uma espécie de objetivação do subjetivo dos operadores do SJC, fato esse que eu poderia compreender através das entrevistas. E foi assim: “O que a minha chefe pensa é que ela é totalmente contra [a legalização], não concorda em nada, então minha postura aqui dentro como assessor é o entendimento da minha chefe e ótimo” (Assessor). Por outro lado esse mesmo assessor afirma ter, uma certa, liberdade para decidir:

A doutora dá uma liberdade considerável para fundamentar a minha opinião. Isso desde que comecei a ser estagiário aqui. Eu lembro que um dos primeiros inquéritos que eu peguei na mão, eu disse para a doutora: “eu faço isso ou faço aquilo?” Dai ela olhou para mim e falou: “o que você está pensando?”, dai eu: “tal coisa”, dai ela “fundamente e me convença”. (Assessor 1)

Porém, como normalmente esses funcionários almejam a carreira é comum que eles assumam o discurso comum da área e passem a pensar conforme o operador para qual trabalha pensa, conforme esclareceu um estagiário que atuou diversos anos no gabinete quando lhe perguntei como eles resolviam pela condenação ou absolvição:

Ai você vai ter que pensar como juiz. Eu lia o processo de cabo a rabo, via todas as audiências, via o que o ministério público..., isso ai eu não falei, do ministério público a importância, quase tudo que o Ministério Público pede é isso..., o Ministério Público faz o trabalho pesado, normalmente acatava o que o Ministério Público pedia. Então primeiro via o que o Ministério Público falava, dai via o processo para ver se é isso mesmo. (Estagiário 1)

Muito embora exista certa liberdade desses funcionários, ela é limitada pelas orientações dos operadores e suas posições conforme o caso:

Quando o juiz passa o processo para gente, ele já tem o que ele quer, o que ele acha. Então ele fala “esse processo aqui eu acho tal coisa”, então estagiário vai e procura a fundamentação baseado naquilo que o juiz falou. De repente se eu tivesse uma opinião diferente dele, teria que fazer uma super fundamentação baseada em jurisprudência, doutrina, e apresentar para ele. Se eu conseguir convencer ele daquilo ai ele talvez ele acatasse, talvez não. Então ele nos dá uma certa autonomia de não concordar com o que ele pensa. Mas na maioria das vezes não acatava, no crime do tráfico, por exemplo, ele nunca dava liberdade provisória, era uma coisa dele. (Estagiário 2)

As posições tomadas pelo gabinete, assim como suas peças processuais, são arquivadas em um banco de dados que otimiza o processo. Assim, existem já os

---

<sup>51</sup> Código Penal, Art. 306 - Falsificar, fabricando-o ou alterando-o, marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou usar marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem.

modelos de sentenças, denúncias e outros procedimentos, bem como os fundamentos, doutrina e jurisprudência para se utilizar em processos semelhantes.

Estagiário 2: Na verdade tem vários modelos de sentença, como cada caso é muito diferente dos outros, então agente pode usar uma coisa ou outra, vai pegando de modelo, você vai montando, uma coisa que se encaixa com a outra. Ai se é um caso muito semelhante você usa o mesmo modelo, se você quero mesmo final. Mas basicamente você tinha que refazer muita coisa, usa o modelo só para padronizar a sentença.

Entrevistador 2: E no crime de tráfico, existia uma diferença de caso ou os argumentos eram semelhantes?

Estagiário: Normalmente era parecido, por que querendo ou não, você falava do depoimento dos policiais, falava da materialidade do crime, falava da autoria se ele confessou ou não, se baseava um pouco na doutrina, que normalmente são os mesmos doutrinadores que falavam aquilo que você quer, uma jurisprudência ou outra, fazia a dosimetria, que você usava um modelo, circunstância por circunstância.

Para essa pesquisa foram entrevistados sete assessores e dois estagiários que atuaram nos gabinetes até se formar, além de conversas informais com diversos outros. Essas entrevistas foram ótimas, e antecederam as entrevistas aos juízes e promotores ajudando a refinar a qualidade das entrevistas e fornecendo informações precisas, diretas e objetivas. Como na vez que eu perguntei o que os promotores e juízes pensavam e orientavam sobre os processos de tráfico de drogas, a resposta é esclarecedora para a pesquisa:

Basicamente é o mesmo da sociedade. São marginais, que devem ficar presos, não devem ter oportunidade, que estão mentindo, “que nunca foram eles”, dificilmente era uma coisa positiva é lógico, você está ali julgando, então você está inserido nesse pensamento. (Estagiário 1)

Essa fala demonstra algumas características do controle social exercido sobre os sujeitos envolvidos com as drogas. E de fato, como bem pontou o Estagiário, é um pensamento comum na sociedade e por isso, antes de analisarmos as representações que esses operadores do SJC possuem sobre esses sujeitos é necessário analisar o controle social sobre as drogas.

## **PARTE II – CONTROLE SOCIAL E CONTROLE DAS DROGAS**

A análise do controle social e do controle das drogas é o tema central da pesquisa. Por isso nessa segunda parte procuro apresentar uma análise sobre o controle social exercido sobre as drogas apresentando categorias utilizadas para pensar essa relação. Ainda apresento uma reflexão sobre a utilização dos conceitos utilizados por Howard Becker e Michel Foucault para pensar o controle social, e por fim, procuro apresentar uma pequena genealogia sobre as drogas.

## CAPÍTULO 4 – “CRACK É DO LADO DE LÁ!” UMA DISCUSSÃO SOBRE CONTROLE SOCIAL, PERVERSIDADE E SEGREGAÇÃO.

Traficante aqui sempre é da favela.  
(Promotor de Justiça)

A origem do controle social como tema confunde-se com a origem das ciências sociais, ocupando um lugar de importância dentro da sociologia. Por ser um tema há muito presente, foco de estudos de diversos autores no decorrer do séc. XIX e XX, apresenta diversas minúcias, aplicações e noções que podem até mesmo inutilizar o conceito pela sua total abrangência, cumpre fazer uma breve sociogênese do conceito dentro da sociologia, como informa Deflem.

Throughout the history of sociology, the concept of social control has undergone various conceptual transformations with multiple implications for sociological theory and research. In contemporary sociology and in related areas of criminology and criminal justice, social control is primarily conceived in the context of the control of deviance and/or crime or the enforcement of law and other normative frameworks (ranging from the more formal to the most informal). Taking into account the theoretical diversity that exists in this field of inquiry, social control can presently be defined most adequately and inclusively as the definition of and response to deviance and/or crime.(DEFLEM, 2014)

O termo controle social torna-se popular entre os anos de 1896 e 1898 após a publicação de vários artigos escritos por E.A. Ross no *American Journal of Sociology*, que posteriormente foram reunidos no livro *Social Control: A Survey of The Formation of Order*, publicado em 1901. Neste livro o autor aborda a manutenção da “ordem”, entendida como a forma pela qual a sociedade se organiza, indagando-se sobre os fundamentos e meios de controle que permitem a vida em comum, argumentando que estes são sociais e estão distribuídos em diversas instituições, práticas e atributos, formando-se à medida que os próprios indivíduos e a sociedade se constituem. Assim, o controle social não é algo natural ou pré-existente aos indivíduos e à sociedade, mas sim, algo socialmente construído (GURVITCH, 1965).

Although a classic concept, none of the classical European sociologists included social control in their scholarly vocabulary. It is absent from the work of Durkheim and Weber. The concept's origins are unequivocally American. The concept's origins are unequivocally American; it appears to have become popular in Europe only after the Second World War. Popularity was instant in the United States from May 1901 when a thirty-four-year-old professor named Ross first introduced the idea in a book. The date of its appearance makes social control a decidedly twentieth-century notion, which needs fresh scrutiny at the start of the twenty-first century. Such an exercise could begin with the person of its intellectual father.(SPIERENBURG, 2004: 1-2)

Para Ross (1901) a ordem social, não é instintiva, nem espontânea, mas sim um produto do controle social. Uma sociedade não pode existir sem ordem social, e consequentemente, o controle social é um elemento imprescindível da sociedade. “*Bien justificada aparece su insistencia sobre la multiplicidad de los conflictos irreductibles que estallan en la vida social y que no pueden ser disminuídos sino mediante el control social*”(GURVITCH, 1965, p.247), conforme sugere Ross:

Men are therefore in chronic need of better order than the natural moral motives will provide. At this point and at that point they gradually become sensible of a drag on their prosperity. They find themselves in the presence of a degree of discord, collision, and general unreliability which shuts them out of real material advantages. Better order becomes "a long-felt want," and it would be most surprising if this "demand" called forth no "supply." If in their collective capacity men did not find a means of guiding the will or conscience of the individual member of society, they would here betray a lack of enterprise they show nowhere else. The elementary personal struggle threatens the general prosperity just as the swollen river or the wildfire. And if men raise levees and fire brakes against the natural forces, why not against the human passions? Provided it be possible, a group control of conduct is, therefore, just what we should look for. The wonder would be if it were lacking.

Most of us, it is true, are born with a certain fitness for order. Ages of social weathering have allowed a mantle of soft green to creep over the flint of animal ferocity and selfishness. But the layer of soil is too thin. The abundant fruits of righteousness we need to-day must grow on made soil. The primitive Teuton is to the modern what the frowning ledges along his Rhine are to the smiling vine-clad terraces into which human labor has transformed them. (ROSS, 190, p.159-60)

Ross ainda informa que as características de uma sociedade particularizam a forma de controle social, assim, as variedades morais, interesses e utilidades do controle em uma sociedade estabelecem a forma geral do exercício de controle social, seus instrumentos e soluções a resolução de conflitos:

Again, the agencies in the system of control differ in their vitality. All are not equally available throughout the life of a society. Changes in knowledge, in the level of civilization, and in the nature of social requirements cause a method of control to wax or wane from age to age. (ROSS, 1901, p.414)

O controle social é inerente e disperso na sociedade, por isso, não pode ser visto como um elemento necessariamente negativo, pois ele é efeito do processo de socialização, e está presente da família à prisão. Neste ponto a teoria de Durkheim vem de encontro a essa análise, pois ele ao investigar como as sociedades se mantêm coesas, considerou que o controle social é efeito do processo de socialização existente e problematizou como é mantida a coesão social, através da chave explicativa da *integração social*.

Emile Durkheim y su escuela dedicaron sus esfuerzos al estudio de los símbolos, valores ideas e ideales sociales y del papel que éstos desempeñan en varios tipos de sociedad. (...). La escuela de Durkheim promovió

ampliamente el estudio del “control social”, aunque acentuara las relaciones funcionales existentes entre las manifestaciones culturales estudiadas y los tipos de sociedad, más que sus acciones prácticas como tipos de sociología aplicada. (GURVITCH, 1965, p. 244)

Durkheim (2010) reflete sobre o que gera coesão social, lançando as bases de uma teoria da solidariedade, que se daria pela consciência coletiva, gerando integração e coesão social. Durkheim ainda denomina de solidariedade mecânica aquelas presentes nas sociedades tradicionais ou primitivas, onde o sujeito estaria ligado diretamente à sociedade. Desta forma, prevaleceria em suas ações aquilo de mais adequado à consciência coletiva. Essa forma de solidariedade é marcada pela religião como base da estrutura social; por outro lado a solidariedade orgânica, típica das sociedades modernas e complexas, onde existe uma divisão do trabalho social, requerendo-se cada vez mais especialistas, aumentando as interações interpessoais, ampliaria ainda mais a divisão do trabalho social.

Dentro dessa perspectiva, o controle social é um efeito do processo de socialização e portanto, inerente as relações humanas, não trazendo em si a canga do bom ou mau, assim como a noção de conflito social que não pode ser visto apenas comopositor a ordem, mais sim como elemento de integração social desta forma, contrário ao funcionalismo de Talcott Parsons. É possível pensar em formas de controle social que buscam internalizar o conflito, ou seja, que consideram os conflitos sociais como elementos constitutivos da sociedade, seguindo assim a sugestão de Georg Simmel (1983), para quem o conflito é uma das forças integradoras do grupo social. “Se toda a interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, é uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercido por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação” (SIMMEL, 1983, p.122), assim o oposto do conflito é a indiferença.

Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Caso implique na rejeição ou no fim da sociação, a indiferença é puramente negativa; em contraste com esta negatividade pura, o conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. (SIMMEL, 1983, p.123)

Desta forma, não se pode aceitar noções de controle social que sejam reduzidas apenas a coação ou a violência. Embora algumas formas do exercício do controle social busquem incorporar o conflito como algo normal, reconhecendo diferenças e buscando



diminuir a desigualdade, há outras formas do exercício do controle social onde o conflito é opositor à ordem social, devendo assim, ser excluído.

Pois bem, considerando o controle social como algo disperso na sociedade, não é aceitável considerar seu exercício monopolizado ou centralizado no Estado, embora não se possa negar que este seja responsável por algumas formas de controle social exercido por políticas públicas<sup>52</sup>, que visam excluir conflitos sociais através, por exemplo, do cárcere.

O aumento da interação através da divisão do trabalho social desenvolve uma teia de interdependência onde o indivíduo está emaranhado, tal teia tende a se apertar com o aumento da divisão de funções, e quanto maiores são os espaços sociais por onde ela se estende (ELIAS, 1993).

(...) mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social. (...) o hábito de ligar os fatos em cadeia de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento. (ELIAS, 1993 p.198)

Ocorre que a estrutura dessa sociedade, com polarização extrema, incertezas contínuas, corresponde à mesma estrutura dos indivíduos que a formam e o modo como se comportam (ELIAS, 1993). Desta forma em uma sociedade que não regula os entes que monopolizam a violência e também o mercado acaba por impedir a coesão.

No período analisado por Durkheim, as condições a que os trabalhadores estavam submetidos não colaboravam para a produção da integração e coesão social, pois estas encontravam-se submetidas a formas anômicas de divisão do trabalho, e por isso incapazes de produzir solidariedade. Essa situação de anomia seria o produto de um estado de indeterminação jurídica sob o qual estavam submetidas as relações entre trabalho e o capital. Assim, como resultado, ocorre a desregulamentação da vida econômica e a sua incidência sobre a divisão do trabalho, estendendo seus efeitos para além da vida econômica, resultando em um rebaixamento da moralidade pública e a submissão dos mais fracos pela força, que na ausência de uma regulamentação moral ou jurídica faz com que impere a lei do mais forte, impedindo assim a solidariedade (MORAES; BERLATTO, 2013; DURKHEIM, 2010).

---

<sup>52</sup> Considera-se como política pública, todas as ações do Estado no sentido de ofertar e/ou implementar serviços, assim, a prisão seria uma forma de política pública, seguindo deste modo, a orientação de Löic Wacquant (2008).

A anomia que impede a solidariedade pode ser fruto de uma ausência de regulamentação ou fruto de uma regulamentação jurídica e moral que promove a manutenção deste estado anômico, por isso aqui, a sugestão weberiana torna-se adequada para o estudo do objeto dessa pesquisa, uma vez que é necessário criar um modelo analítico, conceitual. Esses tipos ideais, sugeridos por Weber, embora baseados nas realidades históricas e culturais, não se confundem com elas, sendo uma redução da complexidade justamente para melhor compreendê-la, viabilizando a análise sociológica, dito isso, parto do pressuposto que existem dois tipos de controle sociais, um perverso e outro normal. (MORAES; KULAITIS, 2013)

O controle social do tipo normal é aquele que ocorre positivamente, gerando solidariedade, exercendo o controle através da integração social, ou seja, através de bens, serviços e políticas e promovam um equilíbrio natural espontâneo. O tipo de controle social normal busca integrar os conflitos sociais gerando solidariedade, e assim, produzindo uma organização social através da integração gerando indivíduos morais, ou seja, produtores de coesão social. (MORAES; KULAITIS, 2013)

Por outro lado o controle social do tipo perverso busca mascarar a desigualdade e/ou negar as diferenças, através da exclusão dos conflitos sociais, e a manutenção de interesses. Um exemplo do controle social perverso é a política proibicionista antidrogas que adota uma postura de enfrentamento através de práticas de estigmatização com caráter seletivo, sobretudo com critérios relacionados à pobreza (moradores de periferias, usuários de drogas, trabalho informal ou desemprego e baixa escolaridade), produzindo um constante estado de insegurança e medo. (MORAES; KULAITIS, 2013)

O controle social perverso alimenta e difunde preconceitos, pré-noções e estigmas em programas de segurança pública. Coelho (2005) afirma a lógica da criminalização da marginalidade, uma vez que entende que os crimes violentos, também chamados de “violência das ruas” estão relacionados com a situação de marginalidade, ou seja, a ideia de que os crimes violentos estão relacionados com a marginalidade, na lógica apontada por Coelho (2005, p:256)

Em conjunto, são elas [*a criminalidade dita de rua*] as ocorrências responsáveis pelo clima generalizado de medo e de insegurança que envolve o cidadão dos grandes centros urbanos e as que estão normalmente associadas à marginalidade, tanto na concepção de vastas camadas da população urbana quanto nas análises que, direta ou indiretamente, informa o conteúdo de políticas de segurança pública.

Dessa forma as políticas de segurança pública orientadas por práticas de controle social perverso buscam excluir o conflito com a finalidade de impor a ordem, e mesmo sabendo que existem muitas teorias que invocam a ordem social como algo estático e oposto ao conflito, eu possuo um entendimento diverso, pois considero a possibilidade de instauração da ordem interagindo positivamente com o conflito, ou seja, considerar o conflito como um elemento constitutivo do mundo social. Desta forma políticas de segurança pública, orientadas por práticas de controle social normal tentariam incorporar o conflito como algo normal, reconhecendo diferenças e buscando diminuir a desigualdades. (MORAES; KULAITIS, 2013; SIMMEL, 1983)

Em uma análise geral a segurança pública seria um efeito do controle social, ou seja, um processo que resulte em integração e interação entre os sujeitos de uma sociedade, e que poderia ser observado pela sensação de segurança e ordem ou de medo. Entretanto, o termo vem sendo utilizado como manutenção da ordem por intermédio das políticas criminais, que no caso brasileiro atuam principalmente através do SJC. (MORAES; BERLATTO, 2013)

Se o controle social visa a manutenção da ordem social, no Brasil principalmente através do sistema de justiça criminal, no cenário brasileiro, ainda que seja possível apontar algumas mudanças, ele está associado à negação de conflitos de origens diversas, mas que se estruturam sobre relações de classe, gênero e raça. Em outras palavras o sistema de justiça criminal, seus institutos e membros possuem uma dinâmica que atua seletivamente sobre a população pobre, em uma relação que Coelho (2005) chamou de criminalização da marginalidade (MORAES; BERLATTO, 2013).

Eventualmente o Estado pode oscilar entre uma política que proponha justiça social e justiça penal. Por exemplo, a política antidrogas que após a alteração da lei 11.343/06 passa a tratar o usuário com menos rigor, não podendo este ser preso em nenhuma hipótese. Todavia, ao pensar quais critérios são utilizados para diferenciar traficantes de usuários, vê-se que são todos critérios subjetivos, não havendo critério objetivo. A quantidade e a natureza da droga são elementos avaliados, entretanto não determinantes, mas sim “o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e aos antecedentes do agente.”<sup>53</sup> Assim abre-se a uma brecha, visto que a política de segurança pública, realizada através

---

<sup>53</sup> Artigo 28 §2º da lei 11.343/06: Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

do sistema de justiça criminal, é orientada pelo controle social perverso, que além de excluir o conflito e reproduzir preconceitos e estigmas, serve como mantenedora de interesses das classes hegemônicas, gerando um ciclo vicioso de criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade (COELHO, 2005). Desta forma o determinante para configuração do uso de drogas e o tráfico de drogas são as características socioeconômicas do agente, baseando-se em estigmas.

[...] os estereótipos que os policiais têm do criminoso ou do infrator contumaz das leis constituem referências importantes para sua atuação; e, como os indivíduos de *status* socioeconômico baixo são aqueles que mais se ajustam a tais estereótipos, são eles que constituem os alvos por excelência da repressão policial. (COELHO, 2005: 276)

E de fato, os dados colhidos demonstram isso. Em todos os processos analisados a prova determinante para diferenciar o usuário do traficante é o depoimento dos policiais responsáveis pela prisão.

No tráfico, nos crimes de tráfico como regra se dá 90 % dos casos com a prova feita pela polícia, então se eu desautorizar, se eu partir de um pressuposto que o policial militar estiver mentindo por alguma razão, desarticula toda a sistemática probatória do crime de tráfico. (Promotor de Justiça)

Na maioria dos processos são os policiais militares que realizam a apreensão, muitas vezes em situações controversas, durante a madrugada, com invasão de casas, geralmente através de denúncias anônimas, em alguns casos feitas até mesmo por transeuntes anônimos. Mesmo que em alguns processos os advogados ou o acusado informem situações de violência policial e abuso de autoridade, o depoimento dos policiais continua sendo o fundamento para a prisão, conforme podemos ver na entrevista.

Promotor de Justiça: Faz parte da repressão ao crime, a polícia tá fazendo ronda ostensiva, se depara com um crime, um crime de execução continuada como o crime de tráfico, então autoriza sem mandado entrar o policial na casa do pretenso traficante. É uma sistemática que está compatível com a legislação em vigor, e é função primordial da polícia, mesmo sem investigação prévia. A PM está fazendo uma ronda se depara, naquele momento com uma situação irregular, e ela tem o dever de agir, sob pena até de recorrer em prevaricação, então..., claro que há uma linha tênue entre essa atuação e o abuso de autoridade.

Entrevistador: como você (abuso de autoridade) pensa isso?

Promotor de Justiça: particularmente eu sou pró-polícia, já te falei né,..., eu tenho que partir do pressuposto que a polícia tá certa, salvo prova em contrário. Isso é possível? É, quando se percebe que determinado policial sempre está sempre envolvido com abuso de autoridade, a população vem ao Ministério Público noticiar.

Entrevistador: isso ocorre com frequência doutor?

Promotor de Justiça: não, é raro, mas já me deparei com situações assim.

Por isso nota-se no processo uma estratégia de argumentação do ministério público e do juiz para legitimar a palavra dos policiais, afinal elas são as únicas provas geralmente, com argumentos como o depoimento dos policiais serem uníssonos.

Entrevistador: uma coisa que eu acho interessante é o discurso que se usa para dar legitimidade a fala do policial. Noto isso em vários textos do Ministério Público e dos Juízes, argumentando da validade o depoimento da polícia.

Promotor de Justiça 1: Por que é uma premissa, a gente trabalha com um silogismo (premissa maior, premissa menor e conclusão), o policial é um agente do Estado, presumisse que a atuação dele seja dentro da lei, logo o que ele fala é lícito.

Entrevistador: é aquela questão da fé pública?

Promotor de Justiça 1: é, exatamente, tem a questão da fé pública. E a própria construção não se dá de uma construção do promotor ou do juiz. A lição é do direito administrativo, a presunção de veracidade do poder público, é um princípio do direito administrativo, não se trata de uma construção do poder público, do juiz ou do promotor. Tem um monte de advogados, que estão na qualidade de defensores que “blá blá blá”<sup>54</sup>. Tá mais espera é um princípio do direito administrativo, tá convalidado isso. A supremacia do interesse público é o primeiro e o segundo é a presunção de veracidade dos atos públicos. Claro que é uma presunção que você pode prova em contrário, mas é uma presunção e é por isso que você tem que considerar o depoimento do policial. Não dá para você descartar o depoimento do policial, acabou a repressão ao tráfico.

A construção argumentativa sobre a legitimidade do depoimento dos policiais como prova começa pela semelhança entre eles. Assim se os depoimentos dos policiais são “harmônicos” não se pode desconsiderá-los, todavia, normalmente é a descrição idêntica feita no inquérito policial. Todavia é possível observar nas audiências e às vezes antes delas os policiais relembando da situação através da leitura do seu próprio depoimento, dado ao delegado no momento da condução do acusado.

Entrevistador: Como se dá o depoimento dos policiais em audiência? Eles lembravam do caso?

Estagiário 1: Eles geralmente não lembravam, falavam que tinham muito caso, chegavam antes da audiência, pediam o processo, liam o que eles tinham falado no depoimento e reafirmavam aquilo que eles tinham dito. Um caso ou outro excepcional, que marcava muito, eles lembravam. A maioria deles eles liam o que eles tinham dito e repetiam.

A questão da prova do crime de tráfico de drogas ser o depoimento dos policiais era ponto delicado nas entrevistas, e ao insistir no tema, os operadores logo explicavam que não é apenas com a palavra dos policiais, mas sim a palavra dos policiais em conjunto com outras provas. Assim, se o acusado é pego com dinheiro, celular, eletrodomésticos, até bíblia, somado ao depoimento policial, que afirma a

<sup>54</sup> Aqui o Promotor não se mostrou descortês como a letra fria sugere. A intensão dele foi informar que tratasse de ponto de debate jurídico entre os advogados e promotores.

situação de traficância, tem-se assim um conjunto probatório suficiente para condenação.

Só a palavra da polícia após determinado contexto necessário. A gente sabe que muitas vezes a Polícia é truculenta, infelizmente, graças a deus em caráter excepcional, policiais corruptos existem, a gente tem que tomar cuidado, não pode ser só a palavra do policial, pera aí, qual é o passado desse sujeito, ele já caiu outras vezes por uso, tráfico, outras testemunhas demonstram medo dele, tem outro elemento fora de droga: dinheiro trocado, caderno com endereço com telefones, contatos, coisas que levam a ideia de um comércio. (Promotor de Justiça 1)

Em alguns casos analisados existe a confissão da traficância no momento da abordagem policial, porém, em audiência ou às vezes na própria delegacia a versão do acusado muda. Mesmo nessa contradição o depoimento do policial, que afirma que o acusado no momento da abordagem confessou que traficava, foi o suficiente para condenação por tráfico.

No caso que ele muda de opinião em juízo, as vezes a polícia é um pouco truculenta, naquela hora, no meio da rua o policial armado, de repente estressado, existe um pavor inerente ao momento. Em juízo em tese ele está mais calmo, já conversou com o advogado. Muitas vezes o advogado fala que é uso, vamos tentar, ele abre um campo de defesa. Eu acho que deve ter nova conscientização por parte dos promotores, juízes e os próprios advogados, eles trabalham com estratégia, é lícito o advogado utilizar de estratégia dentro de um padrão de ética, isso varia de pessoa para pessoa. (Promotor de Justiça 1)

Tinha contradição e a maioria falava que no inquérito policial eles tinham sido torturados ou apanharam, e confessaram para serem liberados ou para pararem de apanhar. Em juízo já mudavam a versão, normalmente não era eles que faziam, não eram eles que estavam lá, não foi ele, e não davam uma história assim ..., foi raro os casos que eu vi. (Estagiário 1)

As circunstâncias registradas no inquérito policial – depoimento dos condutores, perícia provisória da droga – organizadas segundo o crivo do delegado de polícia, que estabelece por qual crime indiciar o acusado, é a base de toda acusação, que na maioria dos casos de tráfico resulta em condenação. A legislação atual sobre drogas<sup>55</sup> estabelece em seu artigo 28 os critérios para diferenciar usuários de traficantes:

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (Lei 11.343/06)

O critério absolutamente subjetivo é o que determina se a droga encontrada era para uso ou para traficância. Como a lei não estabelece um critério objetivo de quantidade/natureza, a condição em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, conduta e os antecedentes do acusado são o que determina o indiciamento por tráfico ou por uso de drogas.

---

<sup>55</sup> Lei 11.343/06

Essa seleção inicia com os condutores dos acusados, pois, se eles entenderem que o acusado preso em flagrante é usuário de drogas ele deve ser encaminhado para o termo circunstanciado, que fica localizado no Fórum – especificamente no juizado especial criminal. Esse procedimento é destinado aos crimes de menor potencial ofensivo e para contravenções penais, todavia, se os policiais entenderem que se trata de tráfico de drogas, levam o sujeito para a delegacia de polícia, dando início ao inquérito policial que fundamenta todo o processo.

Na questão do tráfico em especial, 98 ou 99 % do inquérito vem com tráfico e vem a denúncia de tráfico, é muito raro o promotor desautorizar o trabalho da polícia sem um fundamento razoável, especialmente no tráfico, que passou pelo crivo do delegado de polícia que autuou no tráfico de drogas. Eu pelo menos pensava assim, se alguém está mentido nessa cadeia, que assuma as consequências de seus atos, perante deus e a justiça dos homens. (Promotor de Justiça 1)

Então, o depoimento do policial era uma das provas que mais se levava em consideração, tanto porque ele era o único que estava no momento da prisão, e que não era o réu que só ia falar “sou inocente”. Normalmente era dois policiais, sempre eram dois policiais, um concordava com o que o outro falava e o outro corroborava o que o outro falava. Basicamente o inquérito começa ali. E o início do processo, mesmo que deveria ser desvinculado do inquérito, ele tem total ligação com as provas colidas no inquérito. (Estagiário 1)

Em outra entrevista fica clara essa situação:

Entrevistador: E quanto há separação do tráfico e do uso?

Promotor de Justiça 1: é necessário também ter um cuidado especial, nesse caso, porque tem um pouco de subjetividade. Não tem? Quero dizer 10 pedras de crack, eu tenho para mim é uso. Não, não, pera aí o cara tá traficando também. Então o policial quando faz a apreensão faz um juízo de valor prévio, depois esse juízo de valor passa pela pessoa do delegado, que faz o auto de prisão em flagrante, uso solta, tráfico prende e submete ao crivo da justiça, depois pelo crivo do promotor ao oferecer a denúncia ou promover o arquivamento do inquérito. Então são vários juízos. Passa pelo delegado, chega no promotor.

Claro que tanto o promotor de justiça como o juiz podem se manifestar contrários ao indiciamento. O promotor ao verificar o inquérito policial pode entender que se trata de um crime de uso e pedir o arquivamento do inquérito policial e enviar o processo para o juizado especial criminal, ou o juiz ao verificar a prisão pode entender que não se trata de tráfico de drogas e ao invés de converter em prisão preventiva pode soltá-lo. Ou ainda, ao receber a denúncia por tráfico pode rejeitá-la entendendo tratar-se de uso de drogas. Porém essas situações são exceção:

Mas ainda assim nosso sistema acusatório prefere a denúncia, o arquivamento é visto como uma exceção, tanto que o percentual é bem menor. Mas mesmo assim existe um controle, não fica só na mão do promotor, o promotor arquiva, mas o juiz pode concordar ou não, se ele concordar, passou pelo crivo de duas pessoas diferentes, de instituições diferentes. (Promotor de Justiça 1)

Os sujeitos acusados de tráfico nos processos analisados possuem o mesmo perfil: pessoas pobres, sem escolaridade, sem trabalho formal – normalmente autônomos – e usuárias de drogas. E os operadores do SJC tem plena consciência disso afirmando até que em muitos casos são usuários de drogas que realizam pequenos atos de traficância para manter o vício como informou um assessor:

Entrevistador: Quem é a maioria, qual é o perfil das pessoas presas como traficantes?

Assessor 1: Quem é traficante? Pobre, muito pobre, é uma impressão pessoal minha, os caras moram em barraco, casebre, pouca escolaridade.

Entrevistador: é comum pegar classe média no tráfico?

Assessor 1: não é comum.

Em outra entrevista um Promotor de Justiça diz:

Entrevistador: O que você pode me dizer sobre as pessoas que são detidas. No sentido do perfil sócio econômico, você consegue mapear se há uma diferença para o uso e o tráfico .

Promotor de Justiça 1: Pelo menos na realidade na qual eu me deparo, que são comarcas de interior, o alvo da repressão policial são pessoas pobres, carentes, de certa forma marginalizadas, acabam indo para o tráfico muitas vezes como meio de vida, como opção de ascensão social rápida. (...) Traficante aqui sempre é da favela.

Porém não é apenas a questão dos estigmas associados à pobreza que são utilizados na institucionalização do traficante. Na maioria dos casos analisados os traficantes são presos com crack, nos poucos casos vistos em que do suspeito por tráfico de drogas é apreendido com maconha, geralmente existe uma quantidade maior de droga ou as circunstâncias são menos favoráveis ao suspeito – denúncias anônimas, outras drogas ou passagem pela polícia. Cocaína foi encontrada em apenas um processo e drogas sintéticas em nenhum.

Entrevistador: você acha que a natureza da droga influencia, o caráter subjetivo do policiais ou do Ministério Público?

Assessor 1: Do juiz sem dúvida. Eu acho que maconha tem um olhar mais favorável para o acusado sem dúvida, do que o crack.

Todos os operadores do SJC entrevistados tem claro que o crack possui uma maior repressão que as outras drogas. Todavia ao questionar se a natureza da droga determina a incriminação por tráfico de drogas ou uso de drogas, eles sempre se mostraram um pouco mais lacunosos, reforçando o argumento de que outras provas indicam a traficância.

Entrevistador: Você acha que é determinante a diferenciação entre o tráfico e o uso, pela substância, pela natureza dela? Na percepção do policial, do ministério público, quando depara com jovem com alguma quantidade de maconha ou uma quantidade de crack.



Promotor de Justiça 2: Sim, existe uma percepção, uma gradação, maconha menos grave, cocaína grave, crack muito grave, existe uma graduação, uma pessoa que é pega com um cigarrinho de maconha, aquele que é pego com várias buchinhas de crack já fica difícil, será que é traficante, será que não é? Ou analisar outros elementos, muitas vezes o policiais relatam que o celular toca, e alguém quer comprar e aquilo é relatado, fica como uma segunda prova. Mas acho que existe uma gradação, um nível de tolerância implícito, a maconha com uma tolerância levemente maior, e o crack uma intolerância maior também.

O tratamento jurídico dado ao suspeito pode variar também conforme a droga apreendida, existindo maior facilidade na desclassificação do crime de tráfico de drogas para o de uso de drogas conforme a droga apreendida:

Entrevistador: então o crack é mais difícil soltar?

Assessor 1: não é que é mais difícil soltar, é que crack normalmente quando ele é pego com 1 ou 2 pedrinhas de crack é fácil perceber que a pessoa é usuária. Agora quando a pessoa é pega como 30 pedras de crack, em quantidade não dá 10 gramas, dá umas 7 ou 8 gramas, mas é que daí a está fracionada em pedrinhas, pedrinha. Isso é uma coisa que denota o tráfico, pedrinha por pedrinha embalada. A quantidade é pouca, 7 gramas é pouquíssimo.

Entrevistador: é comum a desclassificação?

Assessor 1: não é comum a desclassificação. Depois de processado e julgado não é comum. Quando a gente vê que é uso a gente não processa aqui.

Entrevistador: acontece de vocês arquivarem Inquérito, ou ...

Assessor 1: declinar para o juizado é comum, muito mais comum..., é comum acontecer, e não é comum desclassificar depois de processar julgar. Antes de oferecer a denúncia a gente observa que pode ser usuário e declina.

Entrevistador: quando declina, é mais comum com o crack ou com a maconha?

Assessor 1: Mais com maconha. Era isso que eu estava falando, no crack, a evidência do crack, a situação que normalmente as pessoas são pegadas no crack, e sim é levada muito em consideração a palavra dos policiais daí, não tem como pensar que é só usuário. Ele é usuário não tem dúvida, mas o fato dele ser usuário não desclassifica também ele vender.

Diante dessa realidade, deve-se verificar quem são os sujeitos encaminhados ao termo circunstanciado pelo uso de drogas. O termo circunstanciado é comandado pela polícia militar e ao questionar um dos responsáveis os dados dos que são presos pelo “crime” de uso de drogas a resposta foi direta: quase todos com porte de maconha, e normalmente trabalhadores. E o crack? É a primeira pergunta que surge, sobretudo, com a referencia massiva na mídia sobre eles, porém o policial militar logo explica: “crack é lá do outro lado”, se referindo à justiça comum e assim ao crime tráfico. Por mais que exista uma preocupação de saúde pública em relação ao usuário, este é facilmente acusado – e na maioria dos casos – é condenado pelo crime tráfico de drogas, mesmo por que a figura do traficante-usuário é reconhecida pelos operadores, porém como informou um magistrado “o uso não exclui o tráfico”.

Assim política antidrogas enquadra-se dentro dessa dualidade, onde embora existam políticas de redução de danos<sup>56</sup>, a orientação principal ainda é a repressão policial. É importante deixar claro que considero as políticas antidrogas, realizadas através do sistema de justiça criminal uma política pública, contrariando a ideia que esta tem um caráter eminentemente social e positivo. Considero que todas as ações do Estado para implementar e/ou ofertar serviços como políticas públicas, nesse conceito a prisão é uma política pública, alinhando-se a reflexão de Löic Wacquant (2007, 2008) para quem há uma relação direta entre o declínio do Estado Social e a emergência do Estado Penal. (MORAES; KULAITIS, 2013)

Ao mesmo tempo causa e efeito da erosão do espaço público, o declínio das instituições locais (comércio, igrejas, associações de bairro e serviços públicos) chegou a um grau quase equivalente ao de um deserto organizacional. A origem da espantosa degradação do tecido institucional e associativo do gueto é encontrada, mais uma vez, no recuo repentino do Estado de bem-estar social, o que solapou a infra-estrutura que permitia às organizações públicas e privadas desenvolver-se e subsistir nos bairros estigmatizados e marginalizados. (WACQUANT, 2008, p.39)

Como consequência desse afastamento do Estado e das políticas públicas positivas, abre-se um espaço para o surgimento da policialização das políticas públicas, tendo o sistema de justiça criminal e a polícia como proponentes de políticas públicas de cunho social (MORAES; KULAITIS, 2013). Essa troca da “mão esquerda” do Estado, que simboliza o sistema de educação, saúde, seguridade e habitação, foi e vem sendo substituída, pela regulamentação da “mão direita”, ou seja, polícias, sistemas prisionais, etc. (WACQUANT, 2008)

A demonização de categorias ou sujeitos – usuários de crack por exemplo –, que impulsionada pela mídia e outros setores sociais que passam a considerá-los como problema social, e a solução para esse problema têm como primeiro recurso a resposta penal. Esta “demonização permite que seja simbolicamente isolado e descartado, justificando assim uma política de Estado que combina medidas punitivas (...) (que é acima de tudo uma guerrilha contra viciados e traficantes das áreas do gueto)” (WACQUANT, 2008, p.50). Em uma das entrevistas dos promotores entrevistados essa situação fica demonstrada:

Entrevistador: Como o Ministério Público, sei que você não pode falar em nome do Ministério Público, como que o senhor como Promotor pensa essa questão da droga?

Promotor de Justiça 1: Eu acho que tem que haver repressão, se está ruim com a repressão, fica pior sem. A gente corre o risco de viver em uma cidade,

<sup>56</sup> Política que procura uma abordagem mais humana e pragmática fundamentada na minimização dos prejuízos causados pelo consumo de drogas.

um país de zumbis. As pessoas ainda tem medo de serem pegas com drogas, não me parece que a liberação seja o caminho.

Entrevistador: Quando você fala em Zumbi você diz especificamente a questão do crack?

Promotor de Justiça 1: Vá nas Cracolândia, você vê literalmente isso, zumbis, as pessoas vagam sem rumo naquelas ruas, naquelas vielas, se prostituem por uma pedra de crack, dormem na sarjeta, jogam fora a sua dignidade, acabam sem consciência.

O termo demonização também é utilizado pelos autores Reinerman e Levine (*apud* ANTUNES, 2009) para designar períodos em que as cruzadas contra as drogas atingem uma grande proeminência e legitimidade, entretanto, “estas cruzadas geralmente não têm uma conexão direta com o uso de drogas e os problemas das drogas. São, na verdade, uma forma de controle social que faz uma ligação discursiva de uma substância química com um grupo social considerado perigoso” (ANTUNES, 2009, p.7).

Considerando a ausência de políticas públicas positivas, como educação e saúde, capazes de gerar coesão e integração social através de um controle social normal, diminuindo desigualdades e o crescimento do processo de criminalização da marginalidade, ou seja, aqueles que são excluídos do acesso a serviços públicos, através de um controle social perverso que reproduz medos e pré-noções, não é de se espantar que a única política pública para o usuário de crack, pobre, sem trabalho formal, morador da periferia, seja a prisão. “Não é exagero considerar que o sistema carcerário se tornou de fato a instituição de “tratamento” psiquiátrico de emergência para (...) os mais desvalidos” (WACQUANT, 2008, p.116), ou seja, a policialização das políticas públicas retira problemas sociais, de saúde ou educacionais de suas esferas e as transporta para o setor penal.

É importante destacar que os efeitos do controle social perverso na sua pior forma, o cárcere, não se limitam apenas aos criminosos condenados atingindo o público em geral, ultrapassando os limites legais/morais, conectado a uma ampla rede de ações sociais e a significados culturais, existindo como parte da organização e da vida social (ALVAREZ; MORAES, 2013).

Assim, através desse controle é possível promover políticas de higienização urbana pela segregação dos sujeitos considerados inadequados perante o padrão moral da sociedade. Um desses elementos é o uso de crack que na última década passou a ser considerado um dos piores problemas sociais da sociedade brasileira, sobretudo quando o consumo espalha-se por todas as classes sociais.

Durante a pesquisa pude constatar que a maioria dos suspeitos presos preventivamente por tráfico de drogas é de usuários de crack. Este fator agregado à ausência de emprego formal, ser jovem e morador da periferia traçam as principais características da seleção criminal. Situações em que o acusado é réu primário ou não há provas contundentes, ou elas são substituídas pelo relato dos policiais, que possuem fé pública, ou seja, sua palavra tem força de verdade até que se prove o contrário e/ou por denúncias anônimas, que justamente por terem essa característica do anonimato não podem ser demonstradas no processo, têm servido como principal argumento para manter a prisão.

Essas políticas violentas possuem legitimidade (WEBER, 2008) e, portanto não são vistas como um problema para os governos estaduais e federais. No Brasil, ao contrário, tem aumentado o sistema de controle social perverso e as formas de legitimá-lo, para tanto utiliza-se do medo, aumento da criminalização e, conseqüentemente, aumento da policialização das políticas, e assim, aumento da violência. Desta forma altas taxas de encarceramento são transformadas em indicadores de eficácia da ação policial, induzindo o aumento da criminalidade, criando um círculo vicioso (ALVAREZ & MORAES, 2013). Embora exista a ideia que o Brasil é o país da impunidade, o que ocorre é justamente o oposto, Brasil é um dos países com a maior taxa de encarceramento e punição.

Elias (1993) demonstra que a violência e o medo estão no centro da experiência moderna, expurgando a violência da vida social e oferecendo seu monopólio ao Estado, abrindo caminho para a violência legítima (WEBER, 2008) e a sua regulamentação. O medo oferece o mecanismo central para a introjeção de controles sociais. É necessário frisar que a configuração da sociedade determina a preponderância no sistema geral de controle das variedades de controle, ou das variedades utilitárias de controle (GURVITCH, 1965), e considerando que o presente Estado e a sociedade seguem dentro de uma lógica capitalista com uma vertente neoliberal, a própria regulamentação da violência legítima, pode servir como regulamentação da exploração, ou dentro do nosso objeto, regulamentação do controle social perverso, pois considerando o Estado como responsável pela reprodução do sistema social, uma das formas de realizar tal feito é através do controle social perverso.

#### 4.1. – “Diversas pesquisas comprovam”. Controle social perverso como exercício de poder/saber.

Não se pode inverter todos os valores? E o bem é talvez o mal? E Deus nada mais é que uma invenção e uma astúcia do diabo? Talvez em última análise, tudo esteja errado? E se nós nos enganamos, não somos por isso mesmo também enganadores? Não temos de ser igualmente enganadores? (NIETZSCHE, 2005)

Michel Foucault colabora com o estudo do controle social ao ultrapassar uma visão puramente instrumental do controle social, embora ele não utilize de modo significativo este conceito. Foucault em suas obras utiliza uma perspectiva mais complexa, analisando as práticas de poder, que ultrapassam uma visão instrumental ou funcional do controle social, funcionando como produtoras de comportamentos, formas de saber e de subjetividade (ALVAREZ, 2004)

A psiquiatria se instala com o discurso da verdade, da razão, afastada, portanto da desrazão que representava a loucura. Assim a linguagem psiquiátrica cria-se como monólogo da razão sobre a loucura. A criação de um saber que propaga um discurso de verdade – aqui como ciência –, desenvolvendo um espaço, discurso e posições entre os que dizem, classificam e os que são classificados, permite uma estrutura onde o psiquiatra – ou o médico – assume uma posição onipotente, quase divina, sendo propagador da verdade (FOUCAULT, 2013).

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdades, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção de verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2013, p.10)

Assim, para Foucault (2013) existe uma “luta pela verdade”, ou no mínimo, “em torno da verdade”, que é entendida não como uma coisa verdadeira a ser descoberta, mas sim, um conjunto de regras que distingue o verdadeiro do falso, estabelecendo ao verdadeiro, efeitos específicos de poder. Dessa forma existe, uma certa, “economia política” sobre a verdade, portanto, a “verdade” centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem está submetida a uma constante

pressão econômica e política. A criação de verdade torna-se necessária para a produção econômica e para o poder político, sendo propagada através de uma imensa difusão – educação, meios de comunicação. A verdade acaba por ser produzida e propagada sob o controle, dominante – ainda que não exclusivo – de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos – universidade, exército, meios de comunicação, etc –, sendo alvo de debates políticos e confronto.

(...) não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termo de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder”. (FOUCAULT, 2013, p.10)

Desta forma o poder exercido através saberes que propagam verdades e desenvolvem discursos – médico, legal, judiciário e etc... – acaba por criar o objeto. Assim esses discursos ao falarem, por exemplo, da loucura, falam sem jamais se referir a experiências ou objetos fixos, e ainda abordam como estivessem tratando de objetos diferentes, porém, pode haver uma regularidade entre os discursos. Portanto, o comportamento criminoso pode dar ocasião a toda uma série de objetos de conhecimentos variados – personalidade criminosa, fatores genéticos, sociais, ambientais –, justamente por um conjunto de regras e condições estabelecidas entre as instituições. Porém isso nada acrescenta à criminalidade, porém as suas relações e diferenças permitem dizer algo sobre a criminalidade enquanto discurso.

É preciso esclarecer que para Foucault (2012a, p.247) “(...) o poder não é nem a fonte nem origem do discurso”. O poder é entendido como uma relação, não está centrado em algo, assim como não pode ser entendido como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo. O poder em si não existe, o que existe são as práticas e/ou relações de poder. Assim o poder é algo que circula, contrariando o que Foucault (1999a, p.19-20) chama de teoria jurídica clássica do poder, onde este era considerado um direito, podendo ser possuído como um bem, que eventualmente poderia ser vender ou transferir a alguém, sendo algo concreto. Assim o poder se opera através do discurso, é um dos elementos no dispositivo estratégico de relação de poder.

Não, o poder não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder. Consequentemente, é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado. (FOUCAULT, 2012a, p.248)

Como as relações de poder perpassam, caracterizam e constituem o corpo social, se estabelecendo e operando através da produção, acumulação, circulação e

funcionamento de um discurso verdadeiro. Assim para Foucault (1999a) não há exercício do poder sem uma economia dos discursos de verdade que funcionam em uma determinada relação de poder, a partir e através dele. “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 1999a, p.29), essa talvez seja uma característica da nossa sociedade atual, onde o poder só é exercido através da produção de verdades, e assim “somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos que dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT, 1999a, p.29). Assim somos submetidos à verdade, justamente por ela ser a norma, desta forma somos registrados, regulados, condenados, classificados, destinados a viver e morrer em função de discursos de verdade que trazem consigo efeitos específicos de poder.

Pensar o controle social a partir dessa perspectiva é considera-lo como um dos efeitos das relações de poder. Assim as diferentes formas de controle social na sociedade, são efeitos de discursos de verdade que acabam por virarem práticas, técnicas e instrumentos de controle. Esses feitos do poder são exercidos sobre cada indivíduo, fabricando-o e impondo-lhe uma identidade, ou seja, a individualidade, segundo Foucault (2012b, p.22-23) é hoje completamente controlada pelo poder, somos individualizados pelo próprio poder. Esses instrumentos de poder temem a força e violência dos grupos, tentando neutralizá-las através de técnicas de individualização, que começaram a ser empregadas desde o séc. XVII pela hierarquização da escola, no século posterior pelo registro de descrições físicas, mudanças de endereço, controle das operações de trabalho.

O controle social como técnica/instrumento de poder, implica considerar que o controle social é resultado de um discurso de verdade, que por sua vez propõe práticas, técnicas e é instrumentalizado através de políticas públicas. E no que tange as políticas públicas relacionadas ao cárcere – como a política antidrogas –, o sistema de direito e campo jurídico são as instituições e saberes que propagam e divulgam com maior eficiência verdades, que por serem resultado de uma rede, perpassada por outros discursos de verdade, e que mesmo sendo diferentes mantêm uma regularidade em relação ao objeto. Nas entrevistas era comum a articulação de diversos argumentos científicos, morais e legais como fundamento da proibição das drogas.

Eu tenho muito claro a noção de limitação da minha formação, eu tenho formação eminentemente jurídica, eu não tenho formação médica,

terapêutica, pedagógica não tenho essa formação. Tenho uma formação sólida na área jurídica, mas é ponto. Claro que há uma interação com o social, com a sociologia, mas 90% da formação está centrada no universo jurídico. Então eu acho que não é possível o promotor ou juiz dizer que simplesmente contra a lista da ANVISA, essa sim é composta por um comitê composto por médicos, bioquímicos, pesquisadores, sociólogos, teólogos, pessoas que estão estudando as realidades das ruas, os efeitos em cada pessoa. Se essas autoridades sanitárias entenderam que aquela droga é proibida, eu tendo que tem que ser cumprida. Quem tem a competência para determinar se aquilo faz mau ou não é a área médica. Maconha faz bem para o indivíduo, exemplo, eu não posso questionar, se isso está sendo reconhecido em revistas de renome internacional, se médicos estão dizendo na televisão isso. Agora se disserem que faz mau a gente apenas aceita pois envolve uma formação em uma área na qual eu não tenho conhecimento. Tá na relação da ANVISA, é norma penal em branco<sup>57</sup>, a gente tem acatar. (Promotor de Justiça 1)

Em outro momento da entrevista o mesmo promotor constrói através de argumentos morais o usuário de drogas, porém logo entrelaça com determinismos sociais – característica presente no pensamento criminológico brasileiro e latino americano<sup>58</sup>.

A droga vem suprir uma lacuna em toda a pessoa, todo mundo tem momentos de alegrias de tristezas, de caos, de ordem, faz parte da vida do ser humano, a dualidade: céu e inferno. Se gente pegar a vida do Doutor Aknaton, seguramente sem lhe conhecer a fundo, você tem um motivo para entrar em depressão, eu tenho um motivo para entrar em depressão. A visão que a gente faz disso que faz a diferença, a pessoa que tem a cabeça fraca, dependendo do contexto social, fácil falar por mim que não passei por isso, agora pega um cara que o pai é bandido, tá preso, a mãe é prostituta, o vizinho oferece ele fuma. Será que eu nessas condições iria usar droga? Não sei, não quero julgar também por isso, mas a droga tem como pressuposto um vazio dentro da pessoa, uma crise existencial, que ele vai suprir, a partir da são várias mazelas que levam o ser humano a dificilmente vai chegar nesse ponto. E aí você vai me dizer: como que explica esses atores milionários como o Philip Seymour Hoffman, que é um ator sensacional, esses atores de Hollywood, atores da globo, jogadores de futebol, vivem em um mundo de fantasia, então passa da felicidade para a depressão, da euforia para a tristeza muito mais rápido que uma pessoa normal como nós, que tem uma vidinha estabilizada. Eles não ele está em um papel mais importante da novela das oito e depois fica dois anos sem contrato entra em depressão. Então como que pode um ator desse ter milhões e se injetava cocaína por que não estava tudo bem. Esse mundo de Hollywood é um mundo falido, um mundo que eu não acredito. O mundo do consumismo, do sexo sem regras, da droga, dos vícios, trocar de mulher como troca de roupa, um cara desse a cada 6 meses tá com uma atriz diferente, é um troço louco, isso não é normal, isso gera depressão até para os milionários. As mazelas estão nos palácios e nas palafitas. (Promotor de Justiça 1)

<sup>57</sup> Normal penal em branca é a denominação jurídica para uma lei que precisa de um novo instrumento legal/jurídico para lhe dar funcionalidade. O exemplo em tela é o do tráfico de drogas que na lei 11.343/06 estabelece as condutas e outras circunstâncias do uso e do tráfico, todavia, não estabelece quais são as drogas proibidas. Por isso a referida lei estabelece em artigo 1º, parágrafo único: “Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”

<sup>58</sup> Cf. Histórias do pensamento Criminológicos (ANITUA, 2008).



Assim as drogas e as relações sociais que permeiam esse objeto, são classificadas por diversos saberes – medicina, psicologia, pedagogia, religião – onde os discursos de verdade acabaram por ser recepcionados no saber/poder jurídico, como desvio. Portanto para compreender esses saberes que baseiam as políticas criminais, Foucault sugere:

O direito, é preciso examiná-lo, creio eu, não sob o aspecto de uma legitimidade a ser fixada, mas sob o aspecto dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática. Logo, a questão, para mim é curto-circuitar ou evitar esse problema, central para o direito, da soberania e da obediência dos indivíduos submetidos a essa soberania, e fazer que apareça, no lugar da soberania e da obediência, o problema da dominação e sujeição. (FOUCAULT, 1999a, p.32)

Assim em uma perspectiva foucaultiana (1999a), o sistema de direito e o campo jurídico são veículo permanente de relações de dominação, técnicas de sujeição polimorfas. Todavia esses saberes que assumem o status de norma jurídica, fundamentando formas específicas de controle social são empreendimento de indivíduos, o que Howard Becker (2009) chamou de empreendedorismo moral.

Howard Becker diferentemente de Michel Foucault dá atenção aos indivíduos e suas interações, procurando compreender o sentido simbólico atribuído a essas interações. Desta forma Foucault estaria preocupado com a identificação dos jogos de poder e técnicas utilizadas para regulamentar as ações dos indivíduos por meio de práticas classificatórias que estabeleceriam normais saudáveis aos demais, e Becker (2009) auxiliaria pensar que quem determina os tipos de comportamentos são considerados anormais e problemáticos, ou seja, quem acusa quem? De que estão acusando? E em que circunstâncias essas acusações tem êxito?

Becker (2009) em célebre livro *Outsiders* estuda o desvio social sob a perspectiva do interacionalismo simbólico, inspirado em seu estudo com Everett Hughes de 1961, chamado *Boys in White: Student Culture in a Medical School*. Nesse viés Becker conclui que o desvio é criado pela sociedade, criado por aqueles que estabelecem normas, assim para que um ato seja desviado ou não, depende da forma que os outros se relacionam perante ele. Assim para que um ato seja desviado, dependerá também de quem comete e de quem se sente prejudicado com o ato. Assim, nas palavras de Becker (2009, p.34): “*la desviación no es una cualidad intrínseca al comportamiento en sí, sino la interacción entre la persona que actúa y aquellos que responden a su accionar.*”

Desta forma os desviados, marginais, seriam aquelas pessoas que são julgadas pelos demais como desviadas e estão à margem do círculo de membros “normais” de um grupo. Todavia, pode-se pensar que do ponto de vista dos que são rotulados como desviantes, os marginais podem ser as pessoas que ditam as regras, aquelas mesmas pessoas que os acusam de quebrá-las. Isso porque as regras, assim, como o saber/poder que as fundamenta, são desenvolvidas por grupos sociais específicos e é preciso reconhecer que as sociedades modernas possuem uma estrutura complexa, sendo o conflito elemento mais presente que o consenso. *“Las sociedades actuales están altamente diferenciadas en franjas de clase social y en franjas étnicas, ocupacionales y culturales. Estos grupos no necesariamente comparten siempre las mismas reglas; de hecho, no lo hacen* (BECKER, 2009, p.34)”.

*Además de reconocer que la desviación es producto de la respuesta de la gente a ciertos tipos de conducta, a las que etiqueta de desviadas, tampoco, debemos perder de vista que las reglas que esos rótulos generan y sostienen no responden a la opinión de todos. Por el contrario, son objeto de conflictos y desacuerdos: son parte del proceso político de la sociedad. (BECKER, 2009, p.37)*

As normas para Becker (2009) são o resultado da iniciativa e do empreendimento de pessoas que ele define como “empreendedores morais”, existindo duas espécies: os que criam as regras e os que as aplicam. O protótipo do criador de normas é o cruzado reformista, que opera através de uma ética absoluta e considera que as regras existentes ainda não o satisfaz, pois ainda existem outros males a serem corrigidos, através de outras normas. *“Lo que ve es malo, total y absolutamente malo, sin matices, y cualquier medio que se emplee para eliminarlo está justificado. El cruzado es ferviente y recto, y las más de las veces se siente moralmente superior”* (BECKER, 2009: 167).

O termo cruzado parece apropriado ao autor, uma vez que os reformistas creem que sua missão é sagrada, que deve salvar a sociedade de um mal. Assim pode-se pensar que os criadores das normas, as fazem partir de saberes/poderes, que proponham verdades, estabelecendo políticas públicas, exercidas através de técnicas e instrumentos de controle social, com o intuito de suprimir um mal social. E um bom exemplo desses que promovem uma cruzada contra o “mal”, segundo BECKER (2009), são os proibicionistas, que querem suprimir os vícios.

Os cruzados agem normalmente por um forte sentimento humanitário, acreditando estar salvando os demais, mostrando o caminho correto, bom para aquelas pessoas, que são então o alvo de sua cruzada. Assim não sentem que estão impondo sua

moral sobre os outros, mas sim que estão gerando melhores condições de vida para as pessoas. Esse corte humanitário das ações dos empreendedores morais é importante na medida em que há um intercâmbio de apoio com as outras cruzadas humanitárias (BECKER, 2009) e mesmo com intenções humanitárias o poder/saber que classifica, estabelece padrões, normatizações, disciplinas através da promulgação de verdades. Ali o poder disciplinar ainda é exercido, porém agora de forma mais sutil.

De fato Foucault (1999a, 1999b, 2008a, 2012b) demonstra a ampliação do poder disciplinar através de mecanismos, procedimentos, técnicas e tecnologias, nas sociedades modernas. Para ele esse poder disciplinar transcende o aparelho estatal, sendo incluído no cotidiano, na rotina, ou seja, técnicas cotidianas de poder garantidas pela verdade. Assim impondo-se sobre todos.

Muito embora firmados em um caráter humanitário, os empreendedores morais, ao estabelecer um padrão de vida que consideram adequado, ainda estão dentro da biopolítica, ou seja, do exercício do poder para controle e subjugação dos corpos. Em uma situação análoga, estaria a política de redução de danos que, embora calcada em uma tentativa humanista e não repressiva ao tratar o uso de drogas, ainda exercendo biopoder através da classificação, normalização, e do exercício de tecnologias de poder fundadas em verdades desenvolvidas pela saúde e segurança pública (ROSA, 2012). Em uma das entrevistas é possível ver não só a biopolítica, mas um caminho investigativo para a relação do empreendedorismo moral, o empreendedorismo de si e o controle do outro:

“Sabe o que que funciona? Eu não sou evangélica, nem nada, mas para a camada social pobre funciona, por que? Ele sai das drogas, se você for ver quem são esses pastores de igreja evangélica é esse pessoal que largou as drogas...., então importa a forma de evangelizar, funciona. Um caminho, para o pessoal, principalmente para a camada pobre larga a droga é evangelizar. Acreditar em alguma coisa, a partir do momento que ele acredita que exista um deus – independente da filosofia e da religião – ele para de se drogar, ele vai dizer: não, eu não posso fazer isso com o meu corpo. (Juiz 3)

Pensar na economia política do saber/poder faz pensar em que instituição, ou em quais condições nasceram às verdades utilizadas pelos empreendedores morais e a probabilidade de governamentalização das verdades.

Este tipo de reformismo moral sugiere el acercamiento de una clase dominante a los menos favorecidos en la estructura económica y social. Generalmente, los cruzados morales quieren ayudar a los que están por debajo de ellos a alcanzar un estatus mejor. (BECKER, 2009, p.169)

Assim as cruzadas promovidas pelos empreendedores morais estão dominadas pelos níveis mais altos da estrutura social, significando que o poder, que deriva da

legitimidade de sua posição moral se soma ao poder que deriva de sua posição social superior (BECKER, 2009). Assim, a produção de verdades soma-se a outros interesses e não é de outra forma que os empreendedores morais conseguem largo apoio de outras pessoas cujo interesse é outro além da salvação. *“Así, algunos industriales apoyaron la Prohibición porque sintieron que les garantizaría una fuerza laboral más manejable”* (BECKER, 2009, p.169). Desta forma os empreendedores morais, a fim de ampliar a verdade proposta, precisam aliar-se a outros saberes/poderes, como os de juristas para desenvolverem leis admissíveis e assim dar legitimidade à cruzada. Bem como, a utilização da ideologia psiquiátrica, que *“em los últimos años, la influencia de los psiquiatras em otros ámbitos de la ley penal se há ido incrementado”* (BECKER, 2009, p.71).

Todavia, o que importa não é a utilização dos saberes jurídicos ou psiquiátricos, mas sim a necessidade que os cruzados tem de recorrer a serviços profissionais para o desenvolvimento de normas apropriadas em uma forma apropriada. Nesse sentido foi possível constatar no campo a fusão de um discurso psiquiátrico/psicológico com a moral religiosa. As entidades citadas nas entrevistas que promovem acordos com o judiciário na tentativa de recuperação de usuários de drogas, são de cunho religiosos, todavia, com elementos terapêuticos e “científicos”.

Juiz 1: Eu agora que estou mais afeta a essa área e tenho me preocupado muito com a questão da droga, eu ando lendo coisas fora da minha área, a gente acaba virando meio psicólogo/psiquiatra (...).

Entrevistador: Um livro para indicar?

Juiz 1: O ultimo que eu li é de um cara que tem uma comunidade terapêutica, o nome da comunidade é Ave Cristo e tem um site: [avecristo.com.br](http://avecristo.com.br). É um delegado que trata drogados em Birigui. Não lembro o nome do livro, acho que é “filhos da dor”.<sup>59</sup>

Foi possível visualizar em todas as entrevistas a construção de argumentos mesclando verdades religiosas/morais/científicas. Além das indicações de livros religiosos/terapêuticos sobre as drogas, os “especialistas” sobre o tema eram sempre pastores e ou pastores/psicólogos. Talvez a característica parecerista da área jurídica reforce ainda mais a luta pela verdade através da mescla de diversos saberes conforme seu interesse. Em uma entrevista que realizei quando dialogava com um juiz sobre os usuários de drogas, após uma longa fala ele conclui e esclarece a análise feita:

<sup>59</sup> Essa comunidade terapêutica tem como proposta: “O Programa de Acolhimento e Tratamento da Ave Cristo é oferecido gratuitamente, em regime de internação voluntária, por meio de abordagem de totalidade do ser humano: “Corpo e Alma”. O saber científico da Psicologia, Neurologia do Comportamento, Psiquiatria e Espiritualidade, associado às experiências da Equipe Técnica e voluntários da Ave Cristo, resultaram em significativa metodologia que tem contribuído para oferecer especial Projeto de Vida às pessoas vitimizadas pelas drogas” (“CASA DO CAMINHO AVE CRISTO - 21 ANOS RECUPERANDO VIDAS,” 2014).

“Juiz 3: É uma alienação imposta..., sabe quem pode lhe falar com autoridade sobre isso? O filósofo Olavo de Carvalho, você entre no *youtube* é um cara bem ‘nomerento’, ele saiu daqui por que ele ia ser morto. Ele mora em Richmond nos Estados Unidos. Olavo de Carvalho, ele fala puta merda, ele fala de cada 10 palavras que ele fala 9 nomes, mas é uma pessoa, eu acho que é uma mente pensante única no mundo, o senhor entre na parte que ele fala sobre o tóxico, sobre o que está acontecendo no Brasil. Ele diz que o comunismo é inevitável no Brasil e vai acontecer para já. Então é tudo isso daí, isso que eles estão fazendo de escola integral. O que é escola integral? Eles querem afastar a criança da família, primeira coisa. Depois eles fazem eles não acreditarem em Deus. Eles faziam isso..., é como eles entraram na revolução Russa. A criança ia para escola, eles diziam: “você está com fome? Então ore para você comer”. A criança fechava o olho e pedia para Deus comida. Abria. Não tinha nada. “Tá vendo Deus não te escuta, Deus não existe. Agora peça para Lenin.” Daí eles fechavam os olhos e pediam para Lenin, daí eles colocavam o pratinho de comida na frente.(...) Você leia essa semana Olavo de Carvalho.

Entrevistador: Ele fala sobre tóxico?

Juiz 3: Tóxico, ele fala sobre tudo.

Com a ampliação e força que os saberes/poderes vão sendo utilizados como fontes de verdades, utilizadas para não só classificar, mas também para desenvolver técnicas e instrumentos de controle social, cujo objetivo não é simplesmente expulsar, ou eliminar os homens da vida social, ou impedir as suas atividades, justamente o oposto, pois são utilizados para gerir a vida dos homens, controlar seus atos para utilizá-los ao máximo, sendo assim um objetivo ao mesmo tempo econômico e político, aumentando o efeito do trabalho, e diminuindo a capacidade de revolta e de resistência contra as ordens do poder. Desta forma aumenta-se a utilidade econômica e diminui-se a força política. (MACHADO, 1979)

Esse tipo específico de poder, Foucault chamou de poder disciplinar, que como as demais formas de poder atua em rede, não sendo especificamente um instrumento ou instituto. Portanto a diferença desse poder para os demais é a sua natureza, pois ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, que permite o controle minucioso das operações do corpo, que garante a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade/utilidade. (MACHADO, 1979)

É importante compreender a disciplina aqui como um tipo de organização de espaço, a inserção de corpos em um espaço individualizado, classificatório e combinatório. Todavia a disciplina não precisa necessariamente do espaço fechado para atuar. Outra característica do poder disciplinar é o controle do tempo, assim estabelece-se uma sujeição do corpo ao tempo, com objetivo de produzir o máximo de eficiência. Esse controle só é possível através da vigilância, vigilância essa que precisa ser exercida de modo contínuo e perene, ocupando todos os espaços, “deve impregnar quem é

vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha” (MACHADO, 1979: XVIII).

E por fim o poder disciplinar exige um registro contínuo de conhecimento, assim o poder é exercido ao mesmo tempo em que se produz o saber.

É importante assinalar que estas características são aspectos inter-relacionados. Assim, por exemplo, quando a medicina, com o nascimento da psiquiatria, inicia um controle do louco, ela cria o hospital, ou hospital psiquiátrico, como um espaço próprio para dar conta de sua especificidade; institui a utilização ordenada e controlada do tempo; (...); monta um esquema de vigilância total que, se não está inscrito na organização espacial, se baseia na “pirâmide de olhares” formada por médicos, enfermeiros, serventes; extrai da própria prática os ensinamentos capazes de aprimorar seu exercício terapêutico. (MACHADO, 1979, p.XVIII)

Assim é possível pensar o controle social, como o exercício do poder/saber, que propõe verdades que são exercidas através de técnicas e instrumentos. Todavia ao tratar do problema das políticas proibicionistas antidrogas, pode-se pensá-lo como uma forma de controle social exercido através do poder/saber que propõe verdades, que são governamentalizadas e institucionalizadas, e geram tecnologias e instrumentos de poder disciplinar. Essas verdades, antes de se misturarem aos demais saberes, são levadas a diante por empreendedores morais, que se ocupam em estabelecer o padrão de vida e moral dos demais, e levam a diante, com auxílio de demais saberes, a institucionalização dos exercícios de poder disciplinar. Essa institucionalização se dá no caso das drogas através de políticas de segurança pública.

#### **4.2. O louco, o doente e o criminoso: perigo! Política antidrogas uma genealogia da construção do perigoso.**

De Quincey a Freud, entre outros, da legalidade à ilegalidade, pode-se reconstruir a história de uma desenfreada busca pelas zonas escuras da psique. No entanto, há também a história de um processo de entorpecimento necessário, abrindo e redefinindo mercados, cientificizando-os, reprimindo-os e criando as condições para a expansão do mercado ilegal.(PASSETTI, 1991)

Para compreender a política antidrogas atualmente no Brasil, é necessário compreender o seu desenvolvimento histórico, isto é, perceber em que conjunturas se desenvolveu um discurso unitário que propunha uma verdade, enquanto, todos os demais saberes locais eram desqualificados, deslegitimados, chamados a intervirem

contra aquele discurso, que além de unitário, busca filtrá-los, hierarquizá-los em nome de um conhecimento verdadeiro baseado na ciência que apenas alguns possuíam. (ROSA, 2012).

Para tanto, Michel Foucault colabora com essa análise através de seu projeto genealógico, onde visava dar voz aos saberes sujeitados, ou seja, saberes nomeados como não conceituais, insuficientes, hierarquicamente inferiores. Segundo Foucault (1999a) esses saberes sepultados que forneceram a crítica aos discursos nos últimos anos. Assim genealogia pode ser considerada como o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, permitindo a constituição de saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais.

(...) dizer genealógica, vocês vêem que, na verdade, não se trata de forma alguma de opor à unidade abstrata da teoria a multiplicidade concreta dos fatos; não se trata de forma alguma de desqualificar o especulativo para lhe opor, na forma de um cientificismo qualquer, o rigor dos conhecimentos bem estabelecidos. Portanto, não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; não é tampouco um positivismo, no sentido comum do termo, que o segue. Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiros, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou exata. As genealogias são, muito exatamente, anti-ciências. (...). Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas a insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 1999a, p.13-14)

Assim, a proposta foucaultiana busca travar um combate contra os efeitos do poder, próprios de um discurso considerado científico, e é nesse conflito entre os fluxos de poder que se instituem as normas, ritos, direitos, que visam regular a vida do indivíduo. Portanto através desse embate surgem novos conceitos, tecnologias, saberes, sujeitos e conhecimentos que podem estabelecer valores. Tais valores acabam por ser cristalizados institucionalmente através de regras jurídicas, que além de agir e inscrever nos corpos dos indivíduos, também são exercidos através de políticas públicas, o que no caso das drogas acontece através de medidas disciplinadoras.

A utilização de drogas é prática comum ao longo da história humana, os sentidos atribuídos ao uso de substâncias – que hoje podem ser categorizadas por drogas –, bem como, a valoração e interação com os usuários variou ao longo dessa história. A utilização de substâncias psicoativas e alucinógenas transitou desde a utilização terapêutica no Egito antigo, nos cultos indígenas nos primórdios da colonização das

Américas, uso medicinal na Europa moderna até na busca pelo prazer nos Estados Unidos da década de 60.

Uma droga não é apenas um determinado composto com certas propriedades farmacológicas, podendo receber muitos outros atributos. No Peru, as folhas de coca eram um símbolo do Inca, reservadas exclusivamente para a corte e outorgada aos servos como prêmio. Na Roma pré-imperial, o uso do vinho era liberado apenas para os homens maiores de trinta anos, sendo que o costume admitia executar qualquer mulher ou homem mais jovem descobertos nas proximidades de uma taberna. Na Rússia, durante meio século, beber café foi um crime punido com tortura e mutilação das orelhas. Fumar tabaco causava a excomunhão entre os católicos e a amputação de membros na Turquia e na Pérsia. Até a erva-mate, usada hoje em infusão pelos gaúchos dos pampas, foi considerada uma beberagem diabólica, e somente as missões jesuítas no Paraguai, dedicadas ao cultivo comercial desta planta, conseguiram convencer o mundo cristão de que suas sementes não foram trazidas à América por Satã, mas por São Tomás, o mais desconfiado dos primeiros Apóstolos. (ESCOHOTADO, 1997, p.27)

De certa forma pode-se dizer que “a questão do uso de drogas pode ser considerada universal, uma vez que são pouquíssimas as culturas que não se utilizam de alucinógenos” (RODRIGUES, 2006), ainda hoje, certos grupos religiosos possuem rituais com plantas psicoativas como os grupos religiosos ayahuasqueiros que “começam a ser organizados, na região amazônica brasileira, a partir dos anos trinta do século passado” (GOULART, 2014, p.1).

Na Bolívia mesmo com as pressões internacionais constantes para a eliminação de todas as plantações de Coca, o que resultaria na falência de atividades culturais milenares, existe a previsão legal para a plantação e utilização da coca e mesmo sendo um país soberano busca se justificar na própria lei 1008 de 19 de Julho de 1988, artigo 1ª (RAMÍREZ, 1996, p.1):

La coca, cuyo nombre científico corresponde al genérico *erithroxilum*, constituye un producto natural del subtrópico de los departamentos de La Paz y Cochabamba. Se apresenta en estado silvestre o en cultivo agrícolas, cuya antigüedad se remonta a la historia precolombina boliviana.

E continua em seu artigo 2º:

El cultivo de coca es una actividad agrícola-cultural orientada tradicionalmente en forma lícita hacia el consumo, uso en la medicina y rituales de los pueblos andinos.

Segundo Rodrigues (2006) a colonização do novo mundo impôs uma forte influência cultural da igreja católica sobre os colonizados, assim como o banimento de “planta sagradas”, rituais e seitas, como parte da imposição cultural descobridor-colonizador, bem como da afirmação de toda uma cultura europeia entendida como superior, a aplicação da religião católica como oficial, buscando catequizar os nativos



das terras americanas. Todavia, é necessário reconhecer o papel que a colonização teve na difusão de drogas, conforme afirma Passetti.

O colonialismo parece ter sido a política mais eficaz na introdução de drogas. No século XVIII, a Companhia Inglesa das Índias Orientais havia introduzido em Bengala, na Índia, o cultivo do ópio. No século seguinte, por meio de sua sucursal no Cantão, difundiu-o entre o chineses, através das empresas Delto and Co. e Jardine and Mathesone, o que provocou uma sucessão de confrontos como o governo chinês, conhecida como Guerra do Ópio. (PASSETTI, 1991, p.25)

O saber religioso possui um caráter monocultural firmado na ideia de um único saber rigoroso, geralmente vinculado ao pensamento e as categorias hegemônicas na sociedade, eliminando de pronto muitas realidades – conflitantes – que ficam fora da concepção social dominante, aliado à ideia de que o tempo é linear. A história percorre uma direção, na qual todos os países que seguem na dianteira são os que possuem ideário hegemônico restando aos outros serem tratados como residuais, sem importância (SANTOS, 2007).

Ao contrário do que é passado pelo discurso comum sobre a droga, a proibição está muito mais relacionada com os aspectos morais do que com questões de segurança pública e saúde. A moral é a fonte da verdade que acaba por influenciar outras fontes de saber, que embora, tratem o objeto de forma diferente, permanecem com o teor moral inabalável. Assim “trata-se de uma governamentalização das drogas, de uma biopolítica que apresenta verdades que devem ser elucidadas a população e não mais reproduzidas da forma com que ocorre hodiernamente” (ROSA, 2012, p.30).

Por esta palavra, governamentalidade, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de governo sobre todos os outros soberania, disciplina e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2008b, p.143-144)

Assim as classificações sobre algumas substâncias que passam a ser valoradas socialmente de modo negativo como “drogas” e legalmente como “ilícitas”, são construções relativamente recentes na história do homem. Muitas das substâncias

ilícitas consumidas no Brasil, são utilizadas pelos homens há séculos, sendo criminalizadas apenas no século XX.

A história do controle internacional de drogas é bastante recente, mas não menos intrigante. Apesar de haver hoje uma relação próxima entre uso de drogas e proibição, o consumo e a circulação de substâncias como cocaína, ópio e *cannabis* eram legais até o início do século XX, quando eram comumente usadas sob a forma recreativa ou medicinal. Nos primeiros anos do século passado, no entanto, essas três drogas mais consumidas foram banidas. (RODRIGUES, 2006, p. 26.)

No período da idade média nota-se por sua vez a ausência da proibição, entretanto havia alguns limites morais impostos pela religião católica, tais limites foram flexibilizados ou endurecidos, no decorrer da história. Um exemplo é o ópio que durante o XVIII e XIX tornou-se um produto de elevada importância, sendo amplamente aceito pela sociedade, inclusive pela igreja, o que não foi um óbice para a proibição de alucinógenos, estes fortemente ligados aos rituais pagãos. Assim pode-se perceber que as primeiras proibições em relação às drogas são referentes à moral e à religião, e não ao caráter terapêutico ou medicinal da droga, sendo assim, passa-se a impor um padrão mundial de controle do uso, comércio e consumo baseado em um padrão cultural hegemônico. (RODRIGUES, 2006).

Essas substâncias não eram apenas relacionadas às populações originárias, tal qual a coca aos autóctones do planalto andino, mas também teve um amplo interesse comercial e farmacológico, assim a coca, não só era vista como uma substância de cunho religioso, mas para os espanhóis, ao perceberem as qualidades estimulantes, passaram a estimular a produção, visando estimular o trabalho dos camponeses e mineiros da Bolívia e Peru. Bem como a *cannabis*, que embora no Brasil tivesse uma importância relacionada à cultura popular, nos Estados Unidos tornou-se uma mercadoria extremamente lucrativa do agronegócio, tendo entre seus produtores Benjamin Franklin e Thomas Jefferson (ROSA, 2012).

Com o desenvolvimento das ciências medicinais, farmacêuticas e químicas diversas substâncias, tais como coca e ópio, passaram a ser legitimadas pelo cientificismo médico. Assim era comum a prescrição de láudano, substância desenvolvida no séc. XVII, composta por álcool e ópio, para tratar diversas patologias. “Foi o medicamento, utilizado como instrumento técnico e científico, que possibilitou ao discurso médico uma ação transformadora sobre o corpo doente, dando eficácia à medicina” (ROSA, 2012, p.32). Assim, o interesse pelas substâncias, bem como a

utilização deliberada delas, fez com que elas fossem tratadas com maiores cuidados, visto inúmeros problemas para a saúde, gerados pelo consumo. A heroína surge em 1874, considerada o substituto sintético do ópio e da morfina, que não causava dependência, nem males a saúde. E para combater os males causados pela heroína, que não tardaram a ser descobertos, passaram a utilizar a cocaína, que havia sido sintetizada em 1860. Prescrita por causar menos dependência, a cocaína passou a ser produzida por grandes laboratórios, além de a coca ter sido exportada para diversos países, que possuíam condições de aclimação da planta.

Os problemas relatados, decorrentes do uso de drogas chegam ao Brasil no início do séc. XIX, e em 1912 intensificam-se nas mídias brasileiras matérias referentes ao abuso de drogas, suicídios e crimes relacionados com essas substâncias. As matérias eram mais frequentes nas seções policiais, que influenciavam campanhas de denúncia e moralização. Assim tematizou-se a elaboração de um plano internacional e outro nacional para políticas sanitárias, que reformava e regulava o serviço sanitário, prevendo até mesmo o surgimento de uma polícia sanitária, responsável por regular e controlar as farmácias e drogarias, além, do cumprimento de leis relativas à prevenção e repressão de tudo que pudesse comprometer a saúde pública. Todavia, demonstrando a força do poder/saber medicinal, desde 1890<sup>60</sup>, já se previa o controle sobre vendas de venenos em geral, bem como o crime contra a saúde pública (ROSA, 2012).

Portanto, o surgimento das primeiras políticas proibicionistas ocorreu de forma mais intensa no momento em que o consumo de drogas passou a ser reconhecido pela comunidade médica como algo perigoso à saúde humana. Através da cruzada puritana que anunciava o aumento do uso maléfico de determinadas substâncias em detrimento do importante lugar de deus, resultando na intensificação da repressão e do controle sobre as drogas por meio de políticas que restringiam o consumo das drogas que modificavam os estados de consciência. (ROSA, 2012, p.34)

Muito embora a atual política de controle de drogas tenha sua origem arraigada em aspectos religiosos e morais, nota-se claramente um exacerbado discurso sanitarista como argumento de proibição e repressão, o que não impede a coexistência entre substâncias ilícitas e substâncias terapêuticas legais.

Não se deve esquecer que a definição de droga *sempre foi um conceito antes de tudo moral*, que vai acarretar, posteriormente, seu conteúdo ilícito e criminal. O novo Estado Moderno, portanto, une o poder religioso ao poder médico para guardar um conjunto de normas reguladoras da vida pessoal, em especial do consumo de drogas. (RODRIGUES, 2006, p.31)

Essa diferenciação entre as substâncias – lícitas e ilícitas – é dada por um critério político-legal, mostrando-se muitas vezes controvertida, característica muito

---

<sup>60</sup> Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.

comum dentro desse tema, pois mesmo a palavra “droga” tem sua definição controversa, uma vez que não existe uma origem clara, Rodrigues (2006, p.16), aponta como provável origem do termo do holandês antigo “*droog*”, que significa folha seca, provavelmente por ser a forma da maioria dos medicamentos antigos. A confusão aumenta na utilização frequente da palavra “droga” que nada define, sendo uma maneira genérica de incluir todas as substâncias que alteram ou modificam as condições psíquicas ou físicas do homem, quase sempre associadas à ilegalidade.

Algo sí parece estar claro: la palabra *droga* no puede definirse correctamente porque se utiliza de manera générica para incluir toda una serie de sustancia muy distintas entre sí, incluso en “su capacidad de alterar las condiciones psíquicas y/o físicas”, que tiene en común exclusivamente el haber sido prohibidas. Por otra parte, la confusión aumenta cuando se compara una serie de sustancias *permitidas*, con igual capacidad de alterar esas condiciones psíquicas y/o físicas, pero que no se incluyen en la definición de droga por razones ajenas a su capacidad de alterar esas condiciones, como por ejemplo el caso del alcohol. (DEL OLMO, 1998, p.3)

A transformação das drogas em um problema social e a necessidade de medidas de controle, foram levadas a diante através de empreendedores morais, como o Anti-Saloon League, fundado em 1893, que apoiava ataques aos *saloons* para combater, o que consideravam ser os maiores vícios da sociedade: jogos de azar, prostituição e o consumo de álcool. Assim através da aprovação da *Food and Drug Act* (Lei Federal sobre alimentos e drogas) em 1906, a situação começa a ser alterada, pois, embora não proibisse qualquer droga, regulamentava, passando a permitir a intervenção e o controle, o que se estendeu aos hábitos de uma parcela da população, alvo das corporações policiais, teorias médicas e psicólogos. Assim o surgimento do termo “uso abusivo de drogas”, passou a ser utilizado com bastante frequência por esses profissionais, geralmente relacionado com aspectos étnicos, como mexicanos consumidores inveterados de maconha, chineses consumidores de ópio, irlandeses alcoolistas e por fim a cocaína aos negros

Em cada Estado existem grupos que influenciam tomadas de decisão e que, povoando as instituições políticas, operam instrumentos de força para garantir seus interesses. Assim, a lei, que se apresenta como válida para todos, não é uma expressão imparcial da *justiça verdadeira*, mas a consolidação histórica de vontades políticas de certos grupos e forças sociais. A justiça, desse modo, não é cega, mas enxerga perfeitamente alvos específicos. Historicamente podemos notar uma preocupação com o controle de certos estratos da população considerados ameaçadores ao modelo político-social e econômico existente. Em geral, essas supostas classes perigosas são formadas pelos pobres, estrangeiros e subversivos: aqueles que defendem uma postura de vida dissonante, projetos políticos distintos ou simplesmente sustentam hábitos considerados inapropriados ou imorais pelos grupos da ordem. Assim, por meio de instrumentos legais determinados vão sendo construídas redes especiais destinadas a capturar esses grupos perigosos. Não é à toa que as prisões, espaços poucos utilizados como forma

de punição até o século XVIII, passam gradativamente, como afirma Michel Foucault, a ser o local preferido para lançar esses indivíduos indesejáveis. Colocadas em movimento pelas leis, as *políticas de controle social* são, portanto, medidas de contenção de indivíduos e grupos que podem desestabilizar a ordem. (RODRIGUES, 2003, p.107-108)

Dessa forma o caráter ilícito da droga surge junto com o discurso médico sanitarista, que permitia a intervenção na vida das pessoas, estabelecendo padrões de condutas, classificação do normal e do desviante ou problemático segundo critérios subjetivos, que apresentavam uma verdade que não é somente institucionalizada, mas também governamentalizada (ROSA, 2012).

[...]; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 1999c, p.19)

O discurso moral, religioso alia-se a outros saberes medicinais estabelecendo uma verdade científica quase incontestável, que sujeita outros saberes ao escafandro utilizado no mar dos discursos negados e rejeitados. Essa verdade do discurso científico dá forças à implementação de todo o aparato legal proibicionista antidrogas que desenvolve-se internacionalmente e localmente. Esse discurso implica controle dos corpos, que por sua vez, sofrem graves e intensas consequências.

### **PARTE III – OS PERIGOSOS**

#### **CAPÍTULO 5 – ENTRE ZUMBIS, IMORAIS, DOENTES E CRIMINOSOS.**

Esse capítulo, dividido em três partes, analisa as representações sobre os sujeitos envolvidos com drogas e a consequência dessas representações no controle social exercido pelo SJC. Essas representações acabam por estabelecer, minimamente, dois sujeitos o usuário e o traficante, e embora o tratamento legal seja distinto as representações compartilham a imagem de periculosidade sobre esses sujeitos.

Assim, na análise referente ao usuário de drogas a imagem associada à imoralidade e doença que gera um ser incontrollável sedento por drogas, um sujeito instável que inevitavelmente cometerá crimes. Por outro lado temos o traficante que é visto com uma imagem de criminoso ardiloso, violento e fonte de diversas outras “maldades” crimes, por isso uma “semente do mal” como afirmou um promotor. Todavia esses sujeitos, traficante e usuário, são antes de tudo imagens, conceitos, que embora nas representações possam aparecer distintamente se personalizam

conjuntamente no sujeito preso por drogas. Assim por fim analisei como é exercida a separação entre usuários e traficantes a fim de compreender o reflexo dessas representações no exercício do controle social promovido pelo SJC.

### **5.1. – “Você acha que um zumbi daquele tem condição de avaliar?”**

#### **Representações sobre os usuários.**

Essa identificação da totalidade da pessoa com a sua droga de eleição – fazendo do corpo morto de qualquer significado para a vida – comportava ainda uma interpretação moral de associar o uso de crack a uma ruína de valores sociais. Frases como “Ele manipula”, “Ele rouba”, “Ele mente”, “Ele engana”, “ele não tá nem aí” marcavam com nitidez a definição do usuário de crack não como um tipo especial à parte dos demais, mas antes como um exemplo paradigmático do lugar do “dependente” na sociedade. (CETLIN, 2014, p.3-4)

As consequências dos discursos de verdade sobre as drogas, exercidos nesse âmbito, através de políticas públicas que utilizam uma lógica de controle social realizado através do exercício de um poder disciplinador, acabam por atingir intensamente os sujeitos que são alvo desses saberes. A criação de um padrão de normalidade acaba por criar o anormal, aquele que não possui capacidade de tomar decisões, acessar bens, serviços e fazer escolhas. (MEDEIROS, 2010)

A gente usou o termo “zumbi”, que a gente usa muito em artigos, jornais. vai na cracklandia, se depara com zumbis, você acha que um zumbi daquele tem condição de avaliar? “Eu quero me internar”, não ele não tem condição. Ele tá com aquela vida dele, ele é um cadáver ambulante, o peso ideal é 70 quilos, ele tá com 45 quilos um homem adulto, doente, mal consegue se alimentar, deixa de comer um prato de comida para usar droga, não dorme, vira a noite, esse individuo não tem como dizer sim o não. (Promotor de Justiça 1)

Foucault (2010) argumenta que a noção de perigo e perversão é o núcleo teórico do exame médico-legal. A entrevista acima deixa claro a proximidade do discurso médico do SJC gerando uma espécie de discurso legal-médico, estabelecendo um discurso de medo que tem por função identificar o perigo e opor-se a ele.

Entrevistador: E o que você pensa do crack?

Assessor 2: O crack fomenta a prática de outros crimes, não tem nem o que falar, as pessoas roubam por causa de crack, matam por causa de crack, latrocínio relacionado com crack...

A noção de perversão misturada com conceitos jurídicos e médicos, se aproxima da noção de perigo e posteriormente do sujeito que gera esse perigo. Esses saberes acabam por desenvolver discursos, técnicas e instrumentos ininterruptos para a seleção, controle e disciplinamento desses sujeitos:

De modo que temos finalmente duas noções que se deparam e que vocês logo veem quão próximas e vizinhas são: a noção de “perversão”, de um lado, que permite costurar uma na outra a série de conceitos médicos e a série de conceitos jurídicos; e, de outro lado, a noção de “perigo”, e de “indivíduo perigoso”, que permite justificar e fundar em teoria a existência de uma cadeia ininterrupta de instituições médico-judiciárias. [...]

E, de outro lado, é o discurso que não apenas se organiza em torno do campo da perversidade, mas igualmente em torno do problema do perigo social: isto é, ele será também o discurso do medo, um discurso que terá por função detectar o perigo e por-se a ele. É, pois, um discurso do medo e um discurso da moralização, é um discurso infantil, é um discurso cuja organização epistemológica, toda ela comandada pelo medo e pela moralização, não pode deixar de ser ridícula, mesmo em relação à loucura.(FOUCAULT, 2010, p.30-31)

Ao analisar o conceito de *outsiders* e o desvio social, Howard Becker (2009) refuta as análises simplistas como as oferecidas pelas estatísticas, que reduzem o problema descartando muitas perguntas sobre a natureza do desvio. O ponto de vista que considere o desviado é algo patológico, e assim releva a presença de uma enfermidade, perspectiva ainda muito comum quando o assunto é uso de drogas, assim o desvio é visto como uma desordem mental e o uso de drogas é visto como um sintoma de enfermidade mental.

O procedimento de atrelar o uso de drogas à noção de patologia caminha paralelamente à sua construção como transgressão às normas sociais. Se, como doença, o consumo de drogas implica menos uma escolha que um imperativo ao consumo, sua criminalização foi decisiva, na medida em que foram justamente essas as substâncias que se desvincularam do sentido farmacológico original e passaram a ocupar o espaço proscrito e negativo que lhes foi reservado pelas leis e pelo debate público. Logo, à sua nomeação como patologia, deve-se acrescer ao fenômeno das drogas sua apreensão jurídica como comportamento desviante. (CETLIN, 2014, p.4)

Nessa perspectiva aquele que vende as substâncias consideradas drogas, os traficantes, são vistos de forma extremamente depreciativa, pois se os usuários são vistos como sintoma de enfermidade mental, ou seja, possíveis doentes, incapazes de se auto regular, os que vendem passam a ser vistos como enganadores, que utilizam a inocência ou a doença do outro para lucrarem. Essa imagem é reforçada em 1988 em uma convenção promovida pelas Nações Unidas, que estabelece um comprometimento, por parte de governos internacionais, em participar, implementar e ratificar os tratados propostos, chegando ao consenso entre as nações em considerar as drogas ilícitas um desafio coletivo global, no qual a política utilizada deve ser a de repressão, baseada na

cooperação e co-responsabilidade entre os países, deixando claro quem são os países consumidores (vítimas) e os produtores (narcoterroristas), criando nesse discurso estereótipos, nesse sentido Rosa Del Olmo (1998, p.6-7) explica:

(...) *el estereotipo delictivo*, presente desde que existen legislaciones sobre drogas; pero que en la actualidad se ha convertido en *estereotipo político-delictivo*, al recurrir al *discurso político* para legitimarse como discurso jurídico (producto de la difusión del modelo *geopolítico*). A la droga se la ve como “enemigo”, y al traficante – objeto central de interés de este discurso – como “invasor” “conquistador”, o más específicamente como “narcoterrorista” y “narcoguerrillero”, aunque el traficante puede bien ser ya no un individuo sino un país.

As noções médicas de saúde de enfermidade foram utilizadas também na sociologia, que procurava classificar, diferenciar os processos sociais que gerariam estabilidade e assim seriam funcionais, dos processos que interrompiam a estabilidade e portanto, seriam disfuncionais. Becker (2009) afirma que tais posições – vistas sobretudo em Talcott Parsons – não são adequadas, pois, não é fácil discriminar o que é funcional ou disfuncional para uma sociedade ou grupo social. Assim Becker (2009, p.27) afirma que “*es más sábio partir de una definición que nos permita trabajar tanto con situaciones ambiguas como no ambiguas.*”

Para Howard Becker (2009) a análise do desvio social deve ser realizada através da perspectiva da interação entre os sujeitos. O desvio nessa perspectiva não seria uma qualidade intrínseca do comportamento, mas a interação entre a pessoa que atua e aqueles que respondem a sua atuação.

A mi entender, dicha presunción ignora el hecho central: la desviación es creada por la sociedad. (...). Me refiero más bien a que *los grupos sociales crean la desviación al establecer las normas cuya infracción constituye una desviación* y al aplicar esas normas a personas en particular y etiquetarlas como marginales. Desde este punto de vista, la desviación *no es* una cualidad del acto que la persona comete, sino una consecuencia de la aplicación de reglas y sanciones sobre el “infractor” a manos de terceros. Es desviado quien ha sido exitosamente etiquetado como tal, y el comportamiento desviado es el comportamiento que la gente etiqueta como tal. (BECKER, 2009, p.28)

Desta forma os marginais – aqui usuários – são aqueles julgados pelos outros como desviados e à margem do círculo das pessoas “normais” de um grupo. Porém essa perspectiva permite inverter essa lógica, onde os *outsiders*, desviados, seriam aqueles que ditam as regras, aos olhos dos que são julgados por elas. Assim vê-se que não existe uma aceitação unânime sobre as regras sociais, pelo contrário, seria inocente (ou ardiloso) considerar que com o nível de complexidade social que temos em nossa sociedade, com diversos grupos sociais, haveria uma aceitação plena sobre as normas. As normas são criadas por grupos sociais específicos, e a capacidade de impô-las aos outros corresponde essencialmente à diferença de poder.



Todos os que estão na praça e becos das favelas durante as madrugadas estão correndo o risco de sofrer algum tipo de agressão policial, mas notamos que existem sujeitos que possuem maior probabilidade de serem vítimas desses atos, que também são ilegais, frente à lei. São fortes alvos de violência policial aqueles que forem presos em flagrante consumindo ou portando pequena quantidade de drogas, pois os policiais preferem agredir com tapas e chutes os usuários que estejam praticando tais atos a levá-los à delegacia para assinar um termo de compromisso como prescreve a lei. Muitas vezes, as torturas, além de cumprirem um papel moralizante, tendem a sugar informações dos usuários ou pequenos traficantes, como saber onde adquiriu a droga e quem a vendeu. Aqueles que apresentarem alguns resquícios de consumo, como o nariz sujo de pó ou as mãos com cheiro de drogas, também têm fortes chances de sofrer alguma agressão, mas os principais alvos são aqueles que possuem um histórico de vida fortemente ligado à ilegalidade e os que possuem marcas identificadoras de poder que os liga ao “crime”, que possam ser identificadas e que se autoidentifiquem como sendo “do crime”.(SÁ; NETO, 2012, p.155)

Esse olhar de Becker nasce de seu estudo com Everett Hughes, embora diferente da de outros autores da mesma escola (BENZECRY, 2009) e entre as tradições sociológicas Becker (2009, p.14), “(...) *existía un enfoque alternativo, cuyas raíces remontan a la famosa máxima de Willian I. Thomas: ‘Las situaciones que los hombres definen como reales tienen consecuencias reales.’*” Assim, uma das consequências de rotular alguém como desviado, ou seja, quando a pessoa é identificada como alguém que quebrou as normas, assim será identificada, antes de qualquer outra representação, pois o desvio se converte no traço dominante. “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Nos relatos de “testemunhos”, observa-se que, em sua maioria, os sujeitos atribuem a si mesmo e ao grupo em que estava inserido, qualidades pejorativas, considerando-se pessoas inferiores e passíveis de humilhação e violação dos direitos humanos. Nota-se que há uma postura de tentativa de se enquadrar nas normas e regras socialmente aceitas, colocando o uso de drogas no passado. Vários destes ex-usuários de drogas acabam por propagar esse discurso hegemônico, através do fato de alguns deles assumirem como missão de vida atuar na prevenção ao consumo e/ou auxiliando outras pessoas a interromper o uso de drogas. A propagação desse discurso parece reiterar o estigma social destinado aos usuários de drogas.(PAZ, 2014, p.8-9)

Em uma pesquisa que procurou comparar os usuários de crack do Rio de Janeiro dos usuários de heroína em Nova York, traz uma entrevista de um usuário de crack que demonstra como o desvio se torna o traço principal do desviado.

Um dos exemplos é a fala de M., um dos usuários de crack entrevistados na cracolândia de Manguinhos; quando perguntado sobre o que achava do crack, sua resposta foi: “Só de ninguém te aceitar, te enxergar de outra forma, já era.” M. reconhece em sua fala sua condição de um indivíduo não aceito e “enxergado” como à parte da sociedade devido a sua condição de usuário abusivo de crack. (VALLIM, 2014, p.5)

Tratar um indivíduo como se fosse um desviado, e não uma pessoa que cometeu um desvio específico, tem o efeito de produzir uma teoria auto realizável, põe

marcha a uma série de mecanismos para dar imagem a este sujeito conforme a imagem que os outros tem dele. Uma vez identificado como um desviado o indivíduo tende a ser exilado de outras atividades convencionais.

El drogadicto se ve forzado a involucrarse en outro tipo de actividades ilegales, como el robo y el hurto, como consecuencia del rechazo de sus empleadores.

(...) Al drogadicto, popularmente considerado como un individuo falto de voluntad que no puede renunciar a los placeres indecentes que le proporcionan los opiáceos, se lo reprime y se le prohíbe el consumo de drogas. Como no puede conseguir sustancias legalmente, debe obtenerlas de manera ilegal. Esto fomenta el mercado clandestino y hace subir el precio de la droga muy por encima de su valor legítimo en el mercado, a niveles inalcanzables para un asalariado común. (BECKER, 2009, p.53-54)

A Escola de Chicago da qual Howard Becker fez parte juntamente com Erving Goffman e Anselm L. Strauss, e realizaram uma guinada teórica “*que devolvió a la investigación sociológica a los carriles correctos*” (Becker, 2009, p.15). Pode-se dizer que o “interacionismo simbólico” – nomenclatura que Howard Becker recusa – teve sua origem no pragmatismo de John Dewey, e desenvolvido, posteriormente, principalmente por Georg Mead. Essa perspectiva ressalta a natureza simbólica da vida social, ou seja, que as significações sociais devem ser consideradas como produzidas pela interação entre os agentes (COULON, 1995). Por isso, segundo a análise de Mead (1934) o “eu” e os outros são construídos a partir da interação entre os sujeitos, e por tanto o estudo sociológico deveria analisar os processos pelos quais os sujeitos determinam suas condutas.

The "I" is the response of the organism to the attitudes of the others; the "me" is the organized set of attitudes of others which one himself assumes. The attitudes of the others constitute the organized "me," and then one reacts toward that as an "I." (MEAD, 1934, p.80)

O ambiente em que vivemos, segundo essa perspectiva, é ao mesmo tempo simbólico e físico. É assim que nós construímos as significações do mundo e de nossas ações, e em uma cultura comum, o conjunto de significações e valores que orientam a maior parte de nossas ações, possibilitam prever o comportamento de outros indivíduos (COULON, 1995). Não é de outro modo que Goffman (GOFFMAN, 1985, p.11) ao estudar as representações do “eu” na vida cotidiana afirma: “A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar.” Por isso que se o indivíduo for desconhecido, os elementos utilizados para informar sobre o sujeito poderão ser obtidos pela conduta e aparência.

Se o indivíduo lhe for desconhecido, os observadores, podem obter, a partir da sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente

parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados. (GOFFMAN, 1985, p.11)

Os meios utilizados para categorizar as pessoas em uma sociedade, no presente caso: o usuário de drogas, passam pelo processo do saber/poder, que estabelecendo uma padronização do que é normal ou que é indesejado, problemático, e assim que tomasse conhecimento do comportamento tido como desviado, iniciasse um processo de estigmatização, e ao confrontar o normal – ou seja aqueles que não frustram negativamente as expectativas que estão em discussão – com uma pessoa que possui um estigma, podem ocorrer diversas formas de discriminação.

Son bien conocidas las actitudes que nosotros, los normales, adoptamos hacia una persona que posee un estigma, (...). Creemos, por definición, desde luego, que la persona que tiene un estigma no es totalmente humana. Valiéndonos de este supuesto practicamos diversos tipos de discriminación, mediante la cual reducimos en la práctica, aunque a menudo sin pensarlo, sus posibilidades de vida. Construimos una teoría del estigma, una ideología para explicar su inferioridad y dar cuenta del peligro que representa esa persona, racionalizando a veces una animosidad que se basa en otras diferencias, como por ejemplo, la de clase social. En nuestro discurso cotidiano utilizamos como fuente de metáforas e imágenes términos específicamente referidos al estigma, tales como inválido, bastardo y tarado, sin acordarnos, por lo general, de su significado real. (GOFFMAN, 2008, p.17)

Para a pessoa estigmatizada existe uma insegurança acerca do modo como os outros vão identifica-los e recebê-los, assim o estigma que gera a insegurança relativa ao status social, somado a insegurança laboral, acaba por prevalecer sobre uma grande variedade de interações sociais. A incerteza do estigmatizado existe não só porque desconhece em que categoria ele será classificado, mas também porque desconhece a reação ao seu estigma, deste modo, pode defini-lo em função de seu estigma. Assim, embora, estigmatizado possa em uma interação não ser discriminado pelo estigma, este ainda pode acompanhá-lo, pois ele ainda pode sentir, em seu foro íntimo, que, no fundo, os outros o veem pelo estigma. Deste modo o estigmatizado pode exilar-se da sociedade, passando a ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo que não o aceita. (GOFFMAN, 2008)

Frente à possibilidade do estigma, o usuário de drogas, vê-se obrigado a manter em segredo o seu desvio (BECKER, 2009), e caso não consiga, e ele seja exposto e consequentemente estigmatizado, enfrentará as diversas consequências decorrentes do rótulo. Em ambos os casos, os integrantes de uma categoria comum de estigma, por exemplo, usuários de crack, tendem a se reunir em pequenos grupos sociais, com outros membros estigmatizados que derivam da mesma categoria (GOFFMAN, 2008).

No caso dos usuários de crack, a situação é ainda pior, pois aqueles que são foco das políticas públicas, do saber/poder, das verdades, das reportagens jornalísticas e

factoides, quase sempre estão relacionados a outras situações estigmatizantes, relacionadas à posição marginal que ocupam na sociedade: aspectos como pobreza, situação de rua, ausência de emprego formal e baixa escolaridade. Assim essas pessoas passam a ser vistas como um problema a ser resolvido. Passam a ser vistas como um perigo a “ordem pública<sup>61</sup>”. Como bem expressa um dos entrevistados: “Qual é a figura do meu usuário? Usuário que não passa para traficante passa para outro tipo de delito patrimonial” (Promotor de Justiça).

Pode-se identificar como aspectos negativos atribuídos e associados ao uso de drogas questões referentes a sujeira, doença, desonestidade e violência, e em alguns casos também agrega-se o valor de pobreza e criminalidade. Nesse sentido, podemos perceber que não é o atributo “consumir drogas” que coloca o sujeito numa situação de estigmatização, e sim o fato de estar inserido em um grupo, cujas características associadas são avaliadas como negativas socialmente e depreciativas do ser humano.

Essa série de características consideradas perigosas à sociedade é então materializada no objeto droga, ou seja, este torna-se objeto eleito “bode expiatório” dos males sociais. Por sua vez, aquele que lida com a droga, no caso os usuários/consumidores, são considerados a personificação daquilo que é negativo, ruim fruto do mal, demandando assim intervenções tanto de “guerra às drogas” como de higienização da sociedade. (PAZ, 2014, p.7)

As diferenças, os outros saberes refutados, que ignoram ou desconsideram o que é estabelecido como verdade através de um saber/poder, e por isso geram conflitos sociais que perdem o caráter positivo, civilizatório e político afirmado inicialmente por Simmel (1983) e através de sua influência na escola de Chicago (VELHO, 2002), reafirmado por Becker (2009), torna o conflito algo negativo, que não só deve ser controlado, mas, eventualmente, excluído.

These differences will be more or less tolerated in different social systems. Societies or social groups vary in their ability to tolerate deviant interpretations depending on the historical moment and the type of social structure and organization. The idea of pluralism is intimately associated with an ideological perspective which defines the co-existence of differences as necessary and healthy. On the other hand, authoritarian value systems reject the possibility of such co-existence. (VELHO, 1976, p.270)

Assim as consequências do saber/poder que estabelece uma verdade sobre as drogas, age diretamente sobre os usuários, desconsiderando qualquer eventual saber ou posicionamento, uma vez que estes quando não são tidos como loucos e doentes, são

---

<sup>61</sup> Esse é um termo muito comum na prática jurídica, sendo um dos argumentos legais utilizados para manter uma pessoa presa preventivamente. Em todos os processos analisados existe o argumento do perigo de ordem pública para fundamentar a prisão preventiva do acusado, mesmo em casos onde a quantidade de droga apreendida era baixa (casos entre 2 até 10 gramas) e em um dos processos não havia sequer a apreensão de droga, apenas denúncias anônimas e o testemunho dos policiais militares.

vistos como criminosos ou como verdadeiros anormais que se assemelham a bichos, possuem um déficit moral, são frios, pobres e indecentes.<sup>62</sup>

Não tem sanção penal, usuário vai ser tratado. Assim como eu digo que o cara está na maconha, ele tiver uma boa retaguarda, uma boa base familiar, de laços afetivos. A grande pobreza social é a de laços afetivos, que o que te mante diferenciado dos bichos é você ser capaz de afeto. Alias o cachorro é capaz um pouquinho de afeto, mas ele tem a natureza animal um pouco maior. O que vai nos diferenciar dos bichos é a capacidade de afeto e de esperança. Pegue a imagem da crackolândia de São Paulo, a gente se assemelha a bicho. Quando você vê aqueles cara com a mão na boca e não é para comer é para se drogas, eles não tem um projeto de vida, quem não tem um projeto de vida não tem esperança. Eles viraram bicho. (Promotor de Justiça)

Assim a biopolítica exercida sobre os corpos é realizada não só através de discursos de verdades que acabam por estigmatizar, rotular e classificar os sujeitos, mas através de um controle social que utiliza instrumentos e técnicas de poder disciplinar, seja através da prisão ou através comunidades terapêuticas que clamam por disciplina, oração e trabalho<sup>63</sup>(<http://www.apublica.org/>).

## 5.2. – “Tráfico é uma semente do mal”.

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo, o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 1999a, p. 306)

Tanto na análise dos processos como nas entrevistas salta aos olhos a preocupação e a necessidade combater o tráfico de drogas que é visto como o principal problema público por muitos operadores. Esta seção está organizada com a finalidade de analisar as representações dos operadores do SJC sobre traficantes drogas, para verificar o reflexo sobre aqueles indivíduos presos por suspeita de tráfico, e com o

<sup>62</sup> Cf. TEIXEIRA, C. P. “Frios”, “pobres” e “indecentes”: esboço de interpretação de alguns discursos sobre o criminoso. In: **Conflito de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

<sup>63</sup> Transcrição da reportagem sobre as comunidades terapêuticas: “Aqui não tem luxo. Elas arrumam as camas, lavam suas roupas, cuidam da roça e quando tem um trabalho mais pesado para fazer, como subir um muro, a gente chama os internos da unidade masculina. A gente trata os desvios de caráter com oração, disciplina e trabalho” diz Fernando de Oliveira Soares, diretor-presidente da instituição, que, em outubro, passou a receber mil reais mensais por interno, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) através do programa “Crack, é possível vencer” do governo federal.

objetivo compreender como se dá a – interação - acusação (VELHO, 1976) de tráfico e quais são as representações que envolvem essa acusação.

Em todos os processos analisados os suspeitos presos em flagrantes são mantidos em prisão provisória pelo argumento de perigo à ordem pública. Os argumentos utilizados no processo se repetem, muitas vezes de forma idêntica contrariando até mesmo os fatos descritos no APF. Essa cópia idêntica de argumentos utilizados em outro processo, o que é chamado por alguns operadores (sobretudo advogados) de “ctrl+c, ctrl+v”, assim, por exemplo, em um dos processos os suspeitos são presos por policiais civis, e mesmo assim a fundamentação para a prisão feita pelo juiz segue com os mesmos argumentos da legitimidade da palavra dos policiais militares de forma idêntica a outros processos dessa mesma vara, ainda que desta vez tenham sido policiais civis a efetuarem a prisão.

A construção dos argumentos utilizados nos processos sempre indicava a lesividade e a hediondez do crime de tráfico, sua prática reiterada na cidade gerando insegurança e outros crimes, e por último a legitimidade da prisão em flagrante. As transcrições processuais abaixo revelam bem essa característica: “A manutenção da custódia se impõe em razão da gravidade o crime de tráfico – mormente por que fomenta a prática de outros delitos” (processo criminal). E enquanto o “depoimento dos policiais militares são harmônicos, consistentes e ricos em detalhes, não havendo óbice para atribuir-lhes credibilidade”, o argumentos apresentado pelo acusado “não é razoável” (processo criminal).

Argumentos que desconsideram a versão do acusado são comuns em todos os processos onde ele aponta contradições, ilegalidades da prisão ou mesmo uma outra versão qualquer que procure afastar a traficância. É possível ver um esforço argumentativo por parte dos operadores que acaba por impossibilitar a defesa negando a palavra do acusado. Esses argumentos são variados, mas todos possuem a negativa da palavra do suspeito fundamentada no depoimento dos policiais e/ou argumentos subjetivos marcados pelo senso comum das drogas. A transcrição abaixo é a sentença condenatória de uma mulher que foi presa em flagrante, nessa situação segundo o APF os policiais militares receberam uma denúncia anônima indicando um endereço onde supostamente estaria ocorrendo tráfico de drogas, a prisão foi realizada no interior da casa da suspeita durante a madrugada, o primeiro paragrafo da decisão diz:

Preliminarmente, convém destacar que a abordagem policial realizada na residência da acusada se deu de forma plenamente regular. Trata-se, pois, de

procedimento cotidiano da polícia militar realizar abordagens com base em denúncia anônimas recebidas, sempre no intuito de garantir a segurança pública e o cumprimento da lei.

Ademais, não há que se falar em violação de domicílio ou abuso de autoridade. Isso porque o próprio artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, preceitua acerca da possibilidade de se adentrar a residência alheia quando houver situação de flagrância, independente do período do dia (sentença criminal).

Ao todo foram encontrado 25 gramas de crack em sua casa e um dos principais argumentos para a condenação é que havia uma usuária de drogas próximo da casa com cinquenta reais. Segundo os policiais essa usuária no momento da abordagem teria contado aos policiais que estaria ali para adquirir drogas, todavia, essa mesma usuária em juízo e na delegacia negou tal afirmação, ainda assim, a confissão feita apenas para os policiais militares no momento da prisão é considerado como verdadeiro: “Embora a referida usuária tenha negado em Juízo que se dirigiu a residência de [nome da acusada] no intuito de adquirir crack, é de se notar que os policiais destacaram que, no dia dos fatos, [usuária] teria relatado que efetivamente iria adquirir entorpecente (sentença criminal).”

Esses elementos analisados nos processos criminais referentes aos suspeitos presos por tráfico de drogas são decorrência da relação de poder/saber que – como apresentei anteriormente – estabelece e classifica os sujeitos e as relações. Assim, embora cada operador do SJC pertença a sua própria instituição que desenvolve suas relações próprias de poder/saber, ainda assim, essas instituições enquanto sistema compartilham de um objetivo que é o controle social através da prisão. Por isso, enquanto existe um sistema de instituições que exerce o controle social através da punição existe uma complacência que permite tal exercício.

Claro que isso não significa que exista um pleno conformismo entre as instituições que compõem do SJC ou que seus operadores se relacionam de forma harmoniosa. Porém, é necessário reconhecer que existe uma tendência de legitimar os atos feitos pelos outros operadores do SJC, e quando o exercício de controle social através da punição é engendrado sobre indivíduos, grupos que são tidos como uma classe perigosa, que precisa ser contida para “defender a sociedade” serão feitos ouvidos moucos para os gritos de ilegalidade e de defesa. Em uma das entrevistas questioneei sobre as suspeitas de ilegalidade das prisões realizadas à noite e em condições suspeitas e embora exista reconhecimento de abusos da autoridade praticados, isso não impede o caminho reto para a condenação.

Eu acho bastante comum, a maioria dos réus sempre alegam que foi torturado, por isso confessou. A gente sabe que muitos não falam a verdade,

mas infelizmente na maioria dos casos nos sabemos que realmente a polícia abusa da autoridade. (juiz 4)

Em outro momento ele diz:

[...] eu procuro sempre avaliar com cautela o depoimento da polícia por motivos que a gente conhece. Já teve situações que eu absolvi, mas foram situações onde a palavra da polícia foi desconstituída por outros elementos de prova. Mas se a prova for certinha, confissão do réu na delegacia, polícia dá uma declaração da delegacia, mantem a mesma versão em juízo, eu acho difícil absolver. (juiz 4)

Ainda, como na maioria dos processos analisados, a acusada se declarou usuária e informou que a droga era para consumo próprio, todavia, essa informação segundo a sentença não é razoável, pois, as drogas estavam embaladas e prontas para venda. O argumento das drogas estarem embaladas para venda é um argumento muito comum, todavia, deveras curioso se considerar que se a droga é efetivamente embalada para vender, ela também está embalada na compra e possivelmente assim permanecerá até o momento do consumo. Nessa sentença o juiz afirma por três vezes que a palavra dos policiais é válida e tem credibilidade por fim termina a sentença dizendo: “Dessa maneira, é preciso sopesar todos os elementos probatórios colhidos, em especial, no caso, o testemunho dos policiais militares que atenderam a ocorrência” (sentença criminal).

E de fato, o depoimento policial é o principal fundamento para a manutenção da prisão preventiva e também para a condenação, “podendo ser desconstituído somente por prova inequívoca em sentido contrário”(sentença criminal), assim, se fosse posta em dúvida a palavra da polícia acabaria a repressão ao tráfico de drogas como pontuou um promotor de justiça<sup>64</sup>.

A característica do biopoder apontada por Foucault permite compreender a noção de guerra às drogas e o exercício do SJC, pois se a luta é em favor da vida e pela sua proteção, a principal interação que se terá em relação aqueles que a “ameaçam” e causam perigo à ordem pública é o controle da sua vida. “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999a, p. 305).

A repressão ao tráfico e a necessidade de prisão em nome do perigo à ordem pública se dá fundamentalmente pela alegação da gravidade do crime de tráfico de drogas uma vez que desencadearia outros crimes e contaminaria a sociedade com

---

<sup>64</sup> Cf. a entrevista da página 63.



diversos problemas. Em alguns processos se utilizou uma jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná utilizada pelo juiz que demonstra esse temor:

[...]o brilhantismo e a visão social espalhada no Habeas Corpus n. 505.035-3 do Tribunal de Justiça do Paraná, no qual se ressalta a gravidade do crime de tráfico de drogas, principalmente pelo seu poder de desencadear outros delitos e condutas, anti-sociais, além da desestabilização da sociedade como um todo, por estimular a prática, por exemplo, de: Crimes contra o patrimônio para obtenção de numerário pelos dependentes para adquirir mais drogas; crimes violentos praticados pelos usuários que, sob efeito do entorpecente, perdem sua capacidade de autocontrole; homicídios e chacinas para ‘acerto de contas’ entre fornecedores e usuários inadimplentes ou, ainda, em razão de disputa por ‘contos’ de venda de drogas; ... prostituição; afastamento dos usuários e dependentes da escola e do trabalho; proliferação do tráfico e uso de armas de fogo, inclusive de uso restrito; criação de verdadeiros ‘Estados paralelos’ em regiões dominadas pelo narcotráfico; desestruturação familiar; progressiva desestruturação física e mental dos usuários e dependentes, seja pelo efeitos diretos da droga, seja pela proliferação de outras doenças (AIDS, hepatite, etc.) típicas de usuários que compartilham instrumentos, tais como seringas. (sentença criminal)

Esse posicionamento permite compreender a expressão “demonização das drogas” utilizada pela Del Olmo (1998), e acompanha em certa medida a imagem do senso comum sobre as drogas, sobretudo, quando relacionada à segurança pública, como podemos ver na entrevista de um policial militar paranaense em vídeo disponível na internet:

[...] Esse tipo de droga (o crack), essa droga altamente viciante tem dizimado nossa juventude. Meninas tem se prostituído e garotos tem se transformado em assaltantes e assassinos. Então o traficante é um bicho perigoso, um animal peçonhento que precisa ser extirpado da face da terra. Devia ter pena de morte pra essa raça nojenta, maldita, porque quando vai preso fica de 5 a 15 anos comendo à custa do governo, à custa dos impostos da população, dos pesados impostos que a população paga, diga-se de passagem, tem que sustentar esses lixos aí que ficam levando essa porcaria da droga para transformar as crianças em zumbis. Ele falou (o traficante) 'eu tenho direitos, eu sou pai de família', quer dizer, um porco deste aí, pede os direitos dele agora, mas o direito das crianças de viverem em paz, livre das drogas ele não dá [...](YOUTUBE, 2014).

O crack é envolvido em um pânico moral, que produz e produziu diversas mudanças e consequências legais e políticas no exercício do controle social sobre as drogas, principalmente na forma pela qual a sociedade percebe a questão e a tolerância com os meios “necessários” para contê-lo. Cohen definia do seguinte modo o fenômeno do pânico moral:

Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, person or group of persons emerges to be become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; the moral barricades are manned by editors, bishops, politicians and other right-thinking people; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; way of coping are evolved or (more often) resorted to; the

condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible. Sometimes the object of the panic is quite novel and at other times it is something which has been in existence along enough, but suddenly appears in the limelight. Sometimes the panic passes over and is forgotten, except in folklore and collective memory; at other times it has more serious and long-lasting repercussions and might produce such changes as those in legal and social policy or even in the way the society conceives itself. (COHEN, 1980, p.1)

O conceito cunhado por Stanley Cohen (1980) para analisar os processos pelos quais determinados grupos sociais se tornaram alvo de grande receio e atenção pública na Inglaterra. Nesse período o autor estava investigando alguns grupos juvenis e seus respectivos etilos de vida, na “análise desse processo o autor articula um conjunto de noções disseminadas pela bibliografia americana”(MARQUES, 2012, p. 253), utilizando nessa análise o processo de rotulação (BECKER, 2009) e de estigmatização (GOFFMAN, 2008) de determinados segmentos sociais, todavia, ainda o enfoque de Cohen se relaciona com a ideia de empreendedores morais de Becker (2009) e cruzadas morais. Embora a forte influência dos autores da escola de Chicago, Cohen a demonstra originalizada ao focar dinâmicas em um plano analítico mais coletivo.

Enquanto os autores mencionados muitas vezes se referem a um plano interindividual, da interação simbólica entre “transgressor” e os “outros significantes”, o enfoque do pânico moral busca compreender reações de grandes coletividades a respeito de grupos ou fenômenos tomados como ameaças à sociedade. (MARQUES, 2012, p. 253)

As representações analisadas dos operadores do SJC são perpassadas pelo pânico moral uma vez que os sujeitos envolvidos com crack, sejam usuários ou traficantes, são vistos como uma ameaça aos valores e interesses sociais, são apresentados de modo estereotipado, por meio de comunicação de massa e isolados por uma barreira moral construída por empreendedores morais. Os especialistas credenciados pela sociedade apontam soluções, diagnósticos e desenvolvem técnicas para lidar com a questão.

Nas entrevistas fica evidente essa característica, não só pela noção estereotipada dos usuários como “zumbis” incontrolláveis, mas também por outras noções amplamente divulgadas e de senso comum, como a ideia da maconha como porta de entrada, uso de drogas para fugir da realidade, uso como desestruturação social, uso como um defeito moral, etc. A transcrição abaixo permite essa análise:

Entrevistador: Vejo um argumento muito recorrente entre o MP e o juiz, seja para receber a denúncia, para manter a prisão, ou converter a prisão em flagrante em prisão preventiva que é o uso do perigo à ordem pública, por que isso, como se entende isso?

Promotor de Justiça 1: A lógica do tráfico é que é um crime que tem o poder disseminar outros. Então é uma semente do mal que gera tentáculos. Tráfico é uma semente do mal e os tentáculos vão para o roubo, o homicídio, furto,

então tem várias decorrências, não é um crime que acaba ali. O zé manezinho lá da esquina que rouba um pacote de bolacha, sem ter relação com droga, o crime dele morreu ali, furto famélico, ele mata a fome dele. Amanha ele pega outro, não envolve perigo para ninguém, é chato para o comerciante, mas tem uma lesividade mínima, tanto que se aplica insignificância. O tráfico não. A ideia que os Promotores e os Juízes é que há uma semente do mal ali. A partir do tráfico você está destruindo famílias, criando condição para os coitados do vício, não tendo dinheiro, as meninas se prostituem, os rapazes vão assaltar o semáforo de trânsito. Ai um não pagou a dívida com o traficante morre no homicídio, então o tráfico traz essa percepção para quem está no sistema de repressão, um crime que precisa ser combatido, sempre foi e sempre vai ser.

Entrevistador: e o uso?

Promotor de Justiça 1: O uso você já tem que ver o sujeito como alguém doente, alguém que não tem consciência sobre seu próprio problema. A percepção é que o usuário é um doente em potencial, tanto que a lei está abrando a repressão para ele, *abolitio criminis* no uso, auto lesão tudo isso, a anos se fala sobre isso, tem um certo fundamento, uma coisa é o traficante, você arranca a raiz do mal, o usuário é consequência, você não resolve nenhum problema de forma definitiva pela consequência, você tem que pegar a causa.

A tolerância, permissibilidade e a facilidade da acusação por tráfico vista na pesquisa é consequência dessa necessidade de combater o tráfico, “o pânico moral ganha existência como uma hostilidade coletivamente estabelecida perante algo que fomenta reação social” (MARQUES, 2012, p. 256). Essa hostilidade e essas percepções trazem consequências importantes como a criação de regulações formais e informais, estigmatização de segmentos e a rotinização, “o pânico moral pode deixar um legado derivado de leis, agências, grupos organizados, *lobbies*, entre outros. Todos eles constituindo-se como forma básica para controle ou gestão das ameaças específicas em questão” (MARQUES, 2012, p. 256).

Essa rotinização do pânico moral pode ser analisada na seleção dos suspeitos por tráfico, onde a maioria está envolvida com crack, uma pequena parcela com maconha – alguns operadores apontaram 90% dos casos de tráfico serem relacionados como crack – poucos com cocaína e praticamente nenhum com drogas sintéticas. O perfil socioeconômico dos suspeitos também é descrito pelos operadores como pessoas pobres sem acesso a serviços públicos adequados e atribuem essa seletividade à polícia, e a transcrição abaixo representa bem essa situação:

[...] eu estou há 10 anos na carreira e nunca sentenciei mais de 5 adolescentes que tinham uma situação econômica de classe média. Nunca sentenciei mais de 5. [...] É impossível que eu só tenha, a minha clientela na vara de infância só seja pobre. Então quer dizer, as famílias de classe média e classe média alta o que acontece com os meninos eles não cometem ato infracional? Eu acho que até cometem né. Questão de tráfico de drogas com certeza, só que ai tem outra coisa, tem alguns lugares onde a polícia não chega. (Juiz 1)

Essa imagem demonizada das drogas auxilia no exercício de um controle social perverso – sobretudo para o crack – que atrelado a uma pressão política e midiática de combate as drogas – levada adiante por empreendedores morais –, que utiliza-se de diversos saberes para promover verdades, instituições, técnicas, criar e classificar os sujeitos envolvidos com as drogas, sejam os operadores para combater ou os perigosos para sujeitar. Todavia, embora legalmente se possa fazer uma separação entre o usuário e o traficante, bem como, desenvolver a noção do usuário como um doente e o traficante como criminoso, não se encontrou nas representações elementos que permitam identificar de forma clara esses sujeitos. O traficante e o usuário acabam por se confundir nas representações sobre os sujeitos envolvidos com o crack, pois ambos são perigosos, fazem parte de uma mesma representação sobre o perigo que simbolizam. A imagem do usuário que pode a qualquer momento matar em nome da droga e que é um zumbi é tão estereotipada quanto a imagem do traficante como um sujeito ardiloso, vil que lucra no vício e no sofrimento dos outros, contudo, sem utilizar a droga.

Essa imagem ideal do usuário – que apenas consome – e do traficante – que apenas vende – se confundem na realidade, diversos operadores reconhecem que boa parte dos suspeitos presos ou dos condenados por tráfico de drogas são também usuários e que vendiam para sustentar o vício, tanto que argumenta-se reiteradamente que o uso não afasta a possibilidade de tráfico. Também reconhecem que os grandes traficantes não são perseguidos devidamente – afinal tem lugares aonde a polícia não chega – pois não se relacionam diretamente com a droga. E embora os usuários e os traficantes sejam representados de modo muito próximo, no que tange a periculosidade, possuem um tratamento legal, status e formas de acusação diferentes.

### **5.3. – Doentes ou criminosos? Usuário ou traficante? Na falta de clínica, prisão. Uma gestão dos usuários de drogas pobres.**

A quantidade droga é muito pouco e eles são condenados por tráfico. [...]

Muitos, muitos, eu não tenho números, mas desses condenados como traficantes são usuários. Pode até ser traficante? Pode. A gente percebe que os familiares vem contar para gente aqui. Se passava droga para alguém, pode ser que tenha prova no processo, mas que o cara é também sim um usuário e que deveria ter

um tratamento ao invés do tratamento penal. Um tratamento de saúde mesmo. (Juiz 5)

A lei de drogas – 11.343/06 – não estabelece um critério objetivo que permita identificar e separar o usuário do traficante, deixando o crivo para a subjetividade dos operadores do SJC que utilizam suas representações para dar sentido a sua prática cotidiana. O usuário é representado como um doente, um sujeito que está sujeito ao descontrole, podendo assaltar, matar e cometer outros delitos para sustentar seu consumo, sendo assim, é um ser perigoso em potencial. O traficante como um sujeito que semeia esse mal, sendo a causa de toda uma série de problemas sociais.

Para identificar o traficante e o usuário o artigo 28 §2º da lei de drogas estabelece cinco critérios que o juiz deverá tomar em consideração: a natureza, a quantidade da substância apreendida, o local, as condições em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e aos antecedentes do agente.

Antes de analisar os critérios e como se dá a triagem do usuário e do traficante é importante verificar que esses critérios servem para o juiz poder decidir, todavia, nos processos analisados e nas entrevistas fica claro que nenhum critério acima relacionado é relevante. O que é relevante para a tomada de decisão são as provas (tecnicamente de defesa e de acusação) que são produzidas, porém, a acusação conta com uma peça chave, a palavra do policial que tem legitimidade relativa. Relativa por que pode ser desconsiderada, todavia, apenas com uma prova em contrário que deslegitime a palavra do policial. Essa situação não foi vista em nenhum processo e embora alguns operadores afirmem que já desconsideraram a palavra do policial, deixam claro que essa situação é rara.

O processo penal funciona de forma mecanizada e para fazer a triagem rapidamente utiliza-se das provas e informações produzidas pela polícia. Assim as provas informadas no APF são o suficiente para relacionar o suspeito como traficante e mantê-lo preso preventivamente em nome da ordem pública e futuramente condená-lo pelo mesmo crime. Ou seja, a palavra do policial e uma quantidade qualquer de droga são o suficiente para criar o traficante. Claro que existem outras provas, todavia, sempre relacionadas à palavra do policial, assim, é possível ver argumentos para condenação afirmando que os policiais não encontraram nenhum utensílio para uso, ou que na casa ou em seus arredores havia diversos usuários ou transeuntes que indicaram o traficante. As demais provas acabam derivando da palavra do policial que tem legitimidade de verdade e por isso acaba se tornando verdade também.

A quantidade de droga possui pouca relevância, ao menos para o crack, os suspeitos geralmente são presos com poucas gramas: “[...] o que a gente percebe é que desses acusados de tráfico na grande parte deles é usuário, aí ele é pego com três, quatro pedras de coisa, e já é preso e condenado por tráfico” (juiz 5). Por sua vez a natureza da droga é apontada pelos operadores como irrelevante para indicar o tráfico de drogas, muito embora, nos processos e todos eles afirmem que o crack é a substância mais frequente.

As questões referentes ao local, às condições em que se desenvolveu a ação (prisão) e as circunstâncias sociais, pessoais, conduta e antecedentes parecem ser fatos determinantes para os operadores do SJC e daí provavelmente resulte a capacidade de absolvição ou desclassificação para usuário de drogas. Digo provavelmente por que não encontrei nos processos desclassificação ou absolvição, mas a semelhança do perfil e das circunstâncias em que se realizaram as prisões e algumas observações realizadas nos juizados especiais criminais – onde são julgados os usuários – permitem afirmar que aqueles selecionados como usuários normalmente possuem trabalho formal ou são estudantes, com maconha – raramente cocaína – enquanto o traficante não possui trabalho formal, escolaridade, é morador de periferia e é preso com crack.

As circunstâncias em que se deu a ação é a palavra dos policiais que fundamenta a acusação com base nas circunstâncias sociais, pessoais, conduta e antecedentes do agente. Esses últimos elementos são os que determinam a seleção por tráfico de drogas. A natureza da droga influencia na medida em que é mais combatida por representar um risco maior e maior demonização social.

Mas a grande questão é que embora a legislação permita a diferenciação entre usuário e traficante, ao mesmo tempo impossibilita. Digo isso por que a imagem ideal do usuário é irreal – exceto talvez para drogas lícitas que possam ser adquiridas em farmácias e possuem um rito de consumo diferenciado –, pois o consumo de drogas é algo cultural que envolve ritos e coletividade. Não digo com isso que as pessoas não consumam usar drogas sozinhas, afirmo apenas que o comum é consumir coletivamente. E como a legislação estabelece mais de 18 verbos para configurar o crime de tráfico não é difícil imaginar que algum usuário em algum momento não cometa a ação descrita na lei.

Durante a pesquisa conversei com diversos usuários de drogas distintas – sobretudo maconha, cocaína e sintéticas como LSD e êxtase –, nessas oportunidades, dialogando sobre as drogas e a experiência com elas é possível reconhecer atos de

traficância. Usar cocaína com um outro sujeito permite considerar o dono da droga como traficante. Uma roda de usuários de maconha permite a mesma associação; de fato, passar um cigarro de maconha para outro sujeito, permite identificá-lo como traficante. Sem falar da aquisição de drogas feitas muitas vezes em parceria com outros usuários para baixar o custo, ou práticas de trocas, doação – chamada por alguns usuários de “preza” – e empréstimo de drogas a outros usuários. Embora a legislação preveja modalidades de tráfico de drogas com penas mais brandas (como o uso compartilhado ou tráfico privilegiado, quando a droga é em pouca quantidade, réu primário e sem ligações com organizações criminosas), ainda assim, essas modalidades encontram-se dentro do crime de tráfico e normalmente só se faz proveito deste benefício na sentença, ou seja, após vários meses de prisão preventiva.

O usuário que apenas usa drogas é uma imagem ideal que não é possível de ser considerada na realidade, ao menos não para um usuário regular, uma vez que o uso de drogas é um ato social (ESCOHOTADO, 1997; PASSETTI, 1991; ROSA, 2012). Assim como existem bares para o consumo coletivo de bebida alcoólicas, já existiram e existem locais destinados ao consumo de outras substâncias. Na realidade Becker (2009) demonstra que uma das consequências do rótulo de *outsider* é a aproximação com outros sujeitos que possuem o mesmo rótulo, o que permite compartilhar experiências, angústias e prazeres típicas de qualquer prática considerada desviada.

Se o uso regular envolve práticas de tráfico, permitindo pensar a figura do traficante usuário, ou seja, aquele que pratica pequenos atos de traficância para sustentar seu vício ou não. E que o uso de drogas não impede que a pessoa também seja traficante, como sabemos quem é o usuário? Ou melhor, como alguns são selecionados apenas como usuários? As circunstâncias pessoais, sociais e os antecedentes irão dizer, todavia, um argumento muito comum é que se o usuário não possuir uma família que lhe de suporte virará traficante, conforme a fala do promotor:

A diferença do traficante e usuário? A regra é a escadinha, primeiro você é usuário, exceto se você tem uma família que te de retaguarda. Por que? É difícil um usuário que se mantenha..., se eu fosse usuária, tá? Que eu me mantivesse acessa suficiente para continuar produzindo, isso que eu fico pensando em termo de mercado capitalista [...]. Usuário que não passa para traficante passa para outro tipo de delito patrimonial. (promotor de justiça 3)

A rotinização do pânico moral relacionado às drogas é ainda mais intenso com o crack. Embora outras drogas, como a maconha, sejam vistas como problemáticas e perigosas, principalmente por que levam a drogas mais “pesadas” como o crack: “Eu posso dizer que dos meus *crackeiros*, também é uma pergunta que eu faço para eles:

mas você começou no crack? Não, eu comecei a fumar maconha com 12 anos” (promotor de justiça 3). Os usuários são vistos como um perigo em potencial através de um estereotipo desenvolvido pelo senso-comum, todavia, esse usuário aparentemente perde sua periculosidade com alguns requisitos, ou seja, ele não irá cometer delitos ou mesmo traficar se tiver uma boa formação familiar, pessoal e supostamente isso impediria até de consumir outras drogas: “Eu tenho visto que para o cara ficar na maconha ele tem que ter uma baita estrutura familiar e emocional, por que nada como você ter uma fuga autorizada” (promotor de justiça 3).

Por sua vez os usuários de drogas que não possuem uma estrutura familiar e educacional são vistos como potencialmente perigosos e se estão envolvidos com crack são vistos como bichos, zumbis, desumanizados:

Acontece que assim como eu digo está na maconha se você tiver uma retaguarda, uma boa educação, uma boa base familiar, de laços afetivos. Por que a grande pobreza social é a de laços afetivos, o que te mantém ainda diferenciado do bicho é você ser capaz de afeto, aliás o cachorro ainda é capaz um pouquinho de afeto, tem a natureza animal maior. Então tá, o que não vai nos diferenciar dos bichos é a capacidade de afeto e esperança, pegue a imagem da crackolândia de São Paulo, aquilo se assemelha a bicho. Quando você aqueles cara que é da mão para boca e não é para comer é para se drogar, eles não tem projeto de vida. (promotor de justiça 3)

De fato a separação entre usuário e traficante é realizada segundo critérios subjetivos estabelecidos através das condições sociais, pessoais e antecedentes dos agentes. Os operadores reconhecem que a maioria das pessoas condenadas ou presas por tráfico estão relacionadas com crack, que são usuários também, são pobres e sem trabalho formal representando uma classe perigosa à sociedade. Eles – os perigosos – perdem a capacidade de voz, não são ouvidos, são classificados como inimigos sociais, problemas que eles, os operadores, tem que lidar diariamente, e para tal utilizam um processo legal mecanizado, em provas produzidas quase que exclusivamente pela polícia, onde a palavra da defesa é insignificante: “as defesas..., eu acho que na maioria das vezes o réu, mesmo com advogado constituído, meio indefeso. É sempre a mesma coisa: pedir a desclassificação para o 28, negar a autoria [...]. É mais normal condenar, absolver é raro” (assessor 2). A denúncia é fundada na prova colhida, “que não vai além daquilo que está no auto de prisão em flagrante. Então o policial vai lá presta depoimento, o réu presta depoimento, se tem testemunha vai junto, mas essas abordagem de rotina é difícil ter testemunha” (assessor 3).

Assim que o suspeito passa a possuir o rótulo de perigo à ordem pública, fundamento de sua prisão preventiva, a condenação vem como o caminho mais certo, impedido apenas por uma prova robusta de sua inocência, o que é ainda mais difícil uma



vez que a palavra das testemunhas de acusação – policiais – possui a força da verdade. Um dos juízes entrevistados aponta essa situação: “a prova normalmente é material apreensão da droga e testemunhal da polícia, polícia. O juiz da pouca importância para as testemunhas que vem dizer que o cara é usuário, o juiz praticamente não dá importância” (Juiz 5).

É importante frisar que a guerra contra as drogas foi desenvolvida por um forte empreendedorismo moral atrelado a vários setores e saberes que acabam por se instituir como verdadeiros – como a medicina e o direito – que apontam para a necessidade de se regular, normatizar em nome da necessidade de proteção e garantia da vida. Assim, o controle dos perigosos é uma necessidade para a ordem pública, exercida através do SJC por operadores, e a máquina precisa ser operada e nos dias de hoje rapidamente, de tal maneira que erros, má instrução do processo, são o preço da celeridade: “Eu penso que a instrução não é bem desenvolvida (Juiz 5). Por outro lado as arbitrariedades dos responsáveis pelas prisões são conhecidas, todavia, toleradas:

Claro eu tenho policiais que depois eu fico sabendo que ele usou de violência. Mas ele não usou de violência para fazer o flagrante. O cara é pego no comercio, pego entregando a droga, usa de violência às vezes depois de encontrar a droga. O cara dá um safanão bem dado: “e ai você vai entregar quem tá vendendo”. Ele não podia ter feito isso, ele sabe que não podia. Agora é aqui para frente, mas daqui para trás a prova é valida, ele fez o flagrante, eu tenho documentado, a droga foi encontrada lá (Promotor de Justiça 3).

Essas situações são toleradas em nome do medo e da necessidade governamentalizada pelos institutos do SJC de conter os perigos. “O medo se reifica e se especializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza [...]” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 14) e as classes que são tidas como perigosas, “em outras palavras, na atualidade o medo produz expectativas e demandas de segurança contra e não com os outros – levando a polícia a funcionar como verdadeiro dispositivo de confinamento” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 14), e a assim, a sabida truculência e arbitrariedade que poderiam fragilizar a palavra do policial nesses flagrantes rotineiros são o custo necessário para o afastamento das classes perigosas e proteção da sociedade. “[...] a truculência (além da corrupção) policial se relaciona com a delegação das camadas mais abastadas para que a corporação realize, a qualquer custo e sem controle público, o esperado afastamento das “novas classes perigosas” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 16).

A boa atuação do SJC é analisada pela celeridade, através do número de processos julgados, inclusive esse é um critério para promoção na carreira de juiz e

promotor de justiça. A pressão social e a demanda por segurança pública, reforçada pelo medo e pela cruzada contra as drogas – que inclui apoio a pena de morte para traficantes em canal de televisão aberto (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2015)– fortalece a intensidade da atuação das instituições do SJC, principalmente da polícia que acaba por estabelecer uma “policialização” das políticas públicas (MORAES, 2005). Assim como os juízes e promotores de justiça são avaliados conforme a celeridade e números de processos julgados, a qualidade da segurança pública e a sua eficácia é relacionada com o número de prisões efetuadas.

Não é por outro motivo que em diversos estados policiais recebem um bônus salarial por prisões efetuadas, inclusive, é uma das promessas do delegado Francischini atual secretário de segurança pública do Estado do Paraná (Gazeta do Povo, 2015). Essa situação é narrada por um dos juízes entrevistados:

Alias, o doutor falou de polícia, tem bastante situações que chegam ao nosso conhecimento por fora, claro que nenhuma testemunha vem falar isso para nós. A polícia tem uma cota de prisões que tem que cumprir, então tem bastante denuncia de polícia que forja existência de droga, ou que pega um grupo com droga, pega a droga com o menor e diz que foi com o maior. (Juiz 4)

Se existe um interesse, um capital simbólico que envolve a segurança pública e o empreendedorismo antidrogas através da punição, os sujeitos que são classificados como perigosos, inimigos são os mais fáceis de serem sujeitados, conforme afirma um magistrado entrevistado: “Eu acho que também a grande quantidade de presos também influi no sentido que a instrução não seja bem feita. Muito processo, preocupa-se em julgar mais do que ir atrás, investigar mesmo (Juiz 5)”. Certamente, fazem isso em nome e em defesa da sociedade, com a finalidade de preservar e proteger a vida, nesse sentido, a morte, isolamento do perigoso representa uma proteção da vida, a relação que Foucault chamou de biopoder, e através da medicina e do SJC se desenvolveu esse mecanismo de controle social perverso, “e, se esse mecanismo pode atuar é por que os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população” (FOUCAULT, 1999a, pp. 305–306).

Os “mitos” que envolvem as drogas, principalmente o crack, desenvolvidos pelo senso-comum douto e um empreendedorismo moral sustentam boa parte do pacote interpretativo que estrutura o problema da segurança pública. Tais mitos acionam estereótipos que permitem e reeditam a representação das classes perigosas, assim os envolvidos com o crack são representados homogeneamente como perigosos, o que

permite uma atuação indiscriminada contra os usuários. Como se o *ethos* policial incorporasse esses mitos e utilizasse sua representação sobre a classe perigosa. (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008)

Ao pensar nas relações que são construídas através do poder/saber que desenvolvem verdades, classificações, técnicas, instrumentos e normatizações sobre os corpos, como a fonte do biopoder, principalmente através da medicina, podemos dizer que “é um poder-saber que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”(FOUCAULT, 1999a, p. 302) e que fornece o fundamento da repressão legal. Por isso, prisão parece servir como uma forma de substituta para outras políticas públicas adequadas às questões das drogas. A proximidade entre a medicina e o direito permite relacionar o doente e o criminoso, uma espécie de doente moral, um monstro moral como aponta Foucault (2010).

O exercício desse controle social perverso atinge também as crianças e adolescentes, que acabam sendo internados e privados da sua liberdade pelo envolvimento com drogas. A situação familiar e social é papel fundamental para o internamento:

A criança vem sendo acompanhada por maus-tratos, abandono, vem sendo acompanhada e a criança vai crescendo, e a família tá ali. E não existe política pública de maneira direta, eficiente que venha a abraçar aquela família, o Estado precisa cuidar daquela criança. [...] Nós cuidamos deles até o 12 depois nós punimos eles dos 12 para frente pelos mesmos motivos que nós cuidamos deles. (Juiz 1)

A privação de liberdade, que para as crianças e adolescentes é chamada de internamento, é uma das políticas públicas utilizadas para gerir usuários de drogas, mas não qualquer usuário, apenas aqueles que estão ainda mais marginalizados, com problemas sociais e/ou familiares. Essas medidas de internamento podem representar um cenário de violência simbólica tão intenso quanto o vivenciado em qualquer prisão, e ainda, segundo pesquisa realizada por Rosa (2013), com jovens privados de liberdade em Santa Catarina em 2007, apresenta que 12,9% dos jovens cometeram atos infracionais motivados pela droga. A desigualdade de tratamento entre os jovens pobres e mais abastados também é apontada por Batista (2003), sendo um motivo diferencial na avaliação para soltura e ou internamento conforme um juiz afirma:

O que leva uma medida de internação são vários fatores. Você vai observar, primeiro ele tem família para sustentar emocionalmente para ele sair dessa situação? Tem. Já é uma boa coisa a resposta quase sempre é não, não tem uma família estruturada. Ele tem condição de cumprir essa medida que eu vou aplicar a ele no meio aberto? Ele tem maturidade? Como eu posso dizer

que um menino que está usando droga tem comprometimento e maturidade para cumprir uma medida em meio aberto? Você acha que ele vai para de usar drogas e cumprir a medida sozinho? Não vai. (Juiz 1)

O exercício do controle social perverso através da prisão realizada pelos operadores que tem uma representação homogênea sobre as classes perigosas, permite privar toda uma família de sua liberdade. Uma situação comum na realidade, pois como boa parte dos flagrantes são realizados em residências, normalmente, todos os moradores são encaminhados e indiciados por tráfico, sobretudo, o cônjuge e os filhos. O que se argumenta é que a convivência com o tráfico indicaria uma participação ou coautoria no crime.

As relações de poder-saber que desenvolveram verdades sobre as drogas, e conjuntamente estratégias, tecnologias e sujeitos, acabaram por criar categorias que permitem organizar sujeitos em uma classe perigosa, que precisa ser regulada, normatizada, em prol da vida. A forma de exercer esse controle pode variar, mas na situação em que se estabelece uma guerra contra as drogas e para tal cria-se outro sujeito, o responsável por operar essa guerra, atrelado ao medo gerado pelo empreendedorismo moral antidrogas e o senso-comum douto que aponta as drogas como fonte de diversas mazelas e problemas sociais e estabelece um controle social que visa excluir o conflito. Com isso, acaba por reproduzir e reforçar estigmas e garantir interesses dos grupos de empreendedores morais.

Entre as pessoas presas por tráfico de droga um conjunto de características que permitem pensar que a repressão às drogas na realidade é o controle de grupos sociais marginalizados, pobres, sem escolaridade, sem emprego formal, todavia, o status de perigoso acaba por ser reforçado com a aproximação com as drogas, sobretudo o crack. A demonização do crack, bem como, a estigmatização do usuários como zumbis com uma sede incontrolável pela droga, capazes das maiores barbaridades para adquirí-las, permite considerá-los como classe perigosa e para controlá-los – além do capital simbólico que representa a segurança pública – na falta de clínicas será pela prisão.

Juiz 5: Eu consigo visualizar aqui, por que as famílias vem falar comigo, tem informações da família que o cidadão é usuário é condenado por tráfico, por pouca coisa, por muita pouca coisa eles são condenados por tráfico.

Entrevistador: Para o senhor a prisão pode ser vista como um complemento pela falta de sistema de saúde pública, clínicas por exemplo?

Juiz 5: Penso assim também, que ao invés de tratar essa gente, mete na prisão e jogando o direito penal em cima.

A representação dos operadores do SJC sobre os suspeitos envolvidos com drogas, em especial o crack, associado a outras características de perfil socioeconômico e a necessidade – gerada pelo empreendedorismo moral – de proteger a sociedade

desses sujeitos e para tal fazer a máquina punitiva funcionar. Os saberes que informam os operadores sobre esses sujeitos permitem unificá-los em uma classe perigosa, inimigos da ordem, que perdem a sua voz, e assim, são facilmente acusados por aqueles que têm o poder da verdade.

## CONCLUSÃO

Rápida e letal a moral proíbe de uma vez só para depois, aos poucos, mortificar gerações e prometer a volta ao passado destruído e renovado como futuro. É a moral do itinerário religioso ao paraíso agora governado pela lei, a razão laica, a disposição a obedecer e, por fim, tomar sua liberdade e sua vida.

Enquanto isso, neste vaivém, novas condutas serão criminalizadas, segundo a seletividade penal mais que conhecida que atinge, em cheio, pobres, desviados, estranhos, etnias e os de sempre identificados como perigosos. (PASSETTI, 2014)

Os conflitos sociais inerentes às sociedades humanas são intensificados com o aumento da complexidade e interdependência, as formas de interagir com esses conflitos são variadas, assim como, seus fundamentos e consequências. Conforme o conflito social e os sujeitos envolvidos neste, se produzirá uma técnica específica de controle social e de exercer esse controle, que como algo inerente a sociedade, não pode ser visto necessariamente como algo violento. O exercício do controle social é realizado por um rol imenso de instituições, que podem tanto querer integrar e interagir positivamente com o conflito, reconhecendo-o como um processo de sociabilização, quanto interagir negativamente buscando excluir e negar o conflito, reconhecendo-o como um problema de ordem pública (MORAES; KULAITIS, 2013).

O estabelecimento de verdades através de saberes que classificam a realidade através de dicotomias, acabam por criar não só a mentira como também o mentiroso. E em uma sociedade organizada segundo critérios legais e de classificação promovidos

por grupos sociais que conseguem estabelecer seus padrões e verdades sobre os demais, criando o certo e o errado segundo seus próprios fundamentos, estabelecendo a anormalidade segundo seus critérios de normalidade. Assim o exercício do controle social através das leis e do direito deve ser analisado através dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática (FOUCAULT, 1999a). O processo de sujeição engendrado pelo direito é fundamentado através do poder/saber que estabelece uma verdade – que está sujeita a uma economia política (FOUCAULT, 2013) – que é levada a diante por empreendedores morais (BECKER, 2009). A história das drogas segue esse processo.

O padrão de normalidade é estabelecido através de verdades fundadas em diversos saberes que se veem consolidadas ao fim pelo sistema jurídico, assim, conforme o consumo de drogas foi sendo classificado e considerado como perigoso – e os envolvidos como perigosos – e oposta à ideia de ordem vigente através de um processo de empreendedorismo moral que acabou por ser consolidado em leis proibitivas nacionais e internacionais (RODRIGUES, 2006; ROSA, 2012). Porém tudo isso é relacionado com o outro, com a interação entre sujeitos, onde um “estranho” estremece a segurança cotidiana. “O estranho seria a síntese da “sujeira” automática, autocomotora e autocondutora. É por isso que as sociedades lutam por classificar, separar e confinar, exilar ou aniquilar os estranhos” (BATISTA, 2003b, p. 78). Assim como a proibição do ópio, maconha, álcool e cocaína tiveram relação com as populações consideradas perigosas à ordem nos Estados Unidos (ROSA, 2012).

Uma das formas mais excludentes de controle social é aquela exercida pelo direito penal através da punição. Essa é a forma de controle social atualmente exercida sobre as drogas no Brasil, que embora a letra fria da lei permita considerar a lei de drogas 11.343/06 como um progresso, uma vez que não permite a punição através da privação de liberdade do usuário de drogas, acaba por permitir a seleção de usuários e traficantes por critérios subjetivos dos operadores do SJC. As representações dos operadores do SJC que participam desse processo de acusação que permite manter um suspeito preso e até mesmo condená-lo pelo crime de tráfico de drogas foi o objetivo dessa pesquisa. Através da análise de processos, entrevistas e observações realizadas no fórum é possível afirmar que o SJC funciona de forma mecanizada e com uma divisão de trabalho que acaba por: a) objetivar as decisões e pareceres conforme as provas apresentadas no processo, assim, a análise realizadas pelos juízes e promotores é fundada nas provas apresentadas do crime de tráfico. b) Essas provas se resumem na

palavra dos policiais que realizam a prisão em flagrante. A palavra dos policiais possui fé pública, ou seja, é aceita com legitimidade relativa, assim, só podem ser desconsiderada com prova contrário. Outra característica da palavra dos policiais é que através dela é possível criar outras provas, assim, qualquer outro fato afirmado pelo policial é considerado como uma prova existente e também utilizada na acusação. Testemunhas, usuários que delatam o traficante, em confissões realizadas na abordagem policial, ligações telefônicas que requisitam drogas, embora nunca apresentadas individualmente no processo como prova uma prova autônoma, tornam-se reais com a afirmação do policial.

O argumento apresentado nos processos e as entrevistas deixam clara a necessidade de legitimar a palavra do policial, afinal, ela é a prova do crime. Embora a maioria dos entrevistados afirme, inicialmente, que somente a palavra do policial não é suficiente para a condenação, e que sempre são utilizadas outras provas para configurar o tráfico – normalmente extraídas dos depoimentos dos policiais, testemunhas, transeuntes e denúncias, todos anônimos –, não tardavam a reconhecer que a prova é a palavra do policial.

A representação dos operadores, sobre os sujeitos envolvidos com as drogas permite que o SJC funcione de forma dinâmica, auxiliando no processo de acusação, uma vez que eles são tidos como: a) usuários, doentes, sujeitos que possuem problemas morais, ausência de controle, irresponsáveis que procuram fugir dos problemas através das drogas, hedonistas. Que se não cometeram crime não de cometer, exceto se tiverem uma estrutura familiar. b) traficantes, criminosos que espalham o mal e a imoralidade pela sociedade, acabando com a juventude, fazendo com que os jovens se tornem zumbis, prostitutas, assaltantes, que devem ser contidos, para proteger a sociedade. Todavia como apresentado, embora a separação entre traficantes e usuários exista na representação dos operadores, na prática, ela é muito tênue, sendo difícil imaginar um usuário de drogas que não realize nenhum momento atos que podem ser tidos como de traficância. Assim, os sujeitos acusados como usuários geralmente possuem alguma “estrutura familiar” que transforme sua condição de perigo iminente para perigo eventual. Normalmente os usuários são sujeitos envolvidos com maconha ou cocaína – drogas sintéticas são raras tanto no uso como no tráfico – com trabalho formal ou estudantes. Os traficantes por sua vez, eram sujeitos pobres, sem escolaridade, moradores de periferia, boa parte usuários de crack.

As representações sobre os sujeitos envolvidos com as drogas e sobre a própria droga auxiliam na dinâmica do SJC, pois, como eles são vistos como perigosos a sociedade tem a necessidade de contê-los e para tal basta a prisão em flagrante e a palavra do policial para legitimar a prisão e eventual condenação. Também foi possível notar uma espécie de “compromisso assumido” de proteger a sociedade, internalizado pelos operadores do SJC. Para proteger a sociedade do tráfico é necessário aceitar e legitimar a atuação policial, afinal sem ela não existe repressão ao tráfico – conforme pontuou um Promotor de Justiça, por isso, embora todos os operadores saibam de eventuais arbitrariedades, abusos de autoridade, tortura e violência realizadas nessas prisões, eles toleram em nome da proteção da sociedade. Machado da Silva (2008) aponta em sua pesquisa que a violência policial exercida nas favelas é legitimada e aceita pelo restante da população como um meio necessário à contenção da criminalidade. Algo semelhante ocorre em relação aos suspeitos presos, pois, mesmo com o conhecimento da violência e de ilegalidades eventualmente cometidas pelos policiais no momento da prisão, elas são aceitas e toleradas. Isso por que o “sistema legal, não tem mais condições de garantir através do sistema legal os fins empíricos que ele se propõe a qualquer preço atingir” (PINHEIRO, 1982).

O SJC funciona de forma mecanizada e através de uma divisão de trabalho que contém além dos operadores outros funcionários que ajudam com a celeridade processual. Procurei envolver na pesquisa os funcionários que possuem maior ligação com os operadores estudados, portanto, os assessores e estagiários. Essa prática colaborou para compreender as representações dos operadores – uma vez que esses funcionários seguem suas orientações – e o funcionamento do SJC. A visão desses funcionários auxiliou em muito no processo de pesquisa, pois, enquanto os operadores possuíam uma visão mais idealizada e funcional do SJC, os funcionários eram reprodutores de informações – e representações – portanto, falavam com maior liberdade. Os operadores sempre procuravam, ao menos inicialmente, demonstrar que existe eventual desclassificação do crime de tráfico de drogas para uso, ou o cotejamento da palavra do policial, ou ainda que a palavra do policial e/ou a natureza da substância apreendida não são determinantes para a configuração do tráfico. Por sua vez os estagiários e assessores falavam diretamente suas impressões e o funcionamento do SJC, revelando, o que depois foi observado, que a palavra dos policiais é harmônica pois eles leem antes da audiência o boletim de ocorrência e informações do processo. Também afirmam a representação que os operadores possuem em relação ao crack,



como o pior problema enfrentado pelo SJC, e por isso, a relevância da natureza das drogas para a configuração do tráfico. Ou ainda, que raramente ocorre a desclassificação após a prisão em flagrante pelo tráfico de drogas, se os policiais reafirmarem que se tratava de tráfico.

A visão moralista das drogas atrelada ao senso-comum sobre seu consumo justifica ainda mais a necessidade de controle, afinal de contas, segundo os operadores, a maconha – a segunda droga mais apreendida – é tão ruim quanto o crack uma vez que funciona como porta de entrada para outras drogas, e uma vez no crack o sujeito é capaz das piores barbaridades. Os usuários são vistos como sujeitos hedonistas, que não suportam a realidade e por isso fogem dela, são animais, zumbis, são estranhos que poluem a realidade com angustia, mal-estar e insegurança. “Na guerra contra os estranhos apresentam-se duas estratégias: uma é antropofágica, que ao devorar assimila, a outra é antropoêmica, que ao vomitar exclui” (BATISTA, 2003b, p. 80).

Essa exclusão do conflito através do SJC e da punição estabelece uma forma de controle social perverso, pois, reproduz desigualdades, estigmas e garante privilégios e uma visão de mundo própria daqueles que conseguem impor suas verdades e transformá-las em lei. Por isso, não se trata de uma política de combate ao crime simplesmente, mas a consolidação de uma certa concepção do Estado e da sociedade (PINHEIRO, 1982), que procura normatizar comportamentos, estabelecendo seus padrões de normalidade e de anormalidade, que quando atrelados ao medo do descontrole que possa eventualmente atrapalhar a rotina dos “cidadãos de bem” e gerar mal-estar, deve ser contida a qualquer custo. Essa anormalidade está atrelada a condições sociais e a posição que esse sujeito ocupa no espaço social, pois, embora todos os operadores reconheçam que seus presos – clientes ou craquentos – sejam pobres, usuários de drogas e “perigosos”, também reconhecem que os “verdadeiros” traficantes não são presos, que a polícia não alcança todos, e que as drogas são consumidas e comercializadas pelas classes mais abastadas, todavia, não se pode fazer nada, e essa situação, em certa medida, é vista com normalidade, afinal existe uma estrutura familiar que impedirá sua transformação completa em zumbi.

Dada a forma mecanizada do SJC os argumentos, fundamentos, provas e circunstâncias acabam por se repetir nos processos de tráfico. O papel da polícia na apreensão é legitimado, e se desconsidera qualquer papel que as representações desses policiais possam ter nas abordagens ou apreensões. A legitimidade de sua palavra é objetivada através de fundamentos legais e de jurisprudências, e sem dúvida esse foi um

dos pontos mais relevantes da pesquisa, pois é impossível considerar o sistema jurídico longe do seu exercício através de operadores. Análise da influência desses operadores e suas representações – sejam eles juízes, promotores, advogados, policiais, entre outros – no exercício do SJC é crucial para compreender sua dinâmica. Essa análise pareceu ser ignorada por qualquer operador, pois, como se tem uma previsão de legitimidade nos atos públicos, trata-se, então de uma mera aplicação da lei e do direto que são vistos formalmente. Por isso que muitos operadores consideram a lei antidrogas como uma lei progressiva, um promotor (3) pontuou em sua entrevista que não se trata de uma lei penal, pois existem mais de 75 artigos e apenas 8 são de natureza penal, sancionatória. Essa visão expressa bem à relação dos operadores com o direito, onde o aspecto formal se sobressai ao seu exercício real.

Hoje o Hildebrando de Souza possui cerca de 600 presos onde a maioria está preso provisoriamente pelo crime de tráfico de drogas. Suspeitos, pobres, usuários de drogas, principalmente de crack, apreendidos com poucas gramas – conforme pontou o juiz responsável pela execução penal. A necessidade de se prender a pessoa em nome da segurança pública amplia o número de processos, e assim a necessidade de mecanização e celeridade nos processos, permite automatizar o processo e para dar cabo dessa prática cotidiana as verdades e senso comum – douto – que fazem parte das representações, permitem agilizar o processo, uma vez que os suspeitos por tráfico de drogas são alocados na categorias de classe perigosa, que salvo prova robusta contrária, lá permanecerão para seu bem e da para a defesa da sociedade.

A ausência de políticas públicas eficazes para o tratamento de usuários de drogas é reconhecida por todos os operadores, todavia, eles precisam dar conta de uma demanda processual. Dado ao empreendedorismo moral que conseguiu cimentar a proibição e demonização das drogas através de diversos saberes, o tráfico é visto como crime hediondo, uma semente do mal, e por isso representa um perigo à ordem pública que deve ser contido pela clínica ou pela prisão, claro, que como se trata de uma interação – acusação – basta escolher o rótulo.

É preciso dizer que todos os operadores e funcionários entrevistados se mostram preocupados com a questão das drogas, por isso, certamente, foram todos receptivos, agindo com presteza aos meus pedidos de acesso a documentos e outros informantes. Muitos dos operadores e funcionários que entrevistei possuem uma ativa participação em atividades de recuperação e auxílio de usuários de drogas, buscando

medidas além do SJC – embora isso pouco altere a relação de saber/poder que envolve o uso de drogas (ROSA, 2012) –, através de política de redução de danos.

A função que os operadores do SJC exercem sofre pressão constante do empreendedorismo moral que envolve a guerra conta as drogas, afinal, a opção política adotada pelo Brasil na lei de drogas permite o controle policaiesco, e a mídia mostra o perigo, medo e o inimigo. Todavia, isso não significa que não existam operadores do SJC que reajam a essa guerra, atuando ativamente contra o controle social perverso exercido contra as drogas. Diversos Magistrados, Promotores de Justiça, Delegados de Polícia, Policiais Militares, Advogados investigam e denunciam cotidianamente as consequências da guerra às drogas, muitos participam da LEAP – Law Enforcement Against Prohibition –, entre eles, por exemplo, o delegado Orlando Zaccone que possui pesquisa que corrobora os argumentos finais dessa dissertação, e diz:

Como delegado de polícia, atuando há pouco mais de seis anos na capital, acabei por encontrar uma realidade diversa daquela que nos é apresentada, diariamente, enquanto “verdade”. Os criminosos atuados e presos pela conduta descrita como tráfico de drogas são constituídos por homens e mulheres extremamente pobres, com baixa escolaridade e, na grande maioria dos casos, detidos com drogas sem portar nenhuma arma. Desprovidos do apoio de qualquer “organização”, surgem, rotineiramente, nos distritos policiais, os “narcotraficantes”, que superlotam os presídios e casas de detenção. (ZACCONE, 2007, p. 11–12)

Esses criminosos atuados que Zaccone cita chegam na forma de papeis – APF – para os operadores do SJC, que precisam decidir pela liberdade ou prisão preventiva e futuramente eventual absolvição ou condenação. Desta forma, conforme pude analisar, as representações dos operadores do SJC, normalmente, são alimentadas pelo senso-comum sobre as drogas, reforçadas pelo empreendedorismo da guerra às drogas atingem os operadores de ao menos três formas: primeiro gerando medo e um pânico social contra as drogas; posteriormente, vencendo a cruzada ao estabelecer uma legislação antidrogas que permite o controle policaiesco das drogas; e que finalmente, acaba por jogar seus inimigos – quando feito legalmente – nas varas criminais. Os juízes e promotores operam o SJC segundo suas consciências através da subjetividade que legislação lhes permite, para proteger a sociedade dos perigosos e para tal recorrem a suas representações sobre os perigosos. Assim essas representações reagem com as informações processuais, e a prisão em flagrante, e as características do suspeito como: pobreza, envolvimento com o crack, ausência de escolaridade e o fato de ser residente da periferia denotam a periculosidade do suspeito e a necessidade da medida de prisão. É preciso ainda reforçar o caráter local e particular dessa pesquisa, não podendo de forma alguma suas conclusões ser transportada para outra realidade.

No decorrer da pesquisa foi possível notar diversas linhas investigativas que podem dar continuidade à análise do controle social, exercido pelo SJC, entre elas a investigação sobre o perfil socioeconômico dos operadores, sobre sua formação cultural, bem como ampliação a análise dos discursos construídos nos processos. A formação e construção do operador, através da análise dos seus assessores, pois esses veem na assessoria uma forma de aprender e se tornar operador, e o entrelaçamento entre o estudo teórico do direito e o exercício da atividade de assessor. A relação entre os advogados e os outros operadores parece ser um caminho interessante, sobretudo, nos locais onde existe a ausência da defensoria pública. A análise dos termos circunstanciados e as situações que envolvem a prisão por uso de drogas. Por fim, acredito, que a análise do exercício do controle social exercido através do SJC pelos policiais parece ser uma caminho necessário para compreender a questão da política antidrogas brasileira – a maior responsável pelo encarceramento em massa –, pois “não existe na realidade, ação policial que seja estritamente policial em seu limite; a ação policial é sempre, também uma ação política que traz gravada em seu cerne uma ideologia que a racionaliza e justifica” (PINHEIRO, 1982, p. 67). É por esse caminho que pretendo seguir.

## BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, M. C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 168–176, mar. 2004.

ALVAREZ, M. C.; MORAES, P. R. B. DE. Apresentação. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 9–13, jun. 2013.

ANITUA, G. I. **Histórias do pensamento Criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

ANTUNES, G. **Crack, mídia e periferia: uma representação social das “classes perigosas.”** Disponível em:  
<[http://www.urbalpernambuco.org/adm/public/files/biblioteca/Artigo-Gilson-Antunes\\_Crack-midia-e-periferia\\_--20110511160022.pdf](http://www.urbalpernambuco.org/adm/public/files/biblioteca/Artigo-Gilson-Antunes_Crack-midia-e-periferia_--20110511160022.pdf)>.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 256p

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003b. p. 272

BECKER, H. De que Lado Estamos? In: **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECKER, H. **Outsiders: hacia una sociología de la desviación**. 1<sup>a</sup>. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009. p. 256

BECKER, H. S. Biographie et mosaïque scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 62, n. 1, p. 105–110, 1986.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENZECRY, C. E. Actualidade de Howard Becker. In: **Outsiders: una sociología de la desviación**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009. p. 256.

BLUMER, H. Sociological implications of the thought of George Herbert Mead. **American Journal of Sociology**, v. 71, n. 5, p. 535–544, 1966.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 324

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 15<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 322

**CASA DO CAMINHO AVE CRISTO - 21 ANOS RECUPERANDO VIDAS**. Disponível em: <<http://avecristo.com.br/index.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CETLIN, G. S. **No “estalo” da pedra: o tratamento do usuário abusivo de crack e a descentralização da abstinência enquanto índice de cura** 29<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais...** 2014 Disponível em: <<http://www.29rba.abant.org.br/>>

CHAMPAGNE, P. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: **Iniciação à prática sociológica** 1. Petrópolis: Vozes, 1996.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: **Desvendando Mascaras Sociais**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. 3a. ed. Oxford: Routledge, 1980.

COMBESSIE, J.-C. **O método em sociologia**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 187

CORREIA, M. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DEFLEM, M. **Social Control**. Disponível em: <<http://deflem.blogspot.com/2007/08/concept-of-social-control-theories-and.html>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

DEL OLMO, R. **La cara oculta de la Droga**. Bogotá: Temis, 1998.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. São Paulo: Vozes, 2008.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológica**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 483

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Volume 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 307

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOHOTADO, A. **O Livro das Drogas: Usos e abusos, desafios e preconceitos.** São Paulo: Dynamis, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20a Edição ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b. p. 288

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France (1970).** São Paulo: Loyola, 1999c.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Bioplítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Os anormais: curso no Collège de France.** 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber. (Ditos e escritos IV).** 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, M. **Segurança, penalidade, prisão. (Ditos e escritos VIII).** 1<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

**Gazeta do Povo. Policial que fizer mais prisões vai receber bônus - Vida e Cidadania - Gazeta do Povo.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1520933&tit=Policial-que-fizer-mais-prisoas-vai-receber-bonus>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GENZUK, M. **A Synthesis of Ethnographic Research.** Disponível em: <[http://www-bcf.usc.edu/~genzuke/Ethnographic\\_Research.html](http://www-bcf.usc.edu/~genzuke/Ethnographic_Research.html)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985. p. 236

GOFFMAN, E. **Estigma: la identidad deteriorada.** 2<sup>a</sup>. ed. BUenos Aires: Amorrortu, 2008. p. 192

GOULART, S. L. Articulações entre religião, política e cultura: o caso das religiões ayahuasqueiras do Brasil. **29<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GURVITCH, G. El control social. In: **Sociología del siglo XX**. 2<sup>a</sup>. ed. Barcelona: El Ateneo, 1965. p. 460.

**Lei nº 11.343**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: [s.n.].

MARQUES, R. O fenômeno do pânico moral: apreciações clássicas, inovações e problematizações contemporâneas. In: **Conflito de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 306.

MEAD, G. H. **Mind Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago, 1934.

MEDEIROS, R. Clínica e Croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Pucminas, 2010.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. In: **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MORAES, P. R. B. DE. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. [s.l.] Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2003.

MORAES, P. R. B. DE. **Juventude, Medo e Violência** Trabalho apresentado no Ciclo de Conferências “Direito e Psicanálise: novos e invisíveis laços.” **Anais...** mimeo, 2005 Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos\\_eventos/governanca\\_2006/gover\\_2006\\_01\\_juventude\\_medo\\_pedro\\_bode.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf)>

MORAES, P. R. B. DE; BERLATTO, F. **Controle Social (verbete)** Global, , 2013. (Nota técnica).



MORAES, P. R. B. DE; KULAITIS, L. F. M. Controles social perverso e a policialização das políticas públicas: o caso da Segurança com Cidadania. p. 1–24, 2013.

NIETZSCHE, F. **Humano demasiado humano**. São Paulo: Companhia de bolso, 2005.

NOBRE, M. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 1–19, 2003.

PASSETTI, E. **Das fumeries ao narcotráfico**. São Paulo: Educ, 1991. p. 156

PASSETTI, E. Prefácio: Drogas e Liberdade. In: **Drogas e a Governamentalidade Neoliberal: uma genealogia da redução de danos**. Florianópolis: Insular, 2014.

PAVARINI, M.; MELOSSI, D. **Cárcere e Fábrica**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 266

PAZ, A. C. A. DA. **Estigmatização, segregação e consumo de drogas no contexto das políticas públicas de saúde**<sup>29ª</sup> Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais...**2014

PINHEIRO, P. S. Polícia e Crise Política. In: **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

**Portal CNJ - CNJ fará mutirão carcerário no Paraná**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias-gerais/8465-cnj-fara-mutirao-carcerario-no-parana->>. Acesso em: 2 jun. 2014.

**Pragmatismo Político. Rachel Sheherazade defende fuzilamento do brasileiro Marco Archer**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/rachel-sheherazade-defende-fuzilamento-brasileiro-marco-archer.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RAMÍREZ, J. B. **Coca-cocaína: entre el derecho y la guerra**. Bogotá: Temis, 1996.

ROBERT, P. **Sociologia do Crime**. 3<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RODRIGUES, L. B. DE F. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2006.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico**. São Paulo: Desatino, 2003.

ROSA, P. O. **Drogas e Biopolítica: uma genalogia da redução de danos**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2012.

ROSA, P. O. **Juventude Criminalizada**. Florianópolis: Insular, 2013.

ROSS, E. A. **Social Control: a survey of the foundations of order**. New York: Macmillian Co., 1901.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Pena y Estructura Social**. Bogotá: Temis, 2004. p. 280

SÁ, L.; NETO, J. P. DE S. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado**, v. 18, 2012.

SANTOS, B. DE S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, J. C. DOS. **Direito Penal: parte geral**. 3<sup>a</sup>. ed. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2008.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SPIERENBURG, P. Social Control and History: An Introduction. **Social Control in Europe**, v. Volume I, n. Ohio State University Press, p. 1–21, 2004.

SUTHERLAND, E. H. **El delito de cuello blanco**. Buenos Aires: Bdef, 2009.

VALLIM, D. DE C. “They don’t want me”. Uma análise comparativa das relações sociais estabelecidas entre os usuários de crack e heroína nas cidades do Rio de Janeiro e Nova York: os efeito da exclusão social.<sup>29<sup>a</sup></sup> Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais...**2014

VELHO, G. Family Mobility and Deviant Behavior. **Social Problems**, v. 23, n. 3, p. 2680275, 1976.

VELHO, G. Becker, Goofman e a Antropologia no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 38, p. 9–17, 2002.

WACQUANT, L. **Los condenados de la ciudad: Gueto, periferias y Estado**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. p. 376

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 157

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ZACCONE, O. **Os acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas?**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

YOUTUBE. **Lugar de traficante é no cemitério, afirma o Sargento Fahur**. 3"48'. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7P2tjnerPoE>; Acesso em 21 Jan. 2015.